



1290000001



FE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPUS TCC/UNICAMP M467a

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANDRÉIA AIELLO MEDEIROS

ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO
MAGISTÉRIO (FUNDEF) NO ESTADO DE SÃO

PAULO:

MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

CAMPINAS

2002

1290000001

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANDRÉIA AIELLO MEDEIROS

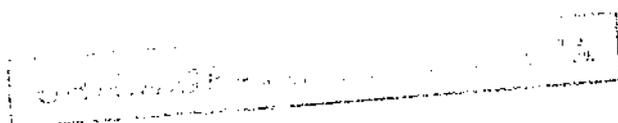
**ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO
MAGISTÉRIO (FUNDEF) NO ESTADO DE
SÃO PAULO:**

Município de Paulínia

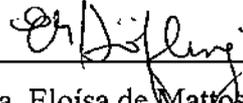
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado como exigência parcial para o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Eloísa de Mattos Höfling e co-orientação do Prof. Dr. Vicente Rodriguez. Pesquisa realizada com o apoio da FAPESP.

Campinas

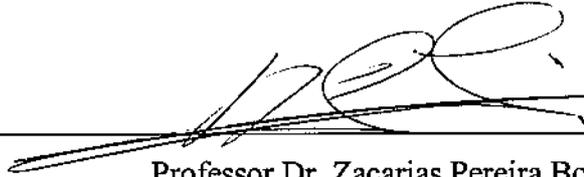
2002



FOLHA DE APROVAÇÃO



Professora Dra. Eloísa de Mattos Höfling
(Orientadora)



Professor Dr. Zacarias Pereira Borges
(Segundo Leitor)

Campinas, dezembro de 2002

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

M467a	<p>Medeiros, Andréia Aiello. Acompanhamento da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) no Estado de São Paulo : Município de Paulínia / Andréia Aiello Medeiros. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002.</p>
	<p>Orientador : Eloísa de Mattos Höfling. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p>
	<p>1. Políticas Públicas. 2. Educação – Financiamento. 3. Educação. 4. Economia. 5. Finanças Públicas. 6. FUNDEF. I. Höfling Eloísa de Mattos. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p>
	02-0200-BFE

*Dedico este trabalho aos meus pais
Carlos Alberto Medeiros e
Marli Aparecida Aiello Medeiros
pela força e oportunidade oferecidas
para poder concluir mais esta etapa
de minha vida.
Amo muito vocês!*

Agradecimentos

Agradeço este trabalho imensamente ao Prof. Dr. Vicente Rodriguez, à Prof^a Dra. Eloísa de Mattos Höfling e ao Prof. Dr. Marcos Edgar Bassi pelo apoio dado para a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus companheiros do grupo de pesquisa (Rosenanda Marta de Oliveira, Maria Irma Chahine Gallo e Marcelo Vieira Pustilnik) pela convivência e aprendizado coletivo. Particularmente as minhas queridas amigas: Maria Irma, pela participação direta na conclusão da pesquisa em que se baseou o presente trabalho, e Rosenanda, pela ajuda na formatação da redação final deste texto.

À FAPESP, pelo financiamento das atividades da pesquisa que derivou no presente trabalho.

Ao professor Zacarias Borges Pereira, pela colaboração e pela amizade.

Temos que exterminar da alma, com a raiz, todo o medo e o terror daquilo que, do futuro, vem ao encontro do homem.

Serenidade em relação a todos os sentimentos e sensações perante o futuro, o homem tem que adquirir. Encarar com absoluta equanimidade tudo aquilo que possa vir, e pensar somente, que tudo o que vier, virá a nós de uma direção universal plena de sabedoria.

É isto que temos que aprender em nossa época: viver em plena confiança, sem qualquer segurança existencial, confiança na ajuda sempre presente do mundo espiritual. Realmente, não é possível de outra forma.

Disciplinemos devidamente nossa vontade e procuremos o despertar a partir do interior, todas as manhãs e todas as noites.

Rudolf Steiner

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo acompanhar o impacto que a implementação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) provocou na educação básica brasileira, com destaque para o estado de São Paulo, sendo efetuado um estudo de caso no Município de Paulínia.

Este trabalho é uma pesquisa desenvolvida no Município de Paulínia entre os anos de 1996 e 2001 com análise dos dados de matrícula e financeiro. Foram analisadas as transferências entre os níveis de ensino e dependência administrativa para os dados de matrícula. E, para os dados financeiros, foram analisados os movimentos de receitas e despesas, com enfoque maior nas receitas de impostos e transferências e nos gastos com a educação da Prefeitura.

SUMÁRIO

Listas De Ilustrações: Tabelas.....	13
Listas De Ilustrações: Gráficos	15
Listas De Ilustrações: Gráficos	15
APRESENTAÇÃO.....	16
PARTE I - DISCUSSÃO TEÓRICA:	18
Capítulo 1 – Introdução:	18
1.1. Descentralização e federalismo: uma questão histórica, política e econômica:	18
1.2. Aspectos da evolução institucional da descentralização no Brasil:	20
1.3. Panorama do financiamento descentralizado das políticas educacionais no Brasil:	24
1.4. Municipalização da educação: uma análise sobre a questão:	26
1.4.1. Precedentes da municipalização da educação no Brasil:	30
• 1º período: de 1946 a 1971	30
• 2º período: de 1971 a 1988	31
• 3º período: de 1988 a atualidade	33
Capítulo 2 - O Financiamento Da Educação:	37
2.1. Financiamento da educação no Brasil:	37
• 2.1.1 Primeiras discussões:	37
• 2.1.2. Financiamento da educação:	38
Capítulo 3 - O Fundef (Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Do Ensino Fundamental E Valorização Do Magistério) E O Orçamento Da Educação:.....	44
3.1. Contextualizando o Fundef:.....	44

3.2. Marcos legais do Fundef	46
3.3. Valorização da educação pública ou golpe publicitário?	46
3.4 A subvinculação da EC 14.....	47
• 3.4.1. Subvinculação maior de impostos criada pela EC 14:.....	47
• 3.4.2. Sub-vinculação menor (Fundef) de alguns impostos criados pela EC 14: 47	
3.5. A complementação do governo federal é ilegal:.....	48
3.6. Desenvolvimento do ensino básico brasileiro ou redistribuição da miséria existente?	48
3.7 O Fundef realmente valoriza o magistério?.....	48
Capítulo 4 - Intervenção Internacional Nas Políticas Educacionais:	49
4.1. Contexto Histórico	49
4.2. A ingerência dos Organismos Multilaterais e a anuência do Governo Nacional:.....	51
Capítulo 5 - Como está Acontecendo a Execução do Fundef e a sua Fiscalização em algumas Cidades do Rio De Janeiro, Segundo a Análise de Nicholas Davies	58
 PARTE II – ANÁLISE DE DADOS:.....	62
1. Perfil sócio-econômico do município de Paulínia	62
1.1.Caracterização geral do município:.....	62
1.2.Dados sócio-econômicos.	63
• 1.2.1. Demografia:.....	63
• 1.2.2. Atividade Econômica:.....	64
• 1.2.3. Arrecadação:.....	64
• 1.2.4. População Economicamente Ativa - PEA:	65
• 1.2.5. Perfil do Desenvolvimento Humano – IDH.....	65
• 1.2.6. Infra-estrutura e saneamento básico:	66
• 1.2.7. Saúde:.....	67
• 1.2.8. Dados Educacionais:.....	67
2. Análise dos dados educacionais no Estado de São Paulo	68
3. Análise dos Dados Educacionais no Município de Paulínia	71
3.1. Taxa de cobertura.....	72
• 3.1.1. Ensino Infantil (de 0 a 6 anos):	72

• 3.1.2. Ensino Fundamental (de 7 a 14 anos):.....	73
• 3.1.3. Ensino Médio (de 15 a 19 anos):.....	74
3.2. Análise das matrículas por Dependência Administrativa no Município de Paulínia.....	75
3.3. Análise das matrículas por nível de ensino no Município de Paulínia:	79
• 3.3.1. Educação Infantil.....	79
• 3.3.2. Ensino Fundamental:	80
• 3.3.3. Ensino Médio:	82
• 3.3.4. Ensino Supletivo:.....	83
• 3.3.5. Educação Especial:	83
• 3.3.6. Funcionários e Professores:	83
4. Análise dos Dados Financeiros do Município de Paulínia.....	93
4.1. Receitas e Despesas Municipais	94
4.2. Gastos na Educação no Município de Paulínia.....	96
• 4.2.1. Os 25% das Receitas Correntes no Município de Paulínia.....	96
• 4.2.2. Gastos a Conta FUNDEF no Município de Paulínia.....	97
• 4.2.3. Análise das Transferências e dos Recebimentos do FUNDEF ..	97
• 4.2.4. Gasto por Nível de Ensino.	98
• 4.2.5. Custo aluno no Município de Paulínia.....	99
• 4.2.6. N° de alunos necessário para recuperação total da receita para educação de Paulínia retida no Fundo:	100
5. Entrevista com a Ex-Secretária de Educação de Paulínia:.....	101
5.1. Discussões pertinentes à entrevista:	102

À GUIA DE CONCLUSÃO :	105
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANALISADOS.....	106
Documentos financeiros recolhidos na Prefeitura de Paulínia - Secretaria de Educação e Finanças:	106
Fontes dos Dados Educacionais:	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	107

ANEXO 1- Dados Econômicos do Município de Paulínia.....	117
ANEXO 2 - Dados Educacionais do Município de Paulínia	123
ANEXO 3 - Dados Educacionais do Estado de São Paulo.....	125
ANEXO 4 - Dados Educacionais do Brasil	127
ANEXO 5 – Entrevista com a Ex-Secretária de Educação de Paulínia	128

Listas De Ilustrações: Tabelas

Tabela 1 – Evolução sócio doutrinária da municipalização – 1946 a 1991	30
Tabela 2 – Municipalização do ensino fundamental no Brasil – 1997 e 1998.....	36
Tabela 3 – Competências de impostos por nível de governo situação vigente – constituição da república de 1988	40
Tabela 4 – Transferências de impostos por nível de governo situação vigente – constituição da república de 1988	41
Tabela 5 - Distribuição total da população de Paulínia.....	62
Tabela 6 – Índices Demográficos de Paulínia.....	64
Tabela 7- Distribuição das atividades econômicas	64
Tabela 8- Distribuição percentual no município da PEA nos diversos Setores	65
Tabela 9 -Número de pontos por consumidores 1997.....	66
Tabela 10 - Cobertura de abastecimento 1996	66
Tabela 11- Serviço de atendimento na Saúde 1996	67
Tabela 12 - Evolução em porcentagem do IDH 1970 – 1991	67
Tabela 13 -Evolução das Matrículas por Dependência no Estado de São Paulo entre 1996 e 2001	68
Tabela 14 - Evolução das Matrículas por Nível de Ensino no Estado de São Paulo no período de 1996 a 2001	69
Tabela 15 - Distribuição faixa etária no município. 1996 – 1999.....	72
Tabela 16 – Faixa da população em Idade Escolar no Município de Paulínia.....	72
Tabela 17 - Evolução das matrículas por dependência administrativa no Município de Paulínia no período de 1996 a 2001	75
Tabela 18 - Evolução das Matrículas da Rede Municipal no Município de Paulínia entre 1996 e 2001	76
Tabela 19 – Evolução das Matrículas da Rede Estadual no Município de Paulínia entre 1996 e 2001	76
Tabela 20– Evolução da Rede Privada no Município de Paulínia entre 1996 e 2001	77
Tabela 21 - Total de alunos atendidos pelo município em 1999.....	84
Tabela 22 - Total de alunos atendidos pelo estado em 1999.....	84
Tabela 23 - Número de crianças em creches no ano de 1999	85
Tabela 24 – Quadro de Funcionários	85

Tabela 25 – Relação entre o número de professores e de funcionários na Seção de Creches no Município de Paulínia em 2000	86
Tabela 26 - Crianças atendidas na Educação Infantil no ano de 1999	86
Tabela 27 – Quadro de Funcionários	87
Tabela 28 – Relação entre o número de professores e de funcionários na Seção de Educação Infantil no Município de Paulínia em 2000	87
Tabela 29 - Atendimento Educação Não Formal 1999	88
Tabela 30 – Quadro de Funcionários	89
Tabela 31 – Relação entre o número de professores e de funcionários na Seção de Projetos Pedagógicos Especiais no Município de Paulínia em 2000	89
Tabela 32 - Atendimento para os Ensinos Fundamental e Médio no ano de 1999	90
Tabela 33 – Quadro de Funcionários	91
Tabela 34 – Relação entre o número de professores e de funcionários na Seção de Ensino Fundamental e Médio no Município de Paulínia em 2000	91
Tabela 35 – Salário médio dos professores em Paulínia.....	92

Listas De Ilustrações: Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da população no município – 1999	63
Gráfico 2 - Evolução das Matrículas por Dependência em São Paulo no período de 1996 a 2000.....	68
Gráfico 3- Evolução das Matrículas por Nível de Ensino em São Paulo no período de 1996 a 2000	69
Gráfico 4 - Evolução das Matrículas na Rede Privada em São Paulo no período de 1996 a 2000.....	71

Acompanhamento do Impacto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) no Estado de São Paulo: Município de Paulínia

APRESENTAÇÃO

Em setembro de 1996, foi sancionada a Emenda Constitucional nº 14, sua regulamentação se deu na Lei Federal nº 9424, de 24 de dezembro do mesmo ano e no Decreto Federal nº 2264, de junho de 1997, que estabelece a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino fundamental e Valorização do Magistério¹ e sua conseqüente implantação, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, a partir de 1º de janeiro de 1998. Editou-se assim, um novo paradigma de financiamento da Educação Fundamental, com validade de dez anos (até 2006, quando termina também a “Década da Educação”).

Basicamente, o Fundef realizou mudanças fiscais e financeiras que readequou as vinculações constitucionais já existentes de financiamento deste nível de ensino, além de estipular novos critérios de distribuição e de utilização dos recursos correspondentes.

Este Fundo é de natureza contábil, e determina que pelo menos 60%, dos 25%, da receita de impostos constitucionalmente vinculados à Educação (Art. 212, da Constituição Federal de 88) sejam destinados, nos próximos 10 anos, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério – destina-se ao pagamento de professores, em efetivo exercício no magistério, uma porcentagem não inferior a 60% dos recursos destinados ao Fundef.

O Fundo é de caráter estadual e seus recursos deverão ser distribuídos entre o Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas

¹ Doravante denominado simplesmente de Fundef ou Fundo

respectivas redes de ensino fundamental. A União será responsável em completar estes recursos, sempre que, em cada estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não atingir o mínimo estipulado nacionalmente.

Além disso, esta política social incentiva à participação da sociedade na fiscalização da gestão dos recursos e define prioridades para que sejam atingidos objetivos estratégicos, como: - promover a justiça social; - promover uma política nacional de equidade de oportunidades educacionais: - promover a efetiva descentralização do ensino (com prioridade para a municipalização do Ensino Fundamental) e; - promover a melhoria da qualidade da educação e a valorização do magistério público.

A meta da presente pesquisa é a de confrontar os resultados no processo de implantação dos Fundos Estaduais com os objetivos declarados pela política do Fundo. Nesta conjuntura, a pesquisa procura analisar comparativamente a implantação e o impacto do Fundef no Estado de São Paulo, abrangendo as dimensões estadual e municipal do Fundo. Sendo que a equipe responsável pela Região de Campinas, à qual pertencemos, vem pesquisando os municípios de: Campinas, Paulínia e Pedreira.

Para concretizar essa pesquisa estão sendo utilizados, prioritariamente, dados primários recolhidos junto às Secretarias Municipais e Estaduais e de dados colhidos nos banco de dados disponíveis².

² As fontes utilizadas para as matrículas foram do site do SEADE – para dados de 1996 a 1998 (o qual não relaciona número de matrículas em creche, ensino supletivo e especial) e do site do INEP – para dados de 1999 a 2001 (o qual não relaciona dados de creche). Também, por não termos dados uniformes de matrícula de 1ª à 4ª e de 5ª à 8ª séries, assim, foram computados para análise deste relatório, somente os dados totais do ensino fundamental. Os dados conseguidos na SMEC são bastante distintos dos anteriores citados, assim só foram utilizados para efeito de comparação. Como o Fundef utiliza os dados do INEP para repasse das receitas, achamos melhor trabalhar com estes e não os da SMEC. Todos os valores monetários foram atualizados para valores constantes de julho de 1999, utilizando-se os Indicadores IGP-DI, DIESP n.º79 - Agosto de 2000.

PARTE I - DISCUSSÃO TEÓRICA:

Capítulo 1 – Introdução:

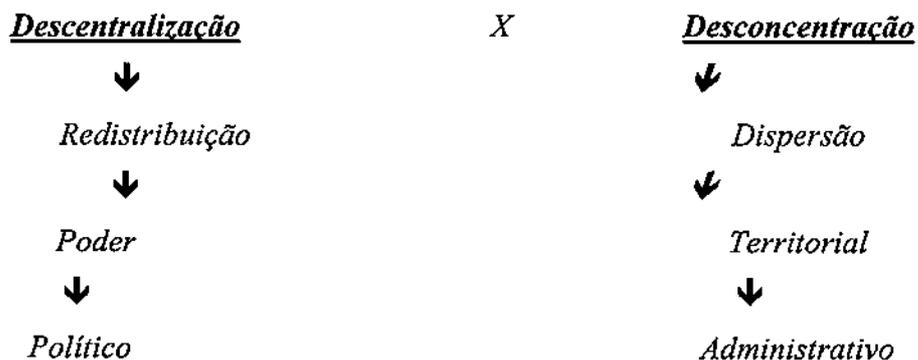
1.1. Descentralização e federalismo: uma questão histórica, política e econômica:

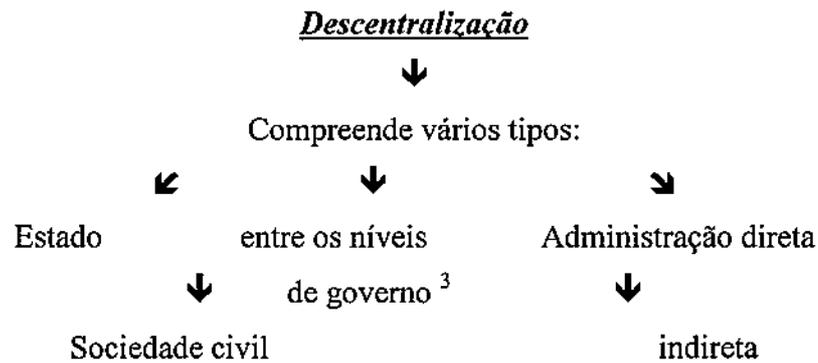
Num momento conjuntural de crise fiscal do Estado e de tendência a ajustes estruturais, como o atual, as políticas públicas têm sido reorientadas envolvendo questões relativas à descentralização, focalização e privatização.

Nos ateremos, porém, na descentralização que frequentemente tem sido utilizada com vários significados. É relevante diferenciar descentralização de desconcentração. Enquanto descentralização implica redistribuição de poder, com o repasse do processo de tomada de decisões, a desconcentração consiste em uma dispersão territorial de instituições governamentais, através de uma delegação de competências sem deslocamento de poder decisório. A descentralização consiste, pois, em um fato político, na medida em que promove alteração na estrutura de poder da sociedade; a desconcentração, por sua vez, corresponde a um procedimento administrativo, que pode envolver distribuição de meios e recursos, pode se constituir em etapa ou condição – necessária, mas não suficiente – para um posterior processo de descentralização (Abreu, M. 1998)

Quanto a redistribuição do poder, podemos verificar alguns tipos de descentralização: da administração direta para a indireta: entre os níveis de governo; e do Estado para a sociedade civil.

Esquematizando:





Não há uma relação direta e necessária entre descentralização e democratização da sociedade (como muitos podem concluir).

Porém, o autoritarismo implica necessariamente a centralização, mas isto não significa que a democratização implique a descentralização ou, ao contrário, que a descentralização implique a democratização do poder na sociedade. Pois a descentralização pode surgir tanto como forma de reforçar o aparelho de dominação ou como um mecanismo que permite o retorno do poder à sociedade civil.

A descentralização que se verifica entre os níveis de governo implica necessariamente na questão do federalismo, que não pode significar somente descentralização da execução, mas também descentralização política, isto é, autonomia legislativa, decisória e de planejamento.

Verifica-se porém, que a relação entre as três esferas políticas de poder no País, caracterizam-se, na maior parte das vezes, apenas pela transferência de competências sem o correspondente repasse dos recursos em volume suficiente para arcar com as novas responsabilidades, gerando maior dependência, e não a esperada autonomia.

O ideal seria construir-se um “federalismo cooperativo” onde o ente descentralizado espera não somente ter competências e funções próprias e decisórias, mas também participar no processo de elaboração, decisão e execução de programas, normas mais gerais que mais tarde condicionarão a sua atuação podendo reduzir sua autonomia real a quase nada.

Por último, é notório esclarecer que a descentralização entre os níveis de governo, pode ser concebida como “estadualização” ou como “municipalização”.

No tocante a descentralização do Estado para a sociedade, esta implica a questão da privatização dos serviços públicos. Destarte, a descentralização é concebida como

³ Entre os níveis de governo podemos ter: União/ Estado ; Estado/ Municípios ; União/ Municípios.

estratégia de redução do gasto público, através da subtração de problemas do espaço público e seu repasse para o espaço privado, ou do deslocamento da produção e/ou da distribuição de bens e serviços públicos para o setor privado, lucrativo ou não lucrativo.

Sumariamente, para integrarmos um processo de descentralização democratizante e construção de um federalismo cooperativo, é necessário, segundo Mariza Abreu (1998):

1. definição clara de competência com redistribuição do poder decisório;
2. transferência de encargos e responsabilidades acompanhada do repasse dos meios e recursos necessários à execução dos serviços descentralizados;
3. garantia da participação do conjunto dos setores sociais no processo decisório, através da construção de conselhos setoriais com representação popular e poder deliberativo;
4. participação dos entes federados autônomos na elaboração das normas gerais que condicionam e limitam o exercício de sua autonomia.

1.2. Aspectos da evolução institucional da descentralização no Brasil⁴:

No governo dos anos de 1960 as funções atribuídas ao governo era a de promotor do desenvolvimento econômico com um sistema tributário flexibilizado como instrumento de política econômica (reforma tributária de 1966) e ao mesmo tempo ele atuava como desconcentrador regional e implementador da Industrialização brasileira. Portanto, tivemos uma centralização da capacidade financeira na União.

Sendo assim, temos que:

“... no período de 1968 – 1980, tipicamente, e perdendo força progressivamente até 1988, o governo federal manteve forte controle sobre as finanças dos GSN (governo sub-nacional), reduzindo sua capacidade de autofinanciamento, ampliando fortemente o volume de transferências financeiras condicionadas e sujeitas a negociação e restringindo a capacidade de endividamento. Nos oitenta este sistema começa a ruir, e a constituição de 88 representa, sob todos os aspectos, a consagração dos princípios contrários” (Prado, S. 2000: 2)

Destarte, ao longo destes anos até 88, o sistema vigente vai se deteriorando e a industrialização vai se esgotando, tendo assim, a pulverização da ação política e dos

⁴ As afirmações constantes deste tópico do Capítulo 1 foram baseadas em aulas ministradas pelo Prof. Dr. Gustavo Zimmerman, do Instituto de Economia da UNICAMP, as quais eu assisti no 2º Semestre de 2000.

agentes econômicos. Perde-se a orientação, o paradigma; desarticulando-se o sistema tributário e o próprio Estado brasileiro.

Neste contexto, a economia vai internalizando outros setores industriais e demandando importações como: energia, componentes industriais, etc. O governo acaba tendo que agir para conter o Déficit Orçamentário e obrigando a Política Econômica a ampliar as exportações, via “Renúncia Fiscal”.

Nos anos de 1980 o governo Federal não seria mais o promotor do desenvolvimento econômico, corroborando o processo descentralizador.

Portanto, ao longo dos anos 80 há o descontrole Fiscal, causado pelo esgotamento do padrão de financiamento do Estado. O governo tenta acionar instrumentos, mas num cenário de estagnação econômica, processo inflacionário crônico crescente e, problemas financeiros (dívida externa e interna), isto se torna insuficiente, mormente entre 80 e 84.

A capacidade de financiamento se esgota devido a renúncias fiscais e engessamento do orçamento através de vinculações – diminuição da liberdade de manipulação. Na década de 70, devido aos financiamentos do setor externo (baixos juros) – II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). E na década de 80, devido ao aumento dos juros e diminuição dos financiamentos externos, e aumento das cobranças dos credores.

A saída foi o ajustamento das contas, já que durante os 70's não havia se discutido a eliminação do déficit orçamentário; a discussão emerge com estagnação, mas é condicionado pela presença do FMI – Fundo Monetário Internacional - (intermediário entre credores e devedores, viabilizar ajuste e “manter” empréstimos para garantir pagamentos). Posição do FMI: forçando a não rolagem da dívida e governos mantêm taxa de juros interna elevada para evitar saída de capital.

A consequência foi o aumento da dívida interna.

Discutia-se nesse período a eliminação do déficit público para equalizar o sistema financeiro, tornando a economia auto-suficiente para gerar superávits e pagar pelo menos os juros da dívida (condicionado pela pressão do FMI).

Portanto, na década de 80, a política macroeconômica consistia no combate do déficit público (igualar receitas e despesas). Lembrando que na década de 70 (Segunda crise do petróleo em 1979), houve o esgotamento da liquidez internacional e no Brasil também esgotou-se o padrão de crescimento econômico e o padrão de financiamento e a solução seria discutir-se o déficit e o controle da política fiscal.

Com este contexto, o governo não encontrava saídas satisfatórias rumo a extinção do déficit público e se afundava cada vez mais neste mar de lamas. Sendo assim, na década

de 80, há o fortalecimento das finanças dos estados e municípios em detrimento da União – descentralização tributária via FPM e FPE. Isto para que Estados e municípios arcassem depois com o ônus social, ou seja, das políticas públicas e sociais (através da descentralização destes setores) antes de responsabilidade da União e que agora não mais poderia arcar com este ônus .⁵

Mas essa descentralização do setor público, pode se dar tanto através transferência de responsabilidades de serviços sociais para os governos su-nacionais, quanto através de privatizações das estatais ou de serviços públicos. Constata-se aí, as premissas da Política Neoliberal, no qual há o Estado Mínimo e a conseqüente desresponsabilização deste quanto ao setor social/público.

Segundo nos diz Prado, Sérgio (2000);

“A evolução do quadro institucional do setor público brasileiro nos 80’s e 90’s pode ser resumida em dois grandes movimentos. O primeiro, exaustivamente discutido, se dá no plano vertical federativo, e envolve o processo de descentralização fiscal e autonomização dos processos orçamentários dos governos subnacionais. Ele envolve um ainda polêmico e pouco estudado deslocamento dos gastos não financeiros para os GSN – a descentralização – e a virtual eliminação de todas as condicionalidades incidentes sobre as transferências intergovernamentais, permitindo que os orçamentos subnacionais atingissem um nível muito elevado de controle sobre a quase totalidade de seus recursos (...).

O segundo, bem menos conhecido e enfatizado, refere-se ao prolongado processo de recuperação/resgate dos orçamentos fiscais dos entes federativos em geral, principalmente do governo central e estados. Este processo se inicia em meados dos anos de 1980, com a reforma institucional então iniciada, que culminaria com as mudanças implementadas pela constituição de 1988.”

Comparativamente, podemos dizer que um traço marcante do modelo anterior (entre 1968 e 1988) era que, existia uma concentração do poder no governo central, isto é, devido às agudas restrições impostas a autonomia do financiamento dos governos subnacionais. Sendo que o poder econômico e financeiro assim centralizado, na verdade,

⁵ Muito frequentemente, e talvez o Brasil dos 90 apresente esta característica, a reforma do padrão de apropriação, deslocando recursos para níveis inferiores de governo, leva a subseqüente e espontâneo deslocamento dos encargos no mesmo sentido, pela conhecida “Lei de Say” fiscal, pela qual a disponibilidade de recursos gera o gasto (Prado, S. 2000).

estava disperso entre diversos espaços orçamentários quase autônomos, não sendo subjugados por nenhuma forma de controle; a título de explicação podemos citar: as holdings estatais, autarquias setoriais e regionais, Banco Central.

Embora, desde os anos 80 tem-se intencionado a gradativa redução da centralização normativa, ainda esbarramos na fragilidade da autonomia dos governos sub-nacionais através da renúncia a institucionalizar localmente os mecanismos de gestão orçamentária mínimos necessários, levando que o Executivo e o Congresso Nacional venham ampliando recorrentemente os mecanismos legais centralizados que executem esta função. Exemplos insígnies recentes são a gestão do endividamento, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal⁶, a Lei Camata 1⁷ e, de um certo ponto de vista, até o Fundef, na medida em que ele significa uma interferência do país na distribuição de recursos entre governos estaduais e governos municipais em cada estado.

Isto pode parecer paradoxal ou como é dito, uma “esquizofrenia federativa”, pois verificamos de um lado a acentuada e crescente autonomia sob certos aspectos e, no reverso temos a total dominância de regras nacionais impostas uniformemente aos governos sub-nacionais em outros. (Prado, S. 2000)

Este estudo serve para ilustrar o contexto político e econômico em que se dá o processo de descentralização no Brasil; primeiro no âmbito econômico/tributário e depois no campo das políticas públicas e sociais, e isto a partir da década de 80 com o acirramento do déficit público e do cenário da crise pública e econômica.

À guisa de explicação, podemos dizer que a política do Fundef foi fomentada neste contexto, só que já na década de 90, mas sobre forte influência do processo descentralizador setorial vindouro.

É importante ser ressaltado ainda, que este processo de descentralização foi organizado de maneira semelhante em vários outros países do mundo, mormente na América Latina, no qual se dá ao mesmo tempo o processo de redemocratização, findando o período da ditadura militar, ou seja, passa-se de sistema extremamente centralizador para outro descentralizado. Focalizando esta discussão no âmbito educacional, podemos ter ainda que os efeitos da descentralização e da desconcentração, para a melhoria da

⁶ **Lei de Responsabilidade Fiscal:** Lei Complementar Nº 101, 04 de Maio de 2000.

⁷ **Lei Camata 1:** Lei Complementar Nº 82, De 27 De Março De 1995.

qualidade do ensino, se deu nos vários estados da Federação brasileira e em países latino-americanos como: a autonomia escolar na Colômbia, a descentralização e qualidade da educação no México e o caso da Argentina.⁸

1.3. Panorama do financiamento descentralizado das políticas educacionais no Brasil⁹:

Os municípios são cada vez mais importantes no financiamento da educação, as prefeituras representam 28,6% da despesa pública nesta área. O Brasil possui um elevado grau de autonomia fiscal constituindo uma Federação descentralizada devido a uma grande participação dos governos estaduais e municipais na receita e nos gastos públicos.

Os antecedentes históricos do federalismo no Brasil revelam uma tendência cíclica no período republicano. Nos momentos de abertura e fechamento do regime político, observaram-se fases de menor ou maior concentração do poder financeiro no governo central. No auge do regime militar, houve considerável perda de autonomia financeira dos Estados e Municípios em favor da União, seja pela redução das transferências regulares (constitucionais), seja pelo menor grau de autonomia e poder de tributar. A abertura política, a partir dos primeiros anos da década de 80, coincidiu com a gradativa ampliação da participação de Estados e Municípios na receita pública, notadamente pelo aumento dos percentuais dos Fundos de Participação. Enfim, a constituição de 1988 deve ser considerada como consolidação e aprofundamento decisivo deste processo.

Reconhecer o processo histórico é fundamental para a análise das alternativas de financiamento das políticas públicas, por três razões:

1. Este arcabouço descentralizador fiscal dificilmente comporta alterações radicais;
2. A construção do quadro institucional atual apresenta relação direta com as enormes disparidades econômicas e sociais do país. Surge um sistema de transferência redistributiva que desloca receita pública do Centro/Sul para o Norte/ Nordeste do país.

⁸ Ver: Costa, Vera Lúcia C. (org.), In: Descentralização da Educação – novas formas de coordenação e financiamento, 1999.

⁹ As afirmações constantes deste tópico do Capítulo 1 foram baseadas em aulas ministradas pelo Prof. Dr. Gustavo Zimmerman, do Instituto de Economia da UNICAMP, as quais eu assisti no 2º Semestre de 2000.

3. As adversidades financeiras conjunturais coincidem um quadro de enormes carências na oferta de serviços público básicos.

No decorrer da história, a carga tributária brasileira apresenta desempenho crescente. Nos anos 60 apresentava nível inferior a 20% do PIB, no início dos anos 70 passou a 25% devido às reformas implementadas no início do governo militar, entre os anos 70 e 80 permaneceu estagnada, nos anos 80 houve um declínio devido ao aprofundamento da crise econômica. Em 1993 (Plano Real - Estabilização econômica) a carga tributária nacional saiu do patamar de 26% para 29% do PIB.

Analisando estes dados, podemos observar o sistema de transferência redistributiva. A arrecadação própria dos Estados e Municípios no ano de 1995 foi: 61% sudeste; 16% sul; 12% nordeste e 11% o norte/ centro oeste. Ao passo que as receitas disponíveis neste mesmo ano são as seguintes: 52% sudeste; 19% nordeste; 16% sul e 13% o norte/ centro oeste.

A partir de 1997, surge o FUNDEF, para garantir o cumprimento de metas, tais como: geração de um efeito redistributivo, realocação de recursos disponíveis para a Educação Fundamental na maioria dos municípios procurando promover a gestão do financiamento da Educação Fundamental de forma mais descentralizada.

Á guisa de conclusão podemos mencionar que:

“... a descentralização do sistema de ensino e dos demais programas que o consolidam constitui um processo que reorganiza a política educacional. É sabido que o sistema brasileiro de educação fundamental se deu sob forma descentralizada ao longo da história republicana no Brasil, e que a responsabilidade recaía sobre os estados e municípios. Mas que mesmo assim, participa ainda do esforço descentralizador desencadeado com a redemocratização dos anos 80, pois a área educacional também chega aos 80's bem arraigada no poder centralizado da União, padrão moldado pelas aspirações e práticas centralizadoras do autoritarismo no período do regime militar (a partir da década de 1960). Ressalta-se ainda que este processo de descentralização é complexo e extrapola a dimensão federativa.”
(Draibe, S. 1999).

Totalizando esta questão podemos ainda dizer que:

“... a descentralização da gestão é uma prática que está sendo posta em prática em várias regiões do mundo. Mas isso não acontece como uma situação própria e exclusiva do setor educativo. Este movimento se inscreve dentro de um processo maior de reforma da gestão pública

orientada a aumentar a "competitividade sistêmica" das nações, em um contexto de globalização crescente dominado por forças do mercado."
(Messner, 1997).

1.4. Municipalização da educação: uma análise sobre a questão:

Um processo de descentralização implica em "estadualização" ou em "municipalização" do setor em questão. Entretanto, é conspícuo abordarmos a municipalização da educação como instrumento de nossa pesquisa.

É relevante dizermos que este processo de municipalização como o conhecemos hoje tem suas bases em seu efetivo aliado, o saudoso professor Anísio Teixeira (em abril de 1957), quando a municipalização do ensino vê o número de seus defensores crescendo. Porém, nada de prático se concretizou neste período, mas esta seria a semente que germinaria mais tarde.

Segundo Anísio Teixeira: "transferir encargos para o município significa transformar o município em centro de determinadas atividades, atividades essas que estavam anteriormente a cargo dos dois outros níveis de governo", levando em conta que "a administração local será sempre mais satisfatória" (Ompen.1984, pp.407-425, In: Both, 1997).

Para que uma municipalização tenha êxito é indispensável a autonomia administrativa, com recursos e apoio. Desta forma, município, estado e União (poder central) somam esforços em torno da questão, visto serem as três dependências administrativas detentoras de amplos recursos e experiências em desenvolver e administrar ensinos pré-escolar e fundamental.

A municipalização da educação pode ser melhor explicitada assim:

"Pode ser entendida municipalização da educação como a transferência de competências administrativas e da responsabilidade pela administração e pelo desenvolvimento dos ensinos pré-escolar e fundamental dos estados aos municípios, de forma gradual, progressiva e diferenciada, acompanhada dos necessários apoios e recursos por parte da União e dos próprios estados". (Both, I. 1997: 78)

E segundo Ávila (1987, p. 10. In: Both, I. 1997):

"a essência da autêntica municipalização haverá de ser constituída pelo respaldado investimento – de toda ordem, de todas as entidades governamentais e sociais e em todas as dimensões de tempo – no

desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo de capacidade, condições e competência com o próprio município...”

Para Ávila ainda, o município é entendido “como população + poder público local”.
E convém que o município:

diagnostique, tome decisões e gerencie respostas aos seus problemas, necessidades e aspirações em processo participativamente co-responsável e compatível com seu perfil, com justas diretrizes de unidade regional e nacional e com programas e projetos que extrapolem as dimensões municipais (Ibid., p. 10).

Assim, ao município é incubido o acompanhamento, a capacidade e a competência na tomada de decisão e no gerenciamento dos componentes que integram a realidade administrativa local, procurando manter estreita relação com a vocação regional e a política nacional de desenvolvimento socioeconômico.

Como já é sabido uma municipalização da educação certamente tem como propósito inicial abranger os ensinos pré-escolar e fundamental, por constituírem estes a base e o início e todo o sistema de ensino. Portanto, um ensino básico de qualidade pode representar condição para a garantia de qualidade dos demais graus de ensino.

Diz Namó de Mello (1988, p. 46. In: Both, I. 1997) que “o autoritarismo e a centralização do Estado brasileiro não se manifestam apenas pela concentração do poder do âmbito do Executivo Federal e nos poderes Executivos de modo geral”, mas em termos de educação “o autoritarismo se manifesta também quando se encontra no Executivo, sobretudo da União, o poder de decidir o que e como descentralizar”.

A tal referida autonomia financeira pressupõe receitas próprias, mas tratando-se de municipalização tais receitas podem ser acrescidas com a cooperação de outras fontes, já que quase nunca a receita própria de um município é suficiente para arcar com todo o ônus de um município e de seus municípios. E segundo nossa Constituição de 1988, “a União (...) prestará assistência técnica e financeira (...) aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino”.

Uma colocação interessante seria dizer que uma municipalização eficiente deveria contar também com um planejamento educacional participativo, isto é, as discussões e planejamentos educacionais deveriam ser originados na base municipal (pois está mais próximo da população e de suas carências), integrada ao nível estadual e convergido para o nacional e, não o contrário, como é visto: gerado em âmbito nacional de governo sem a participação destes em seu planejamento. E se isto não for praticado verifica-se ainda a

centralização do poder decisório na União. Pois como nos diz Caetano (1980, p.254, In: Both, I. 1997), “a administração está concentrada quando o superior da hierarquia é o único competente para tomar decisões, limitando-se os agentes dos escalões subalternos a informar e executar”.

A solução seria talvez uma maior articulação/ participação das três esferas políticas na formulação de propostas educacionais.

Segundo Both (1997), nas argumentações favoráveis a municipalização podemos dizer que seus defensores pregam como pressuposto básico desta municipalização, a melhoria administrativa e qualitativa dos ensinos fundamental e pré-escolar, mas sem contudo descuidar da valorização e do bem-estar dos recursos humanos responsáveis pelo seu desenvolvimento. Já que pouco ou nada contribuiria a municipalização do ensino em benefício da educação se, “para cobrir um santo, fosse necessário descobrir outro”. Assim, a municipalização da educação é legítima quando se trata também do fator de proximidade da administração municipal às escolas e à comunidade como sendo um aspecto relevante.

Ainda segundo Both (1997), um aspecto nocivo à municipalização seria termos uma “prefeiturização” e não uma municipalização efetiva que, implica a integração entre a comunidade e o poder público. A prefeiturização seria uma usurpação do poder, pois teríamos um ensino municipal prejudicado por políticas de clientelismo e mandonismo, remontando o período histórico do “coronelismo e do voto de cabresto”. Portanto, não se pode fazer da municipalização um novo processo de coronelismo/clientelismo; no qual temos o sistema educacional totalmente subjugado ao poder municipal.

Segundo Mello (1986), “a municipalização implica não só na reforma tributária, como participação política na definição das diretrizes nacionais”. Ainda, é preciso supor “uma sociedade civil forte e organizada, que saiba cobrar e fiscalizar o poder local” (ibid.).

No tocante a reforma tributária, vem sendo pauta que é uma das bases para a municipalização efetiva. Se até o momento o município vem sendo penalizado com a distribuição da receita tributária entre os diversos setores políticos, é aguardado que a reforma tributária será bem mais congruente com a municipalidade, do contrário estará fadada à pobreza.

Entretanto, como nos revela Both (1997), “... que, com a possibilidade de obtenção de percentuais de recursos provenientes da distribuição tributária bem mais elevados, o município não pode cair no desperdício de gastos, fazendo-se necessária para tal a presença vigilante da sociedade.”

Esta municipalização da educação e possivelmente de outros serviços pode ser favorável para imprimir um maior cunho democrático à sociedade. E por estar o poder local mais próximo à realidade de seus munícipes, mais sensível e vulnerável torna-se ele aos clamores da população. Porém, é preciso desburocratizar o sistema de poder para que essa aproximação com a sociedade se torne mais sólida e se elimine todos os obstáculos que emperram a sua efetiva realização e integração (poder público + sociedade civil). Mello (1986, pp.19-24, In: Both, 1997) acrescenta: “Se a esfera municipal for representativa dos interesses populares e dispuser de poder de decisão e recursos, a interação povo-governo tornar-se-á ágil, menos burocratizada, mais participativa”.

É insigne ressaltar que há oposição a municipalização e uma importante oposição se da pela APEOESP – Associação de Professores do Estado de São Paulo (1988, pp.77-78, In: Both, 1997) que opõe-se à municipalização, por entender que ela “favorecerá o clientelismo político, criando ainda maior fragmentação pedagógica e administrativa, depreciação salarial do magistério e enfraquecimento das entidades representativas”. Para essa associação (ibid.), “a municipalização proposta não descentraliza, mas apenas repassa as verbas do governo aos municípios, sem descentralização do poder”. Todavia, uma das condições para a municipalização é justamente a descentralização administrativa, passando maiores competências aos municípios.

Em termos sindicais, o Sindicato dos Professores de Brasília – SINPRO (1988, pp.77-78) “considera que a municipalização do ensino não é um bem em si e só poderá trazer benefício à educação se vier acompanhada de várias mudanças estruturais”. Além disso, os cofres municipais vazios, a limitada capacidade administrativa, a tradição autoritária e a dominação pelas oligarquias locais dão pouca credibilidade ao município para dar andamento ao processo em questão, isto segundo o Sindicato.

Referindo-se novamente a APEOESP – Associação de Professores do Estado de São Paulo (1988, pp.77-78) – esta desconfia que por detrás do movimento pela municipalização esteja o FMI – Fundo Monetário Internacional – pressionando para que se reduzam os gastos públicos, o que representaria um passo importante para a colocação do ensino em mãos da iniciativa privada, quando “os maiores prejudicados serão os filhos das classes menos favorecidas”.

Um fator importante, mas por muitos esquecido é o fato de que uma municipalização efetiva não se fará “de uma só vez, nem por decreto, nem por um ato de mágica” (Bedê, 1988, pp.40-43, In: Both, 1997), mas gradativamente, segundo as condições de cada município, “naturalmente e não traumáticamente” (ibid.).

Para finalizar esta discussão utilizaremos as palavras de Mello (1986, pp. 19-23, In: Both, 1997) quando este diz que “a condição fundamental, para que o município possa assumir plenamente a responsabilidade pela educação básica, é uma reforma tributária que promova a redistribuição dos recursos públicos existentes”. Mas por outro lado, os governos estadual e federal devem dar apoio “material e técnico para equalizar a oferta de escola pública nacional a todos os cidadãos do País”.

1.4.1. Precedentes da municipalização da educação no Brasil:

A defesa da municipalização da educação no Brasil compreende períodos evolutivos e a ação evolutiva deste pensamento possivelmente pode ser dividida em três períodos distintos, indo o primeiro de 1946 a 1971, o segundo de 1971 a 1988 e o terceiro de 1988 a 1991. Sendo que cada período se caracteriza por uma evolução social e doutrinária; na primeira situam-se os planos ou programas oficiais e/ ou de iniciativa individual de implementação, movimentos de opinião diversos e até mesmo experiências de casos palpáveis.

Tabela 1 – Evolução sócio doutrinária da municipalização – 1946 a 1991

Evolução legal	Evolução social e política			Evolução doutrinária	
	Plano / programa oficial de implementação	Movimentos de opinião	Experiências / casos	Movimento / opinião	Posição de autores
1964 a 1971	Planos de iniciativa municipal	Movimentos isolados	Volta Redonda	Debates isolados	Anísio Teixeira e outros
1971 a 1988	Promunicípio	Associações	Rio grande do Sul	Debates localizados	Ávila e outros
1988 a 1991	MEC/Undime	Associações	Transição	Debates em nível nacional	Bedê e outros

Fonte: Both, Ivo., 1997

- **1º período: de 1946 a 1971**

É o período de início efetivo da defesa do pensamento de municipalização do ensino.

Neste início surgiram algumas iniciativas de planos/programas, principalmente por parte de alguns municípios.

A partir da década de 1950, principalmente com a defesa da municipalização do ensino por Anísio Teixeira, esta questão adquiriu uma certa empolgação, porém, perdeu um pouco deste entusiasmo, precipuamente por iniciativa da classe política, com a promulgação da Lei nº 4024/61, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Para Belchior (1985, p.2, In: Both, 1997), reportando-se à Lei nº 4024/61, de Diretrizes e Bases – LDB,

“a idéia da municipalização do ensino, potencialmente contida na lei, e agora a cargo dos sistemas estaduais de ensino, teria se deteriorado tendo em vista a incapacidade das administrações estaduais para formularem, dentro de sua área de autonomia, diretrizes próprias que afirmassem seus próprios sistemas de ensino, configurando dentro deles as responsabilidades e recursos para os sistemas municipais”.

Com esta lei ocorreu um certo processo de descentralização, mas isto quanto à montagem de estruturas legais, porém sem a suficiente delegação de competências e sem recursos e incentivos compatíveis.

Ressaltamos, entretanto, que o movimento municipalista, como questão geral, emergiu já a partir da Constituição de 1946.

Anísio Teixeira, defensor da municipalização a define assim, como “um processo de transferência de encargos do Estado ou da União para o governo local”, e ainda diz que, “Transferir encargos para o município significa transformar o município em centro de determinadas atividades, (...) anteriormente a cargo dos dois outros níveis de governo”.

- **2º período: de 1971 a 1988**

Este período é bastante rico tanto legal quanto social e doutrinariamente. Pode-se então dizer que esse período é de afirmação do pensamento de municipalização do ensino.

Se no período anterior temos o respaldo da Lei nº 4024/61, neste período seguinte temos o aval da nova lei que surge, a Lei nº 5692/71 – Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, que traz em suas linhas uma abertura significativa para iniciativas efetivas no campo da municipalização do ensino, mormente em relação a transferência de encargos e competências.

Mais tarde, temos o Decreto nº 81.967/78 que regulamenta o dispositivo contido na Lei nº 6536, estabelecendo que os 20% do Fundo de Participação devem ser aplicados em

ensino regular de 1º grau, educação pré-escolar, assistência ao educando, educação especial, iniciação para o trabalho e biblioteca.

Anos depois tínhamos também a Emenda Constitucional nº 24/83, conhecida por Emenda Calmon, que determinava que a União deveria aplicar anualmente no mínimo 13%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, no mínimo 25% de sua receita tributária na manutenção e no desenvolvimento do ensino, sem especificar níveis – tem-se aí a tentativa de descentralização tributária. Podemos dizer que efeitos práticos surgiram bem poucos, já que a União centralizadora e detentora da maior fatia do bolo financeiro nacional em seu poder, só aplicaria 13% enquanto aos municípios – muitos debilitados economicamente – caberia investir 25% de sua receita tributária na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Gestada nos 50, a idéia de municipalização ressurgiu nos 70 como uma forma de descentralização política. A Lei 4024/61 é impregnada de uma certa pressão pela descentralização, tendo como aliada maior a Lei nº 5692/71, que traz a partir de 1975 um programa de apoio às administrações municipais denominado Promunicípio.

O Promunicípio (Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal) foi concebido como instrumento que viabiliza as condições para que o município assumisse a responsabilidade com o ensino de 1º grau, enquanto ao estado caberia definir diretrizes gerais, prestar assistência técnica e cooperação financeira.

As metas definidas para o Promunicípio durante o período de 1975-1979 foram:

“... implantação e manutenção de órgãos de coordenação e assistência técnica ao ensino municipal, tanto no Departamento de Ensino Fundamental do Ministério de Educação e Cultura como na estrutura administrativa das secretarias de educação de vinte e um estados da federação;

(..) prestação de assistência técnica aos 3.940 municípios brasileiros com o propósito de aperfeiçoar e desenvolver suas próprias redes de ensino e integrar as mesmas ao correspondente sistema estatal;

(...) cooperação financeira indireta aos municípios, através das secretarias de educação e cultura dos diferentes estados” (SOBRINHO, 1978, 13-14).

Tivemos ainda outros programas com o apoio governamental, consistindo em passos importantes para a municipalização do ensino. Destarte, surge em 1984 o Programa Municipal e Intermunicipal de Educação, com o propósito de financiar programas

municipais e intermunicipais de desenvolvimento do ensino fundamental. Temos ainda o Programa Monhangara, que atuava em áreas urbanas de 25 municípios das regiões norte e centro-oeste, sendo seu objetivo promover a gradual e crescente municipalização do ensino fundamental, com um mínimo de quatro anos de escolaridade.

Já em 1987, temos a tentativa de apoiar, incentivar e desenvolver ações voltadas para a valorização do magistério do ensino fundamental nos municípios, através do Programa de Valorização do Magistério (hoje podemos reconhecer este programa no Fundef, que é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério).

É também de 1987 um Programa Municipal de Educação Pré-escolar, executado pelas prefeituras municipais, e que objetivava atender a um considerável número de crianças na faixa etária pré-escolar.

No entanto, é no período que vai de 1971 a 1988, que provavelmente podemos ver os maiores debates em torno da tão discutida municipalização do ensino – porém, estas discussões foram bem localizadas sem o devido apoio nacional.

- *3º período: de 1988 a atualidade*

Este período pode ser considerado o ponto decisivo para as decisões cruciais em torno da questão da municipalização do ensino. Sendo que a própria Constituição de 1988 veio justamente para salvaguardar tal mudança.

À favor desta nova tendência à municipalização do ensino temos a égide do próprio Ministério da Educação e, somando a ele temos o surgimento de uma nova força, e agora mais incisiva em favor da municipalização do ensino; tendo o firme propósito de resguardar a qualidade do ensino fundamental; surge então neste novo cenário a UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (1988), cujo palco principal é a municipalização do ensino básico. Com a pressão da UNDIME e dos dirigentes municipais, vemos o início da municipalização do Programa de Alimentação Escolar e Saúde do Estudante, sendo também implantada a Cota Federal do Salário Educação (QFSE) na contribuição destinada aos projetos municipais e intermunicipais de educação fundamental.

Destarte, a UNDIME é considerada um marco histórico nacional em prol da municipalização do ensino básico.

E o então presidente da UNDIME, no tom de desabafo diz que por certo, a municipalização da educação básica por si só não resolve todos os problemas a ela

inerentes, mas se constitui em alternativa de solução que traz em si a possibilidade de dar certo¹⁰.

Segundo Carvalho (1988, p. 59, In: Both, 1997, p. 119), o MEC (Ministério da Educação) aponta as seguintes vantagens que podem resultar da municipalização da educação: garante maior racionalização de recursos; permite mecanismos de ação e solução mais rápidos; possibilita a desburocratização do sistema; assegura maior conhecimento por parte da administração municipal da realidade física, social, econômica e cultural em que o município se situa; facilita o acompanhamento e a avaliação de todas as atividades, permitindo assim ao município assumir gradual e progressivamente a responsabilidade com o ensino. Sucesso e êxito, dessa forma, serão compartilhados.

Dentro deste fórum de debates surgem preocupações com relação à valorização do magistério público e de seus recursos humanos e procura-se apontar soluções para esta questão. Sendo assim, para o MEC/SEB (SEB: Sistema de Educação Básica) (1988, p. 54, In: Both, 1997, p. 128), o salário não constitui a única forma de valorização do professor, sendo também necessário valorizar sua função social. E possivelmente uma das formas de reconhecer a função social é conceder-lhe um estatuto profissional condigno. Como norma legal, o estatuto do magistério tem os objetivos de: estruturação da carreira; garantia dos direitos inerentes à profissão; definição dos deveres relativos à profissão; oferta de constante atualização; e garantia de salário compatível com a função. E o Ministério da Educação/SEB (1988, p.62, *ibid.*), ainda encara o estatuto do magistério como “um instrumento de valorização do professor na medida e que esteja implantado, contenha itens mínimos indispensáveis à carreira profissional e seja de conhecimento não só da comunidade educativa, mas de todos os segmentos da municipalidade”.

Segundo ainda nos diz Both (1997), vários são os itens da valorização do magistério por meio de um estatuto. No entanto, segundo os próprios municípios, por intermédio de projetos municipais e intermunicipais (MEC/SEB, 1988, p. 64), são estes alguns dos itens mínimos indispensáveis que devem constar do estatuto: formas de ingresso (concurso público de provas e títulos); regime jurídico; jornada de trabalho; remuneração; atualização profissional; progressão horizontal; progressão vertical; incentivos; deveres; penalidades; quadros distintos para professores habilitados e não habilitados; quadros e tabelas de cargos e salários e/ou remuneração.

¹⁰ Observações constantes num folheto de circulação nacional sobre a UNDIME.

À guisa de conclusão podemos dizer que tem havido uma evolução significativamente considerável, tratando-se do ponto de vista legal, social, político, doutrinário e estatístico da realidade de uma municipalização do ensino, precipuamente desde 1946 até nossos dias. Entretanto, devemos ressaltar maior destaque quanto a evolução legal, doutrinária e estatística no que tange a questão da municipalização da educação no Brasil na atualidade.

A tabela 2, no entanto, não dá uma impressão muito precisa da evolução estatística da municipalização pela qual estamos passando, pois retrata apenas os anos de 1997 e 1998, o que é insuficiente para uma análise mais acurada, mas mesmo assim, devemos tê-la como padrão para posteriores análises desta questão entre um espaço maior de tempo.

Tabela 2 – Municipalização do ensino fundamental no Brasil – 1997 e 1998

ESTADO / REGIÃO	MUNICIPALIZAÇÃO DO E.FUND.% -1997	MUNICIPALIZAÇÃO DO E.FUND.% - 1998	VARIAÇÃO %
Acre	32,7	33,0	+0,3
Amazonas	37,4	42,2	+4,8
Amapá	15,6	19,1	+3,5
Pará	41,4	60,4	+19,0
Rondônia	33,8	36,7	+2,9
Roraima	4,1	4,4	+0,3
Tocantins	34,4	36,4	+2,0
NORTE	36,9	48,0	+11,1
Alagoas	73,2	72,7	-0,5
Bahia	52,3	61,5	+9,2
Ceará	64,3	68,1	+3,8
Maranhão	67,8	71,7	+3,9
Paraíba	52,7	57,2	+4,5
Pernambuco	52,1	55,6	+3,5
Piauí	60,0	64,5	+4,5
R. Grande do Norte	47,9	50,4	+2,5
Sergipe	45,2	47,0	+1,8
NORDESTE	57,3	62,4	+5,1
Goiás	32,9	35,7	+2,8
M. Grosso do Sul	42,9	44,1	+1,2
Mato Grosso	36,8	42,1	+5,3
CENTRO OESTE	30,6	39,2	+8,6
Espírito Santo	30,2	41,3	+11,1
Minas Gerais	26,3	40,9	+14,6
Rio de Janeiro	64,9	63,5	-1,4
São Paulo	18,8	21,2	+2,4
SUDESTE	28,6	35,1	+6,5
Paraná	47,3	47,7	+0,4
R. Grande do Sul	40,8	42,5	+1,7
Santa Catarina	37,7	39,1	+1,4
SUL	42,7	43,8	+1,1
BRASIL	40,7	50,6	+9,9

Fonte: Censos Escolares de 1997 e 1998 – MEC/INEP/SEEC, In : Abreu, Mariza

Capítulo 2 - O Financiamento Da Educação:

2.1. Financiamento da educação no Brasil:

- *2.1.1 Primeiras discussões:*

É inconteste que uma das precondições que viabilizaram o recente surto de desenvolvimento em várias localidades do mundo foi o salto alcançado na área da educação nas últimas décadas. Um exemplo consistente foi a rápida recuperação do Japão arrasado na 2ª Guerra Mundial, que investindo em seu capital humano¹¹ através da prioridade à educação conseguiu transpor sua condição de país arrasado para uma das maiores potências da atualidade.

Portanto, discute-se o importante papel que pode desempenhar a educação no desenvolvimento de uma nação; já que a questão educacional é uma das condições para a superação do subdesenvolvimento. Sendo assim, a educação pode contribuir tanto com o crescimento econômico, quanto com a diminuição das desigualdades sociais. É verdade também que as desigualdades educacionais explicam, em grande parte, as desigualdades econômicas e tais argumentos admitem supor que caso se proceda a uma equalização das oportunidades de acesso ao ensino pode-se atingir o objetivo de uma melhor distribuição de renda.

Para ilustrar esta discussão podemos remeter as empresas envolvidas com projetos de “Qualidade e Produtividade”, que citam com enorme ênfase as dificuldades criadas pelas deficiências educacionais e priorizam os investimentos em Educação como aqueles mais importantes a serem assumidos pelo Estado. Mas muitas vezes, estas empresas optam por elas próprias investirem na educação de seus empregados, aumentando o capital humano e qualificando seus recursos humanos, através da criação de verdadeiros centros educacionais dentro destas empresas.

¹¹ **Capital humano:** teoria desenvolvida a partir da década de 60, na qual tem como principais teóricos Frederick Harbison e Theodore Schultz. A justificativa para a expressão “capital humano” é o fato de que habilidades, como outros ativos, constituem uma reivindicação de renda futura.

- **2.1.2. Financiamento da educação:**

A vinculação constitucional de recursos para a educação, criada em 1983, com a Emenda Constitucional João Calmon (nº 24/83 – que destina 25% da receita de impostos Estaduais e Municipais para a educação e não mais 20% apenas)¹² e, posteriormente ampliada pela Constituição de 1988, representou incontestavelmente um avanço nas políticas públicas ao assegurar mínimos de investimento público na MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -, em seus diferentes níveis. Porém, com o processo inflacionário que perdurou até a implantação do Plano Real, em 1994, transformando os orçamentos públicos em marionetes, engendrou um enorme desvirtuamento entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, favorecendo o não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios.

Segundo o economista Barjas Negri (1997), há grande controvérsia sobre o quanto se gasta com educação no Brasil. De acordo com o último indicador oficial disponível, calculado pelo Departamento de Contas Nacionais da Diretoria de Pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), temos a indicação de que a participação percentual da educação no Brasil em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), em 1989, era de 3,6% e, em 1990, era de 3,7%. Mas, segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em seu último Anuário Estatístico, divulgou que em 1989 a participação percentual da educação no Brasil em relação ao PIB era de 4,6%. Tais disparidades entre os indicadores podem ser explicadas, de acordo com Barjas Negri (1997), da seguinte forma: até 1985, as estatísticas do financiamento e gastos

¹² EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 24, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1983

Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único – O artigo 176 da Constituição Federal passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

“§ 4º - Anualmente, a União aplicará nunca menos de treze por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

Brasília, em 1º de dezembro de 1983

da educação eram enviadas à UNESCO através do IBGE e, a partir daí, passaram a ser enviadas através do MEC.

E a partir de 1986, inicia-se a disseminação de informações dos gastos públicos com educação contendo distorções metodológicas, isto é, inclui-se uma dupla contagem dos gastos sem a devida dedução das transferências intragovernamentais destinadas à educação, do governo federal para os governos estaduais e municipais e dos governos estaduais para os governos municipais.¹³ Isso pode ter elevado indevidamente a estimativa do percentual do PIB, inflacionando os dados da UNESCO. Em contrapartida, deve-se considerar que tanto a estimativa do IBGE quanto da SEE (Secretaria Estadual de Educação) calculam apenas a participação dos recursos públicos no percentual do PIB gasto com educação, deixando de computar os gastos efetuados por famílias e empresas que integram os gastos privados em educação.

Quanto ao financiamento da educação no Brasil, a Constituição brasileira define em seu “caput” do artigo 212 que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Além disso, no parágrafo 4º do mesmo artigo é previsto que os programas suplementares de alimentação e de assistência à saúde do educando, no ensino fundamental, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, e ainda no 5º parágrafo do artigo 212 da Constituição Federal é estabelecido que o ensino fundamental público terá como fonte adicional a contribuição social do Salário Educação – QFSE e QESE.¹⁴

¹³ Ver a Constituição Federal, Artigo 212 – parágrafo 1º.

¹⁴ QFSE: cota federal do salário educação .

QESE: cota estadual do salário educação.

**Tabela 3 – Competências de impostos por nível de governo situação vigente –
constituição da república de 1988**

Governo	Modalidade de Tributo (Impostos sobre)
União	Importações (II) Exportações (IE) Renda e Proventos de qualquer natureza (IR) Produtos Industrializados (IPI) Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos / Valores Mobiliários (IOF) Propriedade Territorial Rural (ITR) Grandes Fortunas (IGF) Extraordinários, em caso de guerras externas não previstos na Constituição (Residual)
Estados	Operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte e de comunicação (ICMS) Propriedade de veículos automotores (IPVA) Transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD)
Municípios	Prestação de Serviços de qualquer natureza (ISS) Propriedade predial e territorial (IPTU) Transmissão <i>inter vivos</i> de bens e direitos (ITBI)

Fonte: Afonso, J. R. R. (1994), In Negri, Barjas, 1997.

A Constituição Federal estabelece um mecanismo que para minimizar a centralização da arrecadação de impostos nas esferas federal e estadual, garante um sistema de distribuição e partilha automática de receitas de impostos do governo federal para os governos estaduais, Distrito Federal e municípios e, dos governos estaduais para seus municípios.

**Tabela 4 – Transferências de impostos por nível de governo situação vigente –
constituição da república de 1988**

Sentido	Modalidade de Repartição
<p align="center">Da União para os Estados</p>	<p align="center">Distribuição:</p> <p>21,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Distrito Federal, redistribuído através de fórmula (fixada em lei, objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico)</p> <p>10% da arrecadação líquida do IPI, proporcional ao valor das exportações de bens industrializados.</p> <p align="center">Partilha :</p> <p>100% do IR incidente na fonte sobre rendimentos pagos pela administração pública estadual</p> <p>30% do IOF incidente sobre o ouro definido como ativo financeiro ou cambial, conforme a origem</p> <p>20% da arrecadação de novo imposto que a União venha a instituir (competência residual) – rateio determinado por lei federal</p>
<p align="center">Da União para os Municípios</p>	<p align="center">Distribuição:</p> <p>22,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), redistribuído através de fórmula (fixada em lei), objetivando promover o equilíbrio sócio-econômico</p> <p align="center">Partilha :</p> <p>100% do IR incidente na fonte sobre rendimentos pagos pela administração pública municipal</p> <p>70% do IOF incidente sobre o ouro definido como ativo financeiro ou cambial, conforme a origem</p> <p>50% da arrecadação do ITR, conforme sítio dos imóveis</p>
<p align="center">Dos Estados para os Municípios</p>	<p align="center">Distribuição:</p> <p>25% da arrecadação líquida do ICMS, através de fórmula, sendo pelo menos, $\frac{3}{4}$ proporcionais ao valor adicionado gerado em cada localidade até $\frac{1}{4}$, segundo critérios de lei estadual</p> <p>25% da participação do Estado na repartição de 10% do IPI estadual, pela mesma fórmula de rateio do ICMS</p> <p align="center">Partilha:</p> <p>- 50% do IPVA, conforme veículos licenciados na localidade</p>

Fonte: Afonso, J. R. R. 1994, In Negri, Barjas, 1997.

De acordo com Barjas Negri (1997),

“... esse sistema de transferência e de partilha de impostos favorece, sobremaneira os municípios, já que eles ficam com R\$ 28,767 bilhões do total dos impostos arrecadados, para uma arrecadação própria de apenas R\$ 7,3 bilhões, isto é, recebem quatro vezes mais do que efetivamente arrecadam.”

O governo federal transfere aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios R\$ 17,146 bilhões do que efetivamente arrecada (36% do total), e a esfera estadual faz uma transferência líquida aos municípios de R\$ 4,305 bilhões (8,5% do total).

No tocante aos recursos a serem aplicados na educação brasileira, o cumprimento da Constituição Federal implica em uma aplicação de pelo menos R\$ 24,274 bilhões de impostos na MDE público, o que equivale a aproximadamente 3,84% do PIB brasileiro.

Além das receitas provenientes de impostos, devemos computar ainda cerca de R\$ 2,376 bilhões da contribuição social do salário-educação, com recolhimento de 2,5% da folha salarial das empresas, destinando-se exclusivamente ao ensino fundamental público, sendo que dois terços ficam sob responsabilidade dos estados e do Distrito Federal e um terço sob a custódia do governo federal, elevando os gastos públicos obrigatórios com educação pública para R\$ 26,650 bilhões ou o equivalente a 4,22% do Produto Interno Bruto.

Aludimos ainda para o fato de que as aplicações em educação (MDE) previstas na lei, para Estados e municípios podem ser aumentadas de acordo com as respectivas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos municípios. Exemplos: Rio de Janeiro – 35%; São Paulo – 30%; Piauí – 30%. O que, grosso, modo, elevaria os gastos obrigatórios com educação para R\$ 27,850 bilhões, equivalente a 4,41% do PIB.

✗ Uma realidade brasileira quanto aos gastos públicos, diz respeito às distorções na aplicação dos recursos, precipuamente da educação. Segundo análises das despesas públicas com educação, é concernente a verificação do excessivo gasto com atividades-meio, como compras, controles, gestão administrativa e financeira, distribuição e aposentadorias que, dependendo da unidade da Federação, representam 20% a 30% dos gastos com educação; sendo que as correções devem ser efetuadas mediante a melhoria da eficiência do gasto público. Além dessas, há outras distorções na aplicação dos recursos com educação; como eventuais distorções na aplicação da verba da merenda escolar, espúriamente incluída nas despesas com educação. Destarte, é comum incluírem-se diversos outros gastos na “conta da educação”.

Uma denúncia contundente quanto a estas distorções se dá nos inativos da educação, que tornam-se importantes justificativas das aplicações dos 25% dos impostos com educação, pois as contribuições para a previdência dos professores ativos são alocadas nas receitas da seguridade social, em um evidente depreciação da lei em vigor.

Capítulo 3 - O Fundef (Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Do Ensino Fundamental E Valorização Do Magistério) E O Orçamento Da Educação:

3.1. Contextualizando o Fundef:

O Artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, já prevê a eliminação do analfabetismo e universalização do Ensino Fundamental.

Art.60. (ADCT- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) - Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de pelo menos, 50% dos recursos a que se refere o art.212 da Constituição para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Depois disso, o primeiro intuito de se aplicar este artigo da educação foi em junho de 1994 (governo Itamar Franco) quando se instalou o Fórum Permanente de Valorização do Magistério da Educação Básica e da Qualidade do Ensino.

Preocupados com isso, reuniram-se representantes do MEC (Ministério da Educação e do Desporto), CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação), UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) e CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e discutiram a pauta mais difícil e urgente: como viabilizar ao mesmo tempo a melhoria da qualidade e do salário dos professores; sendo que a qualidade era fruto da “valorização do magistério”.

Entretanto, aconteceram fatos políticos novos e no dia 3 de outubro elegera-se para presidente Fernando H. Cardoso que escolheu para o cargo de Ministro da Educação Paulo Renato Souza.

Com a posse de Paulo Renato Souza no MEC, o Fórum Permanente ficou desativado até junho. Foi tempo bastante para se gestar na Secretaria de Política Educacional do Ministério, articulada com a Secretaria de Educação Fundamental e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) uma outra e diferente proposta.

No ano de 1995, o Presidente anunciou a PEC 233, que priorizava o Ensino Fundamental, e dentro de uma análise podemos até dizer que reduziu a participação da União no financiamento do Ensino Fundamental que agora contará com um financiamento maior dos Estados, DF e dos municípios.

Isto porque de acordo com o Artigo 60 e o Artigo 212 da Constituição Federal de 1988:

*“**Art.212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).*

Daí vem, que se emendou o Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

***Art. 60 (ADCT) – Emendado:** Nos 10 primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o DF e os Municípios destinarão não menos de 60% dos recursos a que se refere o Art. 212 da Constituição Federal, à M.D.E. fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.*

§ 3º A União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o parágrafo 1º sempre que, em cada Estado e no DF, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente”.

Traduzindo em números, o governo federal deveria aplicar cerca de 4 bilhões de reais na “eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental”, agora, pelo novo texto, a despesa estimada seria de aproximadamente R\$ 871.000.000,00, quantia necessária para complementar os Fundos dos Estados que não atingissem o valor mínimo anual por aluno, convencionado em 1998, em R\$ 300,00.

E tudo isto porque:

“A política da União é conter o aumento de qualquer despesa com a educação, segundo a cartilha do Banco Mundial, o Brasil já tem recursos suficientes para a educação: só não está sabendo administrá-los. O Fundo é o grande avanço na racionalização dos gastos, com parcimônia e equidade.” (Monlevade e Ferreira, 1998: p.24)

A discussão se transpôs para o Congresso Nacional, até a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 14, da Lei de Diretrizes e Bases (a nova LDB veio dar suporte a este

Fundo) e da Lei do Fundef. Passou, também, pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

3.2. Marcos legais do Fundef

Em 12 de setembro de 1996, foi sancionada a Emenda Constitucional nº 14 e sua regulamentação se deu na Lei Federal nº 9424, de 24 de setembro do mesmo ano e no Decreto Federal nº 2264, de junho de 1997, que estabeleceu a criação do Fundef e sua conseqüente implantação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, a partir de 1º de janeiro de 1998.

3.3. Valorização da educação pública ou golpe publicitário?

De acordo com Monlevade (2000:5), podemos relatar que:

“Recente pesquisa na mídia impressa do Brasil revelou que quase 80% das matérias veiculadas em jornais das capitais dos Estados sobre Educação têm como fonte o MEC. Ora, o Brasil tem quase duzentas mil escolas e não passam de duzentas as administradas pelo Ministério da Educação.

Não seria mais apropriado que o MEC – sigla que já significou Ministério da Educação e Saúde, Educação e Cultura e Educação e Desporto – hoje se chamasse Ministério do Marketing?”

Afora isto há alguns outros pontos que nos fazem inferir sobre esta discussão, e são eles:

- a) a diminuição da sua responsabilidade financeira constitucional com o ensino fundamental (já fizemos esta discussão na página 36);
- b) o “não-cumprimento” da Lei do Fundef pelo governo federal, ao estipular R\$ 315,00 como o valor anual mínimo para matrícula em 98/99, quando o resultado legal como foi planejado seria bem superior a R\$ 400,00;
- c) por causa do critério de redistribuição de recursos do Fundef com base em nº de matrículas no ensino fundamental regular (foi vetado o uso das matrículas para fins de uso de recursos nos níveis de suplência de jovens e adultos) e a conseqüente permanência dos mesmos espaços físicos, ou seja, não se estimulou a criação de prédios novos apenas a reorganização das escolas, podemos dizer que isto casou uma certa superlotação das salas de aula;

- d) a desarticulação do sistema de ensino público (fratura nos níveis de ensino) ao não incluir as matrículas da educação infantil, da educação de jovens e adultos e do ensino médio para a redistribuição dos recursos do Fundef;
- e) a não-valorização do magistério como um todo, pois esta valorização deveria incluir toda a Educação Básica para uma maior articulação entre níveis de ensino;
- f) a fiscalização débil da aplicação dos recursos do Fundef, pelo fato de os Conselhos Federal, Estaduais e Municipais responsáveis por esta tarefa, embora chamados de Acompanhamento e Controle Social, poderem ser constituídos por membros indicados pelo chefe do executivo.

“Um primeiro ponto que chama a atenção na EC 14 e na criação do Fundef é que o governo federal, embora responsável pela iniciativa, contribui com poucos recursos para o financiamento do ensino fundamental e em particular para o Fundef, cujo financiamento é arcado quase que exclusivamente por Estados e Municípios. (Ex. Em 1998 – Balanço do primeiro ano do Fundef – o governo federal só contribuiu com 3,9% do total)” (Davies, 1999: p.4).

Portanto, o Governo Federal faz: “Cortesia com Chapéu de Estados e Municípios”. (Davies, 1999).

3.4 A subvinculação da EC 14

- **3.4.1. Subvinculação maior de impostos criada pela EC 14:**

No mínimo 15% (60% de 25%) de todos os impostos devem ser aplicados no ensino fundamental até 2006 pelo D.F. e para cada Estado e Município. Sendo que, 60% desses 15% destinam-se ao pagamento de professores.

Outra subvinculação (que na verdade, é uma subvinculação da subvinculação de 60%) pretende reunir, num Fundo comum, 15% dos seguintes impostos arrecadados por Estados e Municípios ou a eles transferidos.

- **3.4.2. Sub-vinculação menor (Fundef) de alguns impostos criados pela EC 14:**

15% do: ICMS (Imposto sobre a Circulação de mercadorias e serviços).

FPE (Fundo de Participação dos Estados).

FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

IPI-exp. (Imposto sobre produtos industrializados exportados).

Compensação financeira prevista na Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir) (para as perdas provocadas pela desoneração do ICMS das exportações).

3.5. A complementação do governo federal é ilegal:

Segundo Nicholas Davies (1999), a complementação do governo federal é ilegal porque se fosse cumprida a Lei, o valor em 1998 teria sido de R\$ 423,45 e não R\$ 315,00. Isso significou que o governo federal deixou de contribuir com R\$ 1.534.361.015,00, devidos legalmente ao Fundef.

3.6. Desenvolvimento do ensino básico brasileiro ou redistribuição da miséria existente?

Ainda segundo o autor Nicholas Davies (1999), dentre os muitos problemas do Fundef, um é o de que, embora apresentado como um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, ele não traz dinheiro novo para o sistema educacional como um todo, uma vez que é apenas um mecanismo de redistribuição de recursos já vinculados à educação antes mesmo da criação do Fundo.

3.7 O Fundef realmente valoriza o magistério?

Na verdade, se calculássemos quanto muitos governos estaduais e municipais gastavam na remuneração dos docentes ou profissionais do magistério no ensino fundamental antes da implantação do Fundef, constataríamos que destinavam mais do que o equivalente hoje a 60% da receita do Fundef. Portanto, se destinarem hoje 60% ou até um percentual maior para a remuneração, isso não resultará em melhoria salarial.

Capítulo 4 - Intervenção Internacional Nas Políticas Educacionais:

4.1. Contexto Histórico

Ao propormos uma discussão sobre o Fundef (Fundo Nacional para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) não podemos deixar de inseri-lo no Contexto das Políticas Públicas Brasileiras - mais que isso, faz-se necessário observa-lo no contexto das políticas públicas fomentadas pelos organismos multilaterais, notadamente o Banco Mundial.

Desta sorte, a guisa de breve preâmbulo histórico, procuraremos destacar alguns aspectos dos mecanismos funcionais dos organismos multilaterais na segunda metade do século XX e, a partir dos mesmos, buscar compreender características determinantes do Fundef.

Os organismos internacionais mais importantes (como ONU – Organização das Nações Unidas- e BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento -, por exemplo) emergem com o fim da Segunda Guerra Mundial. A imperiosa necessidade de reconstrução da Europa arrasada catalisa o processo de construção desses organismos, acrescida do fato que as potências se dão conta da necessidade de promover um arbítrio de seus interesses e permitir um processo de descolonização africana que, paradoxalmente, fosse capaz de defender seus anseios econômicos.

Cabe aqui destacar, portanto, que o objetivo maior das potências era garantir e expandir suas Áreas de Influência – e criar mecanismos de salvaguarda da Guerra Nuclear em fóruns de arbítrio sempre que os conflitos de interesse assim o exigissem.

Uma vez que os organismos multilaterais que interessam ao presente trabalho são aqueles relacionados mais diretamente às áreas econômica e social, trataremos agora de contextualizar a atuação dos mesmos nas décadas de 80 e 90, sobretudo em relação a América Latina.

Muito embora a década de 80 testemunhasse a abertura política na América Latina, pouco havia a comemorar: a região amargava profunda recessão econômica, reflexo da macroeconomia mundial, no contexto da queda do valor econômico das commodities (milho, soja, açúcar, café, cacau, etc...) e dos minérios – bases importantes da economia latino-americana. Conseqüência disso é o fato da AL ver reduzida sua importância no cenário internacional em termos econômicos, e, por extensão, políticos.

Segundo Monlevade & Silva (2000), este brutal quadro recessivo pode ter suas conseqüências à população de baixa renda exemplificada por um dado: o poder de compra do salário mínimo na década de 80 caiu 30% no Brasil e 50% no México, respectivamente. A pobreza adquire características urbanas com a favelização dos grandes centros. Ressaltemos, entretanto, que este contexto não sensibilizou, quer a governos, quer a credores: a região, a mais endividada do mundo, pagou, entre 1980 e 1992, US\$ 159 bilhões em juros da dívida.

Processo inverso ocorria em oito países asiáticos: Japão , Hong Kong, Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan , Indonésia, Malásia e Tailândia. Tais países cresceram continuamente entre 1965 e 1990 e prosperavam a passos largos – mídias diversas instalavam escritórios na região, bem como as principais instituições econômicas do mundo.

E qual seria a razão do sucesso destes países? A resposta dependia de a quem tal questão era lançada – para muitos dos organismos multilaterais e internacionais mais ligados à preocupações sociais, o sucesso devia-se a um contínuo processo de redistribuição de renda – para os Organismos ligados mais proximamente ao mundo financeiro, como o Banco Mundial, o sucesso devia-se ao fato destes países terem optado por investir, dentro da Área Educacional, prioritariamente na Educação Fundamental. Para estes últimos, era inconcebível que países pobres gastassem quantidades expressivas de recursos com ensino superior gratuito, por exemplo, uma vez que desta forma o Estado estaria, na visão destes, subsidiando quem pode pagar por seu ensino.

É importante observar que já aqui ficam claros alguns “objetivos” do Banco Mundial: condenar indiretamente os países pobres a tornarem-se consumidores de pacotes tecnológicos prontos, por não terem grandes universidades públicas, e encarar a educação essencialmente como treinamento de mão-de-obra.

Na década de 90, o Banco muda de estratégia, passando a adotar, na aparência, discursos mais sociais. O que o Banco faz, de fato é uma estratégia de apropriação do discurso social, de modo a confundir e conquistar apoio de setores dos formadores de opinião – e isso ocorre de fato. Mesmo no Brasil, intelectuais como Guiomar Namó de Mello e Carlos Cury passam a defender vários dos posicionamentos do Banco Mundial.

4.2. A ingerência dos Organismos Multilaterais e a anuência do Governo Nacional:

É incontestável que as agências multilaterais de “ajuda” tem interferido consideravelmente na vida político-econômica dos países subdesenvolvidos, mormente da América Latina; e os objetivos são muitos e bem claros, portanto, daremos um breve panorama acerca desta questão e suas implicações na educação brasileira.

É multivariado o número de Agências Internacionais prestadoras de assistência técnica ou ajuda aos países subdesenvolvidos. Grosso modo, poderemos caracterizá-las em dois grandes grupos:

1º) Aquelas cuja ação se dá multilateralmente, como a ONU, que comanda uma série de agências específicas, como é o caso da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), UNESCO, OIT (Organização Internacional do Trabalho), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), OMS (Organização Mundial de Saúde), etc; a OEA (Organização dos Estados Americanos); o Banco Mundial; o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); o Movimento Mundial das Igrejas; o Lions Club; o Rotary Club.

2º) Outras, cujas atividades são reguladas por acordos bilaterais de cunho privado, como é o caso da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford.

Especificamente, trataremos do Banco Mundial e de suas diretrizes para a educação brasileira.

O grupo do Banco Mundial é um organismo multilateral de crédito, composto por cinco instituições vinculadas entre si:

1º) **Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – 1944 (BIRD):** voltado para a recuperação e reconstrução das economias européias devastadas pela Segunda Guerra. Além de usufruir dos próprios recursos provenientes da subscrição de cotas dos países membros, levanta empréstimos junto aos países exportadores de petróleo, sendo seus empréstimos de alta condicionalidade e somente para projetos dos governos;

2º) **Agência Internacional de Desenvolvimento – 1960 (AID);**

3º) **Corporação Financeira Internacional – 1956 (CFI);**

4º) **Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais (MIGA) e;**

5º) **Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID).**

Esta agência internacional tem sede em Washington (EUA), sua organização compõe-se de dois órgãos primordiais: Conselho de Governadores e o Conselho de Diretores. Quanto ao poder de voto subscrito pelos Estados Unidos, este corresponde a 25% do capital do Banco e do processamento de fundos arrecadados.

O Banco Mundial (mais especificamente o BIRD) foi criado em 1944, durante a Conferência de Bretton Woods, realizada nos EUA, no Estado de New Hampshire (1944), sobre os destroços da Segunda Grande Guerra, tornando-se o maior provedor de créditos financeiros para os Estados em desenvolvimento com graves déficits sociais.

Os projetos financiados pelo Banco Mundial nas áreas econômicas são: agricultura e desenvolvimento rural, indústrias, educação, energia (eletricidade, óleo, gás e combustível), serviços de saúde, transporte, planejamento populacional, assistência técnica, telecomunicações, urbanização, abastecimento de água e rede de esgotos.

Percebemos desde a década de 70 e de maneira crescente, que o Banco Mundial tem participado de forma sistemática e direta nas decisões, com capacidade de ingerência e formulação de políticas educacionais na América Latina; ressalta-se porém, que é menos pelo montante de empréstimos aprovados e mais pela astúcia de manipular os benefícios retirados das políticas sociais nesses países em desenvolvimento.

O interesse dessa Agência Internacional pelas políticas educacionais advém da tese de que a educação é um investimento que se tem, mesmo que em longo prazo, efeitos positivos.

No final da década de 70, Robert McNamara (sua administração no Banco Mundial foi de 1968- 1981)¹⁵, ditou as necessidades básicas requeridas para a eliminação da pobreza, da desnutrição e do analfabetismo, incluindo entre eles, a educação. Porém:

“... a concepção de educação subjacente era utilitarista e instrumentalista definia como meio para adquirir conhecimento, comportamento, atitudes, valores e habilidades; responder às novas oportunidades; ajustar-se às mudanças sociais, culturais e participar em atividades políticas. A educação apresentava-se também como atividade capaz de sustentar e acelerar o desenvolvimento, através da formulação de trabalhadores capacitados em administração, tecnologia e serviços e de políticas setoriais dirigidas ao setor moderno-urbano e rural-agrícola. E nesse sentido, as políticas de maior visibilidade prescritas

¹⁵ Robert S. McNamara, ex- Secretário de Defesa dos EUA (1961-1968), um dos principais mentores da política externa e da intervenção militar no Vietnã, assumiu a presidência do Banco.

pelo Banco Mundial na década de 70 e aprofundadas nas subseqüentes foram: um mínimo de educação básica ao alcance de todos; controle do crescimento da demanda escolar; currículo diversificado: técnico, vocacional e formação geral, racionalização da pirâmide educacional; barateamento dos custos; indução de habilidades técnicas; reordenamento de recursos de financiamento e inclusão da qualidade educativa através dos programas de eficiência e avaliação interna”
(Monlevade & Silva, 2000)

Tínhamos ainda prescritos pelos gestores desta agência internacional medidas que consistiam na redução dos custos escolares, formação profissional extra-escolar, educação rural, educação não-formal, utilização do ensino de massa via meios de comunicação, a instrução programada via educação de longa distância, racionalização dos recursos da oferta pública do ensino e, promoção de instrumentos avaliatórios voltados para os resultados.

A educação básica começou a sofrer forte influência do Banco quando este começou a elaborar documentos políticos de definição conceitual e a induzir medidas e propostas que visavam: a redução do papel do Estado; a transferência dos serviços públicos para o setor privado e a implementação de medidas voltadas para a institucionalização da indústria na educação.

Durante a década de 80, devido mormente aos desajustes econômicos e sociais, o Banco Mundial visou sobremaneira a redução dos custos escolares, o controle dos investimentos para o setor educacional público, e a descentralização administrativa e financeira.

Segundo Mária Abádia:

“As prescrições e as políticas emanadas dos organismos multilaterais são de enfraquecimento das instituições escolares e acadêmicas, de desqualificação do ensino e de seus profissionais e, simultaneamente de utilização da educação pública como instrumento para mitigar a pobreza, legitimar as desigualdades sociais, reclassificar a inserção no mercado de trabalho rotativo e requalificar os profissionais ”
(Monlevade & Silva, 2000: 95).

Nos anos de 1980, temos que as políticas para a educação pública prescritas pelo Banco Mundial foram:

- a universalização da educação primária;
- a flexibilização da oferta;

- diversificação do financiamento;
- descentralização administrativa e financeira;
- ênfase na melhoria da qualidade e da eficiência da educação como eixo da reforma educacional;
- redução dos recursos públicos para a educação pública;
- avaliação de rendimento do sistema educacional em diferentes contextos;

Já nos anos de 1990, ainda segundo Abadia (2000: 85), as políticas para a educação básica pública de maior expressividade nesta década são:

- educação básica como principal, mas prioridade no ensino fundamental;
- qualidade na educação como base para a reformas educacionais;
- privatização do ensino médio e superior;
- ênfase no autofinanciamento e na formas alternativas para captar recursos;
- descentralização e instituições escolares autônomas;
- prioridade nos resultados estatísticos fundados na produtividade e na competitividade;
- convocação dos pais e da comunidade para participar dos assuntos escolares;
- estímulo ao setor privado: empresários e aos organismos não-governamentais como agentes ativos no âmbito educacional, ao nível de decisões e implantação de reformas ;
- enfoque setorial, centrado na educação escolar formal;
- fortalecimento dos sistemas de informação e dados estatísticos escolares.

É insigne ser ressaltado que a intervenção externa se dá mediante o consentimento do governo brasileiro expresso nas atitudes do Ministério da Educação e, que portanto, a intervenção e o consentimento são dois pilares das mediações políticas. A intervenção externa através do rótulo de “ajuda” técnico-financeira ou cooperação, mascara sua real proposição que é a de dominação e subjugação dos povos periféricos e marginalizados (países subdesenvolvidos).

Os países credores através das “cartilhas” das IFIs (Instituições Financeiras Internacionais) dirigem a economia dos países devedores para que estes gerem *superávits*

*primários*¹⁶, ou seja, geram receitas nacionais para o pagamento regular dos compromissos com credores externos. A geração de superávits primários pela União deve-se dar através de corte de gastos governamentais, de corte de gastos com políticas sociais, do aumento da arrecadação de impostos, da privatização de empresas estatais e da eliminação de subsídios, a fim de acumular um saldo positivo para quitar os pagamentos da dívida externa e criar condições propícias para o livre trânsito do capital estrangeiro em nossa economia.

Nas palavras de Maria Abádia (Monlevade & Silva, 2000: 96), podemos relatar que:

“Na prática, a intervenção dos gestores externos e o consentimento do governo federal e das elites dirigentes locais modificaram o desenho jurídico-institucional do país. A Lei Kandir, a Emenda Constitucional nº 16/97, da reeleição do presidente, a Lei Rita Camata, a Emenda Constitucional nº 14/96 e a aprovação do Plano de Estabilização Fiscal, em 1994, são alguns exemplos da ingerência externa na reconfiguração de políticas nacionais. No país, tornou-se constante a manipulação dos poderes legislativo e judiciário pelo Executivo; agrega-se a isso, a influência do Presidente do Banco Central e dos Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Educação reorganizados frequentemente em conluio com as lideranças e políticas locais, para executar e alinhar a sociedade, sujeitando-a às decisões externas. Uma vez nomeados, os burocratas dos Ministérios e do Banco Central distanciam-se dos interesses nacionais e ficam cada vez mais subordinados às instituições financeiras internacionais. Diante dessa correlação de forças, o governo federal submeteu-se à tutela econômica fundada na remoção de barreiras ao capital estrangeiro, na contenção de investimentos públicos, na privatização de empresas estatais, na livre circulação de bens, de serviços e do capital forâneo, na submissão e sujeição às novas exigências para os empréstimos. Na realidade, há um governo paralelo que atua acima da sociedade civil em defesa dos interesses da burocracia internacional, das elites nacionais e das corporações financeiras”.

E ainda:

“No âmbito interno, as decisões econômicas e políticas que alteram a vida da maioria da população são tomadas pela equipe econômica dos

¹⁶ Superávit primário: receitas maiores que despesas, excluído o pagamento de juros sobre a dívida.

Ministérios da Fazenda, do Planejamento e pelo presidente do Banco Central, com a anuência do Presidente da República. Esses burocratas nacionais, nomeados pelo presidente a partir dos acordos político-partidários passam a responder às instituições financeiras internacionais” (ibid., p. 98).

Os gestores do Banco Mundial interferem na prática na formulação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais através de exigências prescritas por estes gestores e algumas delas são:

- redução do financiamento público para o ensino médio e superior;
- redução do Estado na oferta desse serviço público;
- maior prioridade para a educação primária e diminuição das despesas para outros níveis;
- propiciar a integração estado-município, visando reorganiza as redes;
- autonomia para as escolas, acompanhada do processo de descentralização;
- promover a avaliação institucional centrada nos resultados;
- revisar os planos de estudos/conteúdos curriculares;
- melhorar a qualidade e a eficiência da educação básica;
- promover a capacitação dos docentes em serviço;
- tratar a educação pública com enfoque setorial;
- estimular programas de educação à distância ;
- descentralização administrativa e financeira;
- ênfase na prioridade dos conteúdos do ensino fundamental;
- transferência de encargos educacionais para os estados e municípios.

Um exemplo sólido da anuência do governo federal e das elites dirigentes em acatar as decisões das IFIs transparecem-se nas alterações à Constituição Federal e através também de medidas provisórias e Decretos. Mais especificamente no cenário educacional, temos como exemplo desta anuência, as modificações no artigo 208 da Constituição Federal de 1988, a **Emenda Constitucional nº 14**¹⁷, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do magistério (Fundef), o Decreto

¹⁷ O governo federal através da Emenda Constitucional nº 14, regulamentada pela Lei 9424/96, institui os instrumentos para subtrair os recursos financeiros dos estados e municípios, o que implicitamente, ao mesmo tempo, efetua uma devolução insuficiente e com descompasso no cronograma e estimula o setor privado a agir no campo educacional.

nº 2208/96, que cria os centros de formação profissional; e o Decreto nº 3276/98, que dá exclusividade aos cursos normais superiores para a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais.

Desde os 80's, têm-se verificado em vários países da América Latina e Caribe, as reformas educacionais que vêm sendo implementadas, buscando-se meios de reduzir os gastos públicos do governo no campo educacional e na formação dos docentes e, ao mesmo tempo, aumentando a escolarização da população.

À guisa de finalização podemos dizer que:

“As políticas para a educação pública estão sendo formuladas com a predominância dos interesses dos gestores do Banco Mundial, com o consentimento do governo federal, parte dos estaduais e das elites dirigentes nacionais, mesmo sob a resistência e o contra consentimento das entidades, associações, sindicatos e recentemente do Ministério Público”. (Monlevade & Silva, 2000: 132)

*Capítulo 5 - Como está Acontecendo a Execução do Fundef e a sua
Fiscalização em algumas Cidades do Rio De Janeiro, Segundo a Análise de
Nicholas Davies*

Nicholas Davies, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), vem estudando os gastos públicos estaduais e municipais em educação e o financiamento da educação há alguns anos. O Fundef não escapou de suas pesquisas. Em território fluminense, Davies realizando os seus trabalhos no intuito de verificar como o Fundef vem sendo implantado, quais leituras estão sendo feitas dessa Lei e como se está gastando o dinheiro destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Fiscalizar o Fundef vem sendo uma tarefa de muita paciência, que exige um critério muito rigoroso na análise dos dados apresentados nas planilhas dos governos estaduais ou municipais. Embora a Constituição Federal em seu artigo 5 inciso XXXIII confere o direito a todo cidadão de receber, dos órgãos públicos, informações de seu interesse particular, a realidade, segundo a experiência não só de Davies (1999), mostra-se diferente. O acesso aos dados necessários para a fiscalização do Fundef tem sido bastante difícil. Davies acredita que seja a má vontade das autoridades ou burocratas responsáveis, ou à desorganização do espaço para informações públicas ou ainda uma combinação destes dois fatores.

Quando os dados são conseguidos, muitas vezes estes vêm pouco detalhados, agregados e genéricos. Esta pormenorização dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental é exigida pelo artigo 7º da Lei 7348/85, que ainda está em vigor, mesmo depois da promulgação da Lei 9394/96 que fixa diretrizes e bases para a educação nacional. Segundo Davies (1999), dados tão genéricos comprometem uma análise precisa e fidedigna do Fundef. Davies (apud Melchior, 1999), afirma que quanto mais desagregado e detalhado for um balancete, maior a possibilidade de controle da sociedade sobre os recursos públicos.

Um problema encontrado nos balancetes e orçamentos municipais é a não diferenciação na identificação dos impostos federais e estaduais. Na maioria dos casos estas receitas vêm indicadas em uma única rubrica.

O Diário Oficial da União e dos Estados são de grande valia para se obter dados referentes à parcelas de impostos federais e estaduais transferidos aos Estados, ao Distrito

Federal e aos Municípios. Estas publicações também são úteis para se obter informações sobre convênios (merenda, transporte, municipalização, material didático, salário educação). Vale lembrar que os convênios constituem acréscimos ao percentual mínimo de impostos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, embora não estejam sendo considerados. Nos balancetes aparecem como receitas extra-orçamentários, por exemplo.

Segundo nos diz Nicholas Davies (1999), a dívida ativa (impostos atrasados, multas, juros de mora) também entra no cálculo do percentual mínimo. Os impostos atrasados entram como receita da dívida ativa tributária, que abrange não só impostos, mas também taxas e outras receitas. Dificilmente se diferencia na rubrica impostas e não impostas, já que os não impostos não devem entrar no cálculo do percentual mínimo. Muitas prefeituras ignoram a dívida ativa para o cálculo do percentual mínimo e o Tribunal de Contas, pelo menos o do Rio de Janeiro, nem se dá conta disso, ou interpreta de uma outra maneira.

Resumindo, ao percentual mínimo de impostos, devem ser computados no montante:

- As receitas dos convênios;
- Os gastos do governo estadual ou municipal na redistribuição da parcela de impostos que formam o Fundo;
- Complementação federal ao Fundef;
- Rendimentos financeiros das receitas do Fundef.

Caso o percentual mínimo seja de 25%, deve-se dividir este montante por 4. No caso de perda, esta deve ser lançada como despesa à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). No entanto, segundo ainda Nicholas Davies (1999), muitas prefeituras estão trabalhando com o mínimo fazendo dele o máximo, quando na verdade se o mínimo for insuficiente para atender às necessidades, ele deve ser ampliado até um valor que permita tal atendimento.

Os créditos adicionais, oriundos de uma subestimação da receita, se tiverem base no eventual excesso de arrecadação de impostos, o percentual mínimo passa a incidir também sobre eles, conforme estabelece o artigo 69 parágrafo 3º da LDB.

Pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o percentual mínimo é vinculado à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (MDE). Antes da 9394/96, outras atividades ou projetos que eram considerados genericamente educação, em

órgãos e secretarias distintas, desde que enquadrassem na definição de MDE, poderiam ser financiadas por verba da educação. Isso dificulta muito a análise de balancetes anteriores a 1998, data do início da vigência do Fundef, segundo Davies. Agora, a atual LDB prevê em seu artigo 69 parágrafo 5º o repasse do valor correspondente ao percentual mínimo ao órgão responsável pela educação. Davies relata que está sendo difícil cumprir este artigo. Por exemplo, o orçamento para a construção de escolas, reformas consta na pasta das Secretarias de Obras, e não das de Educação.

Há despesas que não podem ser consideradas MDE. Entre elas:

- A merenda escolar ou a assistência à saúde do aluno, que devem vir de recursos provenientes de contribuições sociais, que não sejam impostos, e outros recursos orçamentários, que não os 25%;
- Pessoal docente e demais trabalhadores da educação que estão deslocados de sua função, ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. Davies afirma que os governos não divulgam o número desses funcionários, que segundo ele, não deve ser pequeno;
- pagamento com recursos públicos de bolsas de estudo em escolas particulares. Neste ponto, a Lei é contraditória (caput do artigo 69 com o artigo 70 inciso VI da LDB). Davies relata que esta contradição gera confusão e abuso por parte de governantes. As Prefeituras de São Gonçalo e de São João de Miriti gastam mais na compra de bolsas do que na expansão das suas redes, indo contra a Constituição Federal em seu artigo 213, que impõe ao poder público a obrigação prioritária com a expansão da sua rede.

Nicholas Davies chega a algumas conclusões. Entre elas, de que os balancetes mensais mostram-se mais eficazes para a análise do que os orçamentos e balanços gerais, pois permitem acompanhar mês a mês a evolução das despesas e das receitas e verificar as possíveis irregularidades, como os gastos nominais e gastos reais (corrigidos). Desta forma se fica atento ao cumprimento do orçamento durante o ano. Se os valores não forem aplicados durante a execução orçamentária, o poder público é obrigado a corrigi-los e fazer a compensação.

O autor ressalta ainda a importância de não acompanhar somente a execução orçamentária, mas também a execução in loco. Verificar se as obras de construção e reforma de escolas lançadas na documentação foram executadas conforme projeto, se houve superfaturamento ou se as despesas com a burocracia consumiu mais dinheiro.

Infelizmente esta tem sido a realidade não só de algumas prefeituras do estado do Rio de Janeiro, mas sim dos municípios de todo o país. Fiscalizar o Fundef será uma tarefa árdua, mas necessária, pois o dinheiro da educação deve ser respeitado e gasto em educação e não ficar a disposição da vaidade de muitos governantes irresponsáveis.

PARTE II – ANÁLISE DE DADOS:

1. Perfil sócio-econômico do município de Paulínia

1.1. Caracterização geral do município:

O município de Paulínia conta atualmente¹ com uma população de 49.438 habitantes sendo que desse total 24.579 são mulheres e 24.859 são homens. Considerado município pequeno, a densidade demográfica é de 340,95 hab/ km², sendo que a área do município compreende 145 km². Com população urbana de 44.566 e rural de 4.872 habitantes, a taxa de urbanização é 90,15%.

Tabela 5 - Distribuição total da população de Paulínia

População	Habitantes
Urbana	44.566
Rural	4.872
Total	49.438

Fonte: SEADE

Distancia-se da capital, São Paulo, cerca de 118 km, sendo que a distância TCE/UR é de 100 km. Em relação à Sede da Região Administrativa, Campinas, a distância é de 18 km. Emancipou-se politicamente em 28/02/1964 e conta, atualmente, com aproximadamente 35.000 eleitores.

Pólo petroquímico, sua indústria, com um número aproximado de 200 instalações, dedica-se principalmente à fabricação de produtos químicos, atraindo a instalação de outras indústrias que atendem as demandas afins.

Em relação ao setor econômico, existem inúmeros estabelecimentos nos setores industrial, comercial e de serviços, sendo que o Setor de Transformação apresenta maior porcentagem em postos de trabalho.

No município as indústrias de grande porte, como por exemplo, Rhodia, BannQuímica, AirLiquid, entre outras, instaladas em seus domínios territoriais,

¹ Fonte: SEADE

contribuem para a elevação da arrecadação de ICMS. Nos últimos tempos, várias distribuidoras de combustível têm se fixado na região.

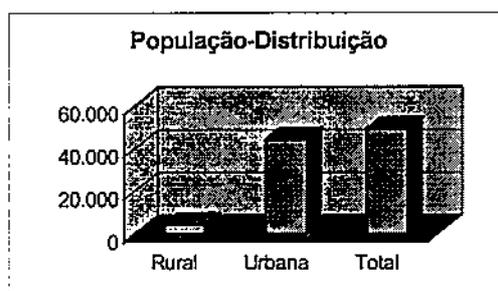
O município é atendido por um total de nove bancos, dois hospitais (sendo um municipal e o outro particular), e conta com vários Postos de Saúde. Porém, em se tratando de operações mais específicas, a população dirige-se à Campinas.

O Sambódromo, área destinada a promover o lazer para a população, em determinadas situações, torna-se um heliporto.

1.2.Dados sócio-econômicos.

- **1.2.1. Demografia:**

Gráfico 1 - Distribuição da população no município – 1999



Fonte: SEADE

Aproximadamente 90% da população está instalada na zona urbana, sendo que nos limites do município está localizada a refinaria de petróleo, REPLAN, estabelecida próxima à fronteira com Cosmópolis. Nos últimos anos, vem crescendo o número de novas indústrias, sendo que Paulínia tem recebido migração provinda da região norte do país, resultado de políticas sociais, visando dispor à indústria local mão de obra para o setor de produção.

Nesse sentido, tem crescido o número de loteamentos oficiais para atender essa população. A favor de Paulínia pesa a tradição das continuadas melhorias da qualidade de vida, com expressivos investimentos tanto na área da educação quanto na área da saúde.

Tabela 6 – Índices Demográficos de Paulínia

Índices	%
Taxa de mortalidade infantil - 99	7,45 (em cada mil nascidos)
Taxa de urbanização – 96	89,96
Taxa de crescimento populacional – 2000	3,63 a.a.

Fonte: SEADE

• **1.2.2. Atividade Econômica:**

Os estabelecimentos comerciais atendem as principais necessidades da população, assim como o setor de serviços. São 408 estabelecimentos comerciais e 190 industriais instalados no município. A política urbana do município, e seu Plano Diretor, oferecem incentivos à implantação de empreendimentos através de isenção total de IPTU, isenção de taxas, de cessão e doação de terrenos.

Tabela 7- Distribuição das atividades econômicas

Estabelecimentos-1998	Unidades
Comércio	408
Indústria	190

Fonte: SEADE

• **1.2.3. Arrecadação:**

Paulínia arrecadou em 1999 um montante de R\$ 145.926.314,44, de tal forma que o valor per capita para o município é de R\$ 2.951,70.

Verificamos, porém, que a arrecadação de Receitas Correntes de Paulínia teve uma redução de 10% entre os anos de 1996 e 1999, sendo em 1996 de R\$ 143.882.436,03 e em 1999 de R\$ 129.391.615,84¹⁸ (dados atualizados segundo correção financeira de julho de 99).

O índice de participação dos municípios no ICMS de Paulínia é de 1,74848075 (SEADE – 99), e o seu índice de distribuição do FPM é de 0,03 (SEADE –98).

¹⁸ Ver tabela I em anexo.

- **1.2.4. População Economicamente Ativa - PEA:**

Dados do Censo Demográfico, 1991, apontam o Setor da Indústria de Transformação como gerador de aproximadamente 30% do total de empregos diretos, seguido pelo Setor de Prestação de Serviços- 20,0% e Setor de Operações Administrativas- 19,6%.

Tabela 8- Distribuição percentual no município da PEA nos diversos Setores

PEA – 1991	%
Ocupações Administrativas	19,6
Ocupações Técnicas	6,1
Setor Agropecuário	5,7
Setor da Indústria de Transformação	29,7
Setor da Construção Civil	8,2
Setor Comércio de Mercadorias	11,3
Setor do Transporte e Comércio	5,4
Setor de Prestação de Serviços	20,0
Setor de Serviços Auxiliares	2,4
Setor de Administração Pública	6,1
Outros Setores	1,7
Setor de Outras Indústrias	1,2
Setor de Serviço Social	8,2

Fonte: Dados do Censo Demográfico, 1991

- **1.2.5. Perfil do Desenvolvimento Humano – IDH**

Os dados apresentados a seguir são os do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, e baseiam-se em estudos sobre a evolução do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano do Município) entre os anos de 1970 a 1991.

De acordo com o Atlas, no período que compreende os anos de 1970 a 1991, o índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do município cresceu 39,2%, passando de 0,564 em 1970 para 0,785 em 1991. Segundo a classificação do PNUD, Paulínia está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,50 e 0,80).

Em um universo de 5.600 municípios brasileiros, Paulínia está em 183º posição, sendo que 182 (4%) dos municípios brasileiros estão em situação melhor e 4308 (96%) municípios estão em situação pior ou igual.

O Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M) para o Brasil é 0,742, sendo que o município de Feliz (RS) apresenta o melhor valor, que é de 0,834, e o município de São José de Tapera (AL) apresenta o pior, que é de 0,265.

Em relação aos outros municípios do Estado de São Paulo, o PNUD indica que Paulínia apresenta uma situação boa, ocupando a 78ª posição de um total de 645 municípios estaduais. O município que apresenta o melhor valor é Santos, com um índice de 0,830 e o município com o pior valor é Ribeira, com um índice de 0,498.

• **1.2.6. Infra-estrutura e saneamento básico:**

O município de Paulínia apresentou, em 1997, um consumo residencial urbano de energia da ordem de 30.594 Mwh e um consumo rural de 4.409 Mwh. Em relação ao consumo industrial, tem-se que foi de 524.072 Mwh. Em relação aos setores de Comércio, Serviços e Outras Atividades, o consumo foi de 23.944 Mwh.

Tabela 9 -Número de pontos por consumidores 1997

Energia elétrica	1.997
Cons. Energia Residencial	11.026
Cons. Energia Rural	249
Cons. Energia Industrial	314
Cons. Energia Serv. Outras Atividades	1.016

Fonte: SEADE

A população de Paulínia usufrui dos principais serviços públicos, como por exemplo, água 100% tratada, sendo destinado ao aterro sanitário 100% de seu lixo e sendo incinerado 100% do lixo hospitalar. Porém, o esgoto não é 100% tratado.

Tabela 10 - Cobertura de abastecimento 1996

Saneamento	1.996
Abastecimento de água	9.246
Esgoto sanitário - Economias Residenciais	7.926

Fonte: SEADE

Em relação ao setor de Comunicações, tem-se que, em 1997, havia 12,3 terminais telefônicos para cada grupo de 100 habitantes.

- **1.2.7. Saúde:**

A rede hospitalar do município de Paulínia conta com dois hospitais, sendo um público e um privado, postos de atendimento médico estaduais, consultórios médicos particulares e 60 leitos SUS ¹.

Tabela 11- Serviço de atendimento na Saúde 1996

Unidades Básicas	4
Consultórios Médicos	75
Consultórios Médicos Estaduais	4
Consultórios Médicos Municipais	71
Serviços Vigilância Epidemiológica	1
Serviços Controle Zoonozes	1
Leitos SUS	60

Fonte: SEADE: 2000

- **1.2.8. Dados Educacionais:**

De acordo com dados do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* (1998), o índice que representa a porcentagem da população que tem acesso a escola (IDH-M Educação), passou de 0,574 em 1970 para 0,713 em 1991. Ver tabela 12.

Tabela 12 - Evolução em porcentagem do IDH 1970 – 1991

IDH – M	1970	1991	Crescimento %
Município	0,564	0,785	39,2%
Educação	0,574	0,713	24,2%
Renda	0,630	0,959	52,2%
Longevidade	0,488	0,682	39,8%

Fonte: PNUD/ IPEA/ FJP

¹ Coeficiente por mil habitantes = 1,35.

2. Análise dos dados educacionais no Estado de São Paulo

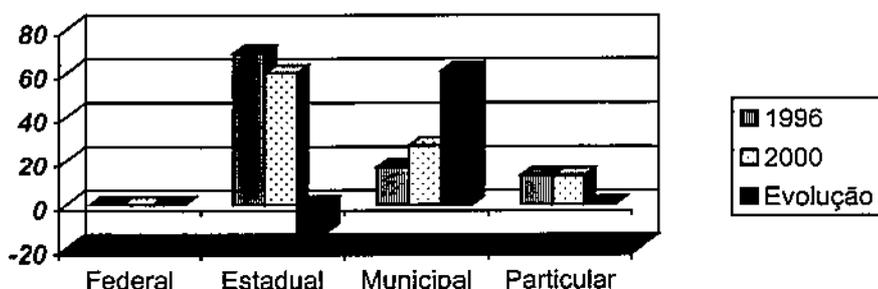
Para compreender melhor o processo que acontece no Município de Paulínia, apresentamos para efeito de comparação e análise os dados de matrícula no Estado de São Paulo. Começando pelos dados agregados por dependência administrativa, seguida pelos dados agregados por nível de ensino. Esta análise é insigne por nos mostrar um cenário mais amplo e assim, podermos entender se o quadro municipal é uma situação local ou se pertence a uma conjuntura estadual.

Tabela 13 -Evolução das Matrículas por Dependência no Estado de São Paulo entre 1996 e 2001

Evolução das Matrículas - Geral													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Federal	0	0%	0	0%	82	0%	4.237	0%	3.716	0%	2.476	0%	0%
Estadual	6.417.439	69%	6.354.324	63%	6.395.041	62%	6.245.366	59%	6.171.592	58%	5.849.355	55%	-9%
Municipal	1.598.073	17%	2.312.862	23%	2.461.280	24%	2.894.881	27%	3.033.574	28%	3.250.572	31%	104%
Particular	1.251.122	14%	1.447.650	14%	1.399.377	14%	1.483.673	14%	1.495.552	14%	1.531.762	14%	22%
Total	9.264.634	100%	10.114.836	100%	10.255.780	100%	10.628.157	100%	10.704.434	100%	10.634.165	100%	15%

Fonte: SEADE e INEP

Gráfico 2 - Evolução das Matrículas por Dependência em São Paulo no período de 1996 a 2000



Fonte: SEADE e INEP

Analisando as matrículas totais nas três dependências administrativas, a saber: estadual, municipal e particular, no Estado de São Paulo, percebe-se uma diminuição da rede estadual, entre os anos de 1996 e 2001, com um crescimento negativo de -568.084 matrículas, ou -9%, e um crescimento da rede municipal para o mesmo período, com um aumento positivo de +1.654.499 matrículas, ou 104%. A participação nas matrículas da rede municipal tem gradativamente aumentado desde 1996, saindo de uma representatividade de 17% para 31%. Enquanto as matrículas na rede estadual passaram de 69% para 55% das matrículas totais.

Já ao analisarmos a evolução por nível de ensino para os anos de 1996 a 2001, percebemos que os maiores aumentos de matrículas ocorreram no ensino infantil, ou seja, houve um incremento de +508.952 novas matrículas ou, uma evolução de +52%. Porém, é importante ressaltarmos que as matrículas em creche passaram a ser computadas somente a partir de 1997. Antes disso, as matrículas em Educação Infantil só computavam a pré-escola, o que dá uma distorção significativa. Além disso, as matrículas em creche em 1996 é informação não disponível e, em 97 e 98 o número de matrículas em creche estava significativamente subestimado, pois não se coletou todo o universo da oferta (ver tabela 14).

Já no ensino médio tivemos um crescimento de +360.172 novas matrículas ou, uma evolução de +22% (tabela 14).

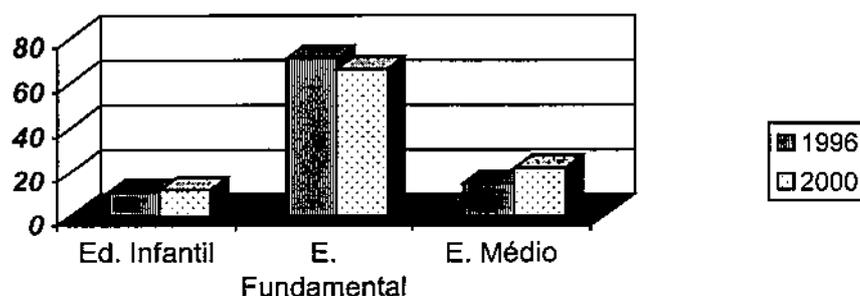
Para o ensino supletivo os dados de 1996 não foram coletados, mas podemos observar um significativo aumento em suas matrículas entre os anos de 1997 a 2001, com um crescimento de +326.109 novas matrículas em sua rede de ensino (tabela 14).

Tabela 14 - Evolução das Matrículas por Nível de Ensino no Estado de São Paulo no período de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Por Nível de Ensino													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	974.005	11%	1.125.080	11%	1.142.316	11%	1.325.889	12%	1.389.242	13%	1.482.957	14%	52%
Creche		0%	85.955	1%	87.739	1%	235.257	2%	258.949	2%	276.316	3%	0%
Pré-escola	974.005	11%	1.039.125	10%	1.054.578	10%	1.089.632	10%	1.130.293	11%	1.206.641	11%	24%
Ens. Fund.	6.572.322	71%	6.483.935	64%	6.394.838	62%	6.325.294	60%	6.225.204	58%	6.092.455	57%	-7%
1ª - 4ª	3.445.469	37%	3.330.696	33%	3.194.512	31%	3.059.633	29%	2.990.401	28%	3.017.937	28%	+12%
5ª - 8ª	3.126.853	34%	3.153.239	31%	3.200.326	31%	3.266.661	31%	3.234.803	30%	3.074.322	29%	-2%
Ens. Médio	1.672.986	18%	1.814.034	18%	1.918.267	19%	2.047.402	19%	2.079.141	19%	2.033.158	19%	22%
Supletivo		0%	633.349	6%	739.946	7%	859.235	8%	949.480	9%	959.456	9%	0%
Ed. Especial	44.854	0%	58.438	1%	60.413	1%	60.337	1%	61.367	1%	66.137	1%	47%
Total	9.264.167	100%	10.114.836	100%	10.255.780	100%	10.628.157	100%	10.704.434	100%	10.634.165	100%	15%

Fonte: SEADE e INEP

Gráfico 3- Evolução das Matrículas por Nível de Ensino em São Paulo no período de 1996 a 2000



Fonte: SEADE e INEP

Uma conta rápida poderia indicar um erro matemático nos números, pois como podemos afirmar que aumentou a participação dos municípios nas matrículas do ensino fundamental e ao mesmo tempo houve uma diminuição das matrículas totais deste mesmo nível no estado de São Paulo (para o mesmo período)?

O que ocorreu foi simplesmente uma redução no todo das matrículas do ensino fundamental, devido ao fator demografia, que tem mostrado uma redução na base da pirâmide etária em nosso país, ou seja, houve uma diminuição na base da pirâmide e, conseqüentemente isso tem afetado o número de ingresso no ensino fundamental a cada ano. Portanto, têm-se reduzido o número de crianças que ingressam na escola. Além disso, temos ainda um outro fator, que é o da informatização do sistema de ensino da rede estadual, ou seja, com a informatização do sistema de matrículas, obteve-se uma grande redução no número destas, pois havia muitas matrículas “fantasmas” (isto é, estas matrículas não correspondiam na prática a um aluno real, existindo apenas como um número irreal).

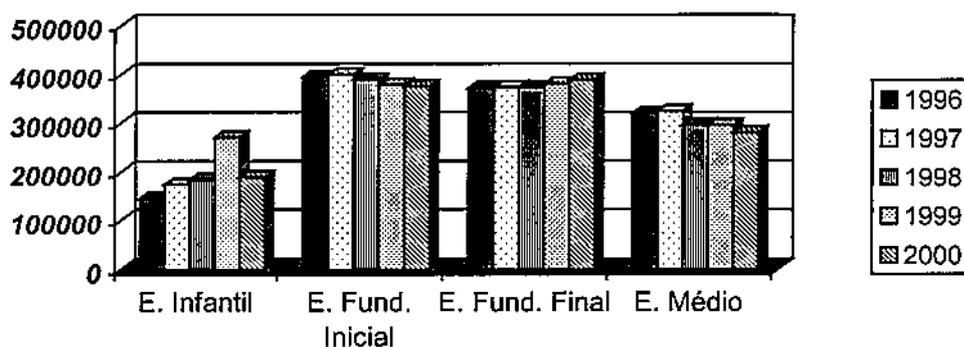
Quanto ao aumento do número de matrículas do ensino fundamental nos municípios, isto pode ser atribuído ao processo de municipalização do ensino.

Concluindo, podemos dizer que as quedas nas matrículas no ensino fundamental no Estado de São Paulo, apresentando uma evolução negativa de -7% (ver tabela 14), foram determinantes para a diminuição das matrículas na rede estadual. E o aumento detectado na rede municipal deveu-se em parte pelo aumento de matrículas no ensino infantil junto com a municipalização do ensino fundamental, que ocorreu principalmente nos municípios pequenos. Com o objetivo de destacar a importância do deslocamento de matrículas entre os níveis de governo estadual e municipal, cabe ressaltar que o número de matrículas transferida da rede estadual para a rede municipal, no Estado de São Paulo, foi da ordem de -568.084 de matrículas no Estado para $+1.654.499$ matrículas nos Municípios no período de 1996 a 2001.

As análises dos dados nos revelam uma diminuição acentuada e crescente das matrículas nas séries iniciais de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental na rede privada do estado de São Paulo a partir de 1998. Podemos notar que as séries iniciais que sempre foram maiores que as séries finais estão agora invertidas. Podemos, talvez, atribuir este fenômeno a duas variáveis. A primeira, o fato de o Fundef trazer uma maior universalização do ensino público. As campanhas das prefeituras para atrair alunos para

sua rede de ensino foram grandes. A segunda foi à recessão que tem passado o país e tem provocado cortes nos orçamentos domésticos.

Gráfico 4 - Evolução das Matrículas na Rede Privada em São Paulo no período de 1996 a 2000



Fonte: SEADE e INEP

3. Análise dos Dados Educacionais no Município de Paulínia

Pretendíamos fazer uma análise dos dados mais acurada neste novo relatório, porém, sofremos com o emperramento da máquina burocrática que insiste em não nos auxiliar na coleta de novos dados. Um grande empecilho para a conclusão de nossa tarefa (coleta de novos dados) foi a mudança na administração municipal no ano de 2001, que com um novo prefeito eleito, mudou-se também todo o corpo administrativo dos órgãos municipais. Sendo assim, sempre que recorriamos a Secretaria de educação para a coleta de dados, argüiam que a Secretaria estava passando por uma reforma administrativa; além de ser próximo do final do ano e, portanto, era inviável o atendimento de nossos requerimentos.

Portanto, optamos por aprimorar os dados recolhidos anteriormente e, nos atermos mais em bibliografias e discussões teóricas; já que a Administração Municipal pareceu não estar a nosso favor nesta segunda etapa de nossa pesquisa.

Acreditamos, no entanto, que passada essa mudança na nova administração, possamos voltar a ter acesso aos dados que não dispomos até a conclusão deste relatório e discuti-los melhor em uma próxima etapa.

Com o processo de urbanização testemunhado por grande parte dos municípios, mormente os municípios paulistas, as cidades tiveram também uma melhora substancial em seus índices sociais, como em saúde, infra-estrutura urbana, educação etc. Quanto aos

índices educacionais de Paulínia, percebemos seu aumento, pois tivemos crescimentos nos índices de acesso a escola – de 24,2% - nos períodos entre 1970 e 1991; na taxa de analfabetismo da população adulta, que em 1991 era de 9,86%; no número médio de anos de estudo do chefe do domicílio, que em 1991 era de 6,00 anos.

Discutiremos agora a taxa de cobertura de matrículas em cada nível escolar de Paulínia em relação à distribuição da população por faixa etária, nos períodos entre 1996 e 1999.

Tabela 15 - Distribuição faixa etária no município. 1996 – 1999

DEMOGRAFIA	1996	1997	1998	1999
População de 00 a 04 anos	3.351	3.881	4.141	4.540
População de 05 a 09 anos	4.356	4.096	4.032	3.967
População de 10 a 14 anos	4.525	4.412	4.434	4.453
População de 15 a 19 anos	4.741	4.742	4.779	4.808
Taxa de Urbanização	89,96	90,02	90,09	90,15

Fonte: SEADE

Tabela 16 – Faixa da população em Idade Escolar no Município de Paulínia

Idade Escolar – 1999	Alunos matriculados – total em 1999
Ensino Infantil (de 0 a 6 anos)	2.543
Ensino Fundamental (de 7 a 14 anos)	8.994
Ensino Médio (de 15 a 19 anos)	2.956

Fonte: SEADE

3.1. Taxa de cobertura¹⁹

- **3.1.1. Ensino Infantil (de 0 a 6 anos):**

Não foi possível o cálculo da taxa de cobertura para o Ensino Infantil uma vez que os dados demográficos são insuficientes e não podemos encontrar dados onde tivéssemos as faixas etárias divididas por idades, pois só obtivemos faixas etárias divididas por grupos etários, o que dificulta algumas análises. Outro fator que nos impede também um cálculo

¹⁹ Para estas informações foram utilizados dados das tabelas 15 e 16

exato da taxa de cobertura, é o fato de que para os dados de demografia (tabela 15) o SEADE utiliza como fonte o Censo Populacional do IBGE, e para os dados de matrícula (tabela 16) o SEADE utiliza o Censo Escolar do MEC, sendo que tanto o IBGE quanto o MEC utilizam metodologias de trabalho diferentes. Portanto, isso torna o nosso cálculo ainda mais difícil, pois não temos um mesmo parâmetro para os dados coletados.

- **3.1.2. Ensino Fundamental (de 7 a 14 anos):**

Em 1999 tínhamos uma demografia de 8.420 crianças na faixa de 05 a 14 anos e, aproximadamente tínhamos 8.994 crianças matriculadas no ensino fundamental, porém como o ensino fundamental atende crianças de 07 a 14 anos e a demografia trabalhada é de 05 a 14 anos, teremos que fazer um exercício de cálculo para se tentar chegar a um valor aproximado da taxa de cobertura para o Ensino Fundamental. Outro fato que nos leva a realizar este exercício de cálculo é o problema já mencionado acima de que IBGE e MEC possuem metodologias diferentes de trabalho para os dados coletados. Portanto, faz-se necessário este exercício de cálculo no sentido de que seja uma simulação aproximada da taxa de cobertura.

- **Exercício de cálculo com faixa etária:**

Neste exercício de cálculo faremos a suposição de que em todas as idades (faixas etárias) mantêm-se o mesmo número de crianças, num aparente movimento homogêneo.

- 5 anos / 6 anos / 7 anos / 8 anos / 9 anos = 3.967 crianças
- 10 anos / 11 anos / 12 anos / 13 anos / 14 anos = 4.453 crianças
- Total : $3.967 + 4.453 = 8.420$ crianças

Como temos dez (10) grupos etários (de 5 a 14 anos), teremos que: 8.420 crianças (total) dividido por 10 (grupos etários) = 842 crianças por faixa etária/idade (supondo que se mantém o mesmo número de crianças por faixa etária).

Sendo assim, de 7 a 14 anos teremos: $842 \times (\text{vezes}) 8 = 6.736$ crianças.

Percebemos, portanto, que o número de crianças encontradas na faixa de 7 a 14 anos é bem menor que o número de crianças matriculadas no ensino fundamental para a mesma faixa etária. Ou seja, em nosso exercício de cálculo chegamos a soma de 6.736 crianças, enquanto, há 8.994 matriculadas no ensino fundamental.

Temos algumas suposições quanto a isto e, são elas:

Primeiro, temos que pensar que em muitas cidades, como é o caso de Paulínia, faz-se a inclusão de crianças desde os 06 anos de idade e não só a partir dos 7 anos, e isso, devido sobretudo a finalidade de se computar mais matrículas no ensino fundamental para o recebimento de recursos do Fundef.

Sendo assim, teremos que:

- de 7 a 14 anos = 6.736 crianças + 842 crianças da faixa etária dos 06 anos, o que daria um total de 7.578 crianças (de 06 a 14 anos).

De acordo com esta suposição diremos que a porcentagem da taxa de cobertura do ensino fundamental é:

Supondo:

- 7.578 crianças = 100%
- 8.994 matrículas = x% $\Rightarrow x = 118,68\%$

Outra suposição seria a de que ocorre uma grande defasagem idade-série (repetências), o que dificultaria um cálculo real da taxa de cobertura para este nível de ensino. Portanto, podemos dizer, de acordo, com esta hipótese que o número de matrículas excede ao número de crianças encontradas na faixa dos 06 aos 14 anos porque existem alunos fora deste grupo etário matriculados no Ensino Fundamental. O que justificaria a porcentagem encontrada em nosso exercício de cálculo, de 118,68%.

• **3.1.3. Ensino Médio (de 15 a 19 anos):**

Em 1999 tínhamos uma demografia de 4.808 adolescentes na faixa de 15 a 19 anos e, aproximadamente tínhamos 2.956 adolescentes matriculados no ensino médio (de 15 a 19 anos), portanto, a taxa de cobertura ou o total de adolescentes atendidos nesse nível de ensino era de 61,5%.

Supondo:

- 4.808 como sendo 100% e, 2.956 sendo o número de adolescentes matriculados no ensino médio, teremos:
- 4.808 adolescentes = 100%
- 2.956 matrículas = x% $\Rightarrow x = 61,5\%$

No entanto, devemos ressaltar que no Ensino Médio, a defasagem idade-série é muito maior que no Ensino Fundamental, o que dificultaria também o cálculo da taxa de cobertura. Porém, esta é apenas uma estimativa aproximada, ou seja, mais um exercício de cálculo. Ressaltamos ainda o problema já apresentado anteriormente de que há discordâncias quanto à metodologia de pesquisa utilizada por IBGE e MEC, dificultando mais uma vez nossos cálculos para a taxa de cobertura e fazendo-se necessário este exercício de cálculo.

Conclusivamente podemos analisar que a prioridade ao Ensino Fundamental e a sua universalização são vivenciados na prática, mas também é verdade que os demais níveis de ensino não usufruem a mesma política de universalização do ensino.

3.2. Análise das matrículas por Dependência Administrativa no Município de Paulínia

Tabela 17 - Evolução das matrículas por dependência administrativa no Município de Paulínia no período de 1996 a 2001

Tabela 17												
Evolução das Matrículas - Geral												
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2001	Evolução
Federal	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Estadual	9.169	68%	5.665	40%	5.830	40%	5.133	35%	4.938	34%	4.713	-49%
Municipal	4.170	31%	8.207	58%	8.345	57%	8.855	61%	8.945	62%	10.667	156%
Particular	92	1%	158	1%	445	3%	505	3%	535	4%	661	4%
Total	13.431	100%	14.030	100%	14.620	100%	14.493	100%	14.418	100%	16.041	19%

Fonte: SEADE e INEP

A partir da criação do Fundef podemos constatar um enorme salto nas matrículas totais da rede municipal de ensino de Paulínia (verificar na tabela 17), crescendo em 156% entre 1996 e 2001, ou seja, +5497 novas matrículas na rede municipal de ensino. Em contraposição, temos uma diminuição nas matrículas totais da rede estadual de ensino no município de Paulínia, de -49%, ou -4456 matrículas. O que revela que apenas teve um realocamento de matrículas; pois o crescimento na rede municipal e decréscimo na rede estadual mais gritantes ocorreram simultaneamente entre 1996 e 1997 (verificar na tabela 17).

Tabela 18 - Evolução das Matrículas da Rede Municipal no Município de Paulínia entre 1996 e 2001

Evolução das Matrículas - Na Rede Municipal													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	2.642	63%	2.813	34%	2.699	32%	2.523	28%	2.326	26%	3.705	35%	40%
Creche	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1.311	12%	0%
Pré-escola	2.642	63%	2.813	34%	2.699	32%	2.523	28%	2.326	26%	2.394	22%	-9%
Ens. Fund.	821	20%	4.359	53%	4.614	55%	5.237	59%	5.431	61%	5.744	54%	600%
1ª - 4ª	431	10%	3.915	48%	3.951	47%	3.811	43%	3.746	42%	3.938	37%	814%
5ª - 8ª	390	9%	444	5%	663	8%	1.426	16%	1.685	19%	1.806	17%	363%
Ens. Médio	707	17%	1.035	13%	1.032	12%	1.095	12%	1.188	13%	1.218	11%	72%
Supletivo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Total	4.170		8.207		8.345		8.855		8.945		10.667		156%

Fontes: SEADE e INEP

Se analisarmos o Ensino Fundamental Municipal separadamente entre 1996 e 2001, teremos um espantoso aumento de 600%, ou uma expansão de +4923 matrículas nesse nível de ensino; com a ressalva de que a expansão se deu mais intensamente nas quatro séries iniciais – de 1ª a 4ª série, teve um aumento de 814%, ou de +3507 matrículas; enquanto de 5ª a 8ª série verificou-se uma evolução de 363%, ou de +1416 novas matrículas – o que comprova a municipalização do ensino, mais intensamente de 1ª a 4ª série.

Podemos inferir como aspecto negativo a essa municipalização do ensino fundamental (no período entre 1996 e 2001) a fratura nos outros níveis de ensino, mormente no ensino infantil, pois este obteve um decréscimo em sua evolução de -9%, ou de -248 matrículas. Já no ensino médio municipal podemos perceber uma evolução mais tímida em relação ao ensino fundamental, para o mesmo período, ou seja, sua evolução foi apenas de 72%, ou de +511 novas matrículas – estes dados podem ser melhor comprovados com a tabela 18.

Tabela 19 – Evolução das Matrículas da Rede Estadual no Município de Paulínia entre 1996 e 2001

Evolução das Matrículas - Na Rede Estadual													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Creche	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Pré-escola	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Ens. Fund.	7.820	85%	4.269	75%	4.193	72%	3.360	65%	3.178	64%	3.031	64%	-61%
1ª - 4ª	3.852	42%	503	9%	460	8%	464	9%	471	10%	459	10%	-88%
5ª - 8ª	3.968	43%	3.766	66%	3.733	64%	2.896	56%	2.707	55%	2.572	55%	-35%
Ens. Médio	1.349	15%	1.396	25%	1.637	28%	1.773	35%	1.760	36%	1.682	36%	25%
Supletivo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Total	9.169		5.665		5.830		5.133		4.938		4.713		-49%

Fonte: SEADE e INEP

Com relação ao ensino fundamental estadual entre 1996 e 2001, podemos dizer que este sofreu queda como era de se esperar com o processo de municipalização do ensino, ou

seja, transferência do alunado – portanto, este nível de ensino estadual teve um declínio em sua evolução de –61%, ou de –4789 matrículas; e como na rede municipal, o impacto se deu mais intensamente nas quatro séries iniciais – de 1ª a 4ª série, teve um decréscimo de –88%, ou de –3393 matrículas; enquanto no ciclo subsequente (5ª a 8ª série) verificou-se uma diminuição de –35%, ou de –1396 matrículas – o que comprova a transferência do alunado para a rede municipal de ensino. Já que na rede municipal de ensino podemos observar um movimento inverso, ou seja, houve um grande incremento nas matrículas do ensino fundamental. Podendo isto ser melhor observado nos seguintes dados: entre os anos de 1996 e 2001 tivemos no Ensino Fundamental (rede municipal) uma evolução de 600%, ou seja, de +4.923 matrículas. E concomitantemente ao que ocorreu na rede estadual, ou seja, impacto maior nas quatro séries iniciais – de 1ª a 4ª série; na rede municipal percebemos novamente o mesmo movimento inverso, ou seja, maior incremento nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, o qual podemos melhor elucidar através dos dados: houve uma evolução de 814%, ou de +3.507 novas matrículas nas quatro primeiras séries (de 1ª a 4ª série) do ensino fundamental municipal; enquanto que de 5ª a 8ª série observamos uma evolução de 363%, ou de +1.416 matrículas. Portanto, de acordo com este visível movimento inverso ao da rede estadual, podemos afirmar novamente que houve uma transferência do alunado para a rede municipal de ensino.

Já no Ensino Médio Estadual teve um crescimento em sua evolução, porém, também tímido, isto é, sua evolução foi de apenas 25%, ou de +333 novas matrículas. Portanto, o impacto ocorreu de fato nas matrículas do Ensino Fundamental – estes dados podem ser melhor comprovados com a tabela 19.

Tabela 20– Evolução da Rede Privada no Município de Paulínia entre 1996 e 2001

Evolução das Matrículas - Na Rede Privada													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	0	0%	0	0%	12	3%	20	4%	16	3%	31	5%	0%
Creche	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Pré-escola	0	0%	0	0%	12	3%	20	4%	16	3%	31	5%	0%
Ens. Fund.	79	86%	121	77%	378	85%	397	79%	424	79%	499	75%	532%
1ª - 4ª	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	210	32%	0%
5ª - 8ª	79	86%	121	77%	378	85%	397	79%	424	79%	289	44%	266%
Ens. Médio	13	14%	37	23%	55	12%	88	17%	95	18%	131	20%	908%
Supletivo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Total	92		158		445		505		535		661		618%

Fonte: SEADE e INEP

Quanto à rede privada (no período entre 1996 e 2001) esta também teve expansão, embora menos intensa, pois no Ensino Fundamental a evolução foi de 532%, ou de +420

novas matrículas, enquanto o Ensino Médio privado provou um crescimento de 908%, ou de +118 matrículas; absorvendo o alunado não atendido pela rede pública de ensino.

Grosso modo, podemos verificar que a evolução de um modo geral no ensino fundamental (unindo todas as dependências administrativas) evoluiu apenas 6%, ou +554 novas matrículas, portanto nesse movimento houve um realocamento de matrículas entre as esferas estadual e municipal, não criando muito mais matrículas novas no ensino fundamental. Já no Ensino Médio tivemos uma maior evolução nas matrículas, ou seja, um crescimento de 46%, ou de +962 matrículas. Enquanto que no Ensino Infantil se deu um fato muito interessante, ou seja, de um modo geral, entre 1996 e 2000 este nível de ensino foi o mais afetado, tendo uma fratura em seu sistema de ensino, isto é, teve uma queda de -11%, ou -300 matrículas; responsabilizando essa fratura a municipalização do Ensino Fundamental e a criação do Fundef²⁰. Mas em 2001 um fato curioso aconteceu: podemos perceber um salto nas matrículas, passando de uma evolução negativa em 2000 (-11%: ver tabela XVIII em anexo) para uma evolução positiva de +41% (em 2001- ver tabela XVIII em anexo), ou mais +1994 matrículas. Através de investigações junto à prefeitura e secretaria de educação de Paulínia pudemos constatar que tal crescimento das matrículas no ensino infantil é decorrente de uma proposta política da nova administração na prefeitura da cidade (a partir 2001). Portanto, no plano político da nova administração de Paulínia estava prevista a ampliação das vagas da educação infantil. Uma perda para a sociedade paulinense foi que, com essa nova proposta política, o atual governo encerrou o “Projeto Sol” (um projeto pioneiro de educação não-formal para as comunidades carentes da periferia de Paulínia), sendo que nos espaços físicos ocupados pelo projeto instalou-se CEMEIs, ampliando assim as vagas para a educação infantil.

Para efeito de comparação, o crescimento das matrículas nas redes municipais em todos os níveis do Estado de São Paulo foi de +1.654.499, ou 104%²¹; e somente no ensino fundamental foi de +1.045.063, ou 144%²² no período de 1996 a 2001. Já as matrículas na rede estadual de São Paulo tiveram um decréscimo de -9%, ou de -568.084 matrículas (ver tabela XXVI em anexo), enquanto que, no ensino fundamental estadual no mesmo período, tivemos também um declínio de -30%, ou -1.527.746 matrículas (ver tabela XXVIII em

²⁰ Ver estes dados na tabela XVIII em anexo.

²¹ Ver a tabela XXVI em anexo.

²² Ver a tabela XXIX em anexo.

anexo). Portanto, podemos verificar que esse processo de municipalização do ensino fundamental observado em Paulínia faz parte de um cenário estadual mais amplo.

3.3. Análise das matrículas por nível de ensino no Município de Paulínia:

Introdutoriamente, diremos que em relação à composição formada pelos níveis de ensino da Educação Básica oferecida pelo município, temos que, no ano de 1996, o Ensino Infantil representava 63%, o Ensino Fundamental 20% e o Ensino Médio 17% do total ofertado pela Rede Municipal. No ano seguinte, em 1997, a tabela 18 mostra que o Ensino Infantil caiu para 34%, o Ensino Fundamental subiu para 53% e, por sua vez, o Ensino Médio caiu para 13% em relação à representação total, revelando a tendência de municipalização e fratura nos demais níveis de ensino municipal.

• 3.3.1. Educação Infantil

As matrículas para a Pré-Escola estão localizadas, basicamente, na Rede Municipal²³. Somente a partir de 1998, a Rede Privada²⁴ passa a oferecê-las, sendo que a Rede Estadual não a oferece. De acordo com esta proposição podemos fazer a hipótese de que a Rede Privada começa a oferecer estas vagas no ensino infantil a partir de 1998 porque se tinha uma demanda reprimida, devido à queda no oferecimento deste ensino pelo município e, ao mesmo tempo, de acordo com a tabela 15 de demografia, podemos verificar que a faixa etária de 00 a 04 anos (localizada no ensino infantil) vinha crescendo também, o que estimulou a abertura de novas vagas na Rede Privada.

A Educação Infantil de administração municipal apresentou, em 1997, uma queda (de 63% em 1996 para 34% em 1997) na representação total do ensino. Embora em 1997 esse nível apresente um crescimento quanto ao número de matrículas oferecidas (de 2642 em 1996 para 2813 em 1997), que acompanha o movimento da municipalização das matrículas no Ensino Fundamental. No entanto, a partir de 1998 o número de matrículas municipais no Ensino Infantil tende a decrescer (em 1998 ela cai para 2699 matrículas oferecidas), não acompanhando a evolução relativa à população de 00 a 04 anos, no mesmo período.

²³ Ver tabela 18, no tópico anterior.

²⁴ Ver tabela 20, no tópico anterior.

Dessa forma, considerando que a origem da demanda para a Educação Infantil se encontra na classe trabalhadora e que Paulínia apresenta uma taxa de urbanização em torno de 90%, é razoável pensar sobre as dificuldades que a ausência de novas vagas representa. De acordo com a pesquisa de campo, a não satisfação da demanda para a Pré-Escola, a partir do ano de 1998 está relacionada ao fato de Paulínia perder recursos para o Fundo e de ter que colocar dinheiro do município para atender ao Ensino Fundamental. Nesse sentido, a estagnação do atendimento àquela demanda está relacionada ao fato de que os recursos que mantinham o Programa 41, assim como outros, por exemplo, Educação Não Formal, eram recursos destinados ao Ensino Fundamental, prioridade estabelecida pela LDB, em seu artigo 11, inciso V. Porém, ao município é dado optar, estabelecido que está no Parágrafo Único deste mesmo artigo.

Nesse sentido, Paulínia, ao municipalizar o Ensino Fundamental ainda no ano de 1997, no intuito de reaver parte dos recursos que perderia para o FUNDEF a partir do ano seguinte, parece não ter tido a capacidade de avaliar mais aprofundada e realisticamente a sua capacidade em assumir as novas tarefas que, com a nova sistemática, passaram a lhe ser impostas.

Em 1998 a Rede Privada, passando a participar da oferta de matrículas para a Pré-Escola, contava com 12 crianças matriculadas e em 1999, eram vinte, ou seja, um número inexpressivo para o município, uma vez que seu valor per capita é R\$ 2.951,70.

A tendência na esfera municipal se mantém em 1999 e 2000 (2.523 matrículas e 2.326 matrículas respectivamente), porém, algo inusitado acontece em 2001 com um salto no número das matrículas do ensino infantil municipal para 3.705 matrículas. Tal acontecimento é justificado por uma proposta política da nova administração na prefeitura da cidade (a partir 2001). Portanto, no plano político da nova administração de Paulínia estava prevista a ampliação das vagas da educação infantil. Uma perda para a sociedade paulinense foi que, com essa nova proposta política, o atual governo encerrou o “Projeto Sol” (um projeto pioneiro de educação não-formal para as comunidades carentes da periferia de Paulínia), sendo que nos espaços físicos ocupados pelo projeto instalou-se CEMELs, ampliando assim as vagas para a educação infantil.

- **3.3.2. Ensino Fundamental:**

De acordo com a tabela 18, o Ensino Fundamental da Rede Municipal em 1996 ofereceu 821 matrículas, no ano seguinte o município passou a oferecer 4.359 matrículas.

Ou seja, foram acrescentadas 3.538 novas matrículas, e portanto uma evolução de 530,93%. O FUNDEF foi implantando efetivamente em 1998. Porém, embora adiada a sua implantação, o administrador executivo teve que antecipar a municipalização das matrículas junto à Secretaria Estadual no intuito de credenciar o município a fim de receber os recursos provenientes do Fundo. Deve-se considerar que ao número de alunos matriculados no Ensino Fundamental corresponde um volume de recursos recebidos.

A tabela 19 demonstra que a Rede Estadual, em relação ao mesmo nível de ensino, em 1996 oferecia 7.820 matrículas, no ano seguinte a Rede Estadual passou a oferecer 4.269, apresentando um decréscimo de 3.551 matrículas, ou de - 45,4%.

Como se nota, o crescimento de matrículas no Ensino Fundamental da Rede Municipal corresponde à queda das matrículas, para o mesmo nível de ensino, da Rede Estadual. Esse movimento de transferência de matrículas parece demonstrar que o município procurando se adequar àquela nova sistemática, alcançou e ultrapassou numericamente a oferta das matrículas estaduais para esse nível.

Em relação ao ano de 1998, observa-se uma certa acomodação de matrículas entre as duas Redes para o mesmo nível de ensino. No entanto, no ano de 1999, observando as tabelas 18 e 19, pode-se perceber um novo movimento, no mesmo sentido, de transferência de matrículas. As tabelas demonstram evolução positiva, de 1996 para 1997, da oferta de matrículas especificamente no 1º ciclo. Em 1996, o 1º ciclo representava 10% e o 2º ciclo 9% do total de matrículas do Ensino Fundamental municipal. No ano seguinte, em 1997, o 1º ciclo passou a representar 48%, sendo que o 2º ciclo caiu para 5% do total de matrículas nesse nível de ensino. Nesse sentido, tem-se que a partir do ano de 1997, o município expandiu o ingresso ao Ensino Fundamental, promoveu seu fluxo, porém deixou de desenvolver a Pré-Escola.

Considerando que a divulgação da Campanha para a Universalização do Ensino Fundamental feita pelo MEC, ter sido positiva no sentido de motivar as famílias para que matriculassem seus filhos, de um modo geral, o que interessa à classe trabalhadora é o saber ler, o saber escrever e o saber contar matematicamente (as quatro contas), saberes esses que são desenvolvidos nas primeiras quatro séries do Ensino Fundamental. Porém, não devemos dizer enfaticamente que houve uma grande abertura de novas vagas no ensino fundamental, pois de um modo geral, este nível de ensino (em todas as dependências administrativas) cresceu apenas 6 %, ou +554 novas matrículas no período

entre 1996 e 2001, portanto, houve apenas transferência do alunado, com a criação de algumas poucas vagas.²⁵

Com relação ao 2º ciclo do Ensino Fundamental, vem que, muito embora a taxa percentual de representação total no Ensino Fundamental tenha, no ano de 1997, decrescido (de 9% em 1996 para 5% em 1997 – ver tabela 18), a partir do ano de 1998 passa a evoluir positivamente. Tal crescimento pode ser entendido, por um lado, como a obrigatoriedade de cumprir os oitos anos regulares, e a conseqüente passagem de alunos do 1º ciclo para o 2º ciclo.

Os dados referentes à Rede Privada²⁶ (ver tabela 20) demonstram que no ano de 1996 haviam 79 alunos matriculados. No ano seguinte, ano em que Paulínia promove a transferência maciça de matrículas da Rede Estadual para a Rede Municipal, os dados informam haver 121 alunos matriculados. Ou seja, houve uma evolução de 53 %. Em 1998, a evolução é de 312 %, isto é, são 378 matrículas. Considerando que, a partir de 1997 a Rede Privada absorveu uma determinada parcela daquelas matrículas, as tabelas 17, 18 e 19 apontam para um aumento de mais de mil crianças que não passaram pela Pré-Escola.

A evolução positiva se mantém considerando o período de 1999 a 2001, quando se tem 102 novas matrículas. Comparativamente, portanto, para o período de 1996 a 2001 a evolução foi de 532% ou +420 matrículas.

• 3.3.3. *Ensino Médio:*

Pode-se perceber que o movimento das matrículas nesse nível de ensino demonstra que, enquanto as porcentagens na representação total das matrículas nos diferentes níveis decaem para o Ensino Médio Municipal (em 1996 representava 17%; em 1997 cai para 13%; em 1998 para 12%; em 1999 permanece em 12%, em 2000 sobe para 13% novamente, e em 2001 cai para 11%, na representabilidade total da oferta de matrículas)²⁷, para o Estadual e Privado verifica-se um aumento percentual expressivo nesta mesma representabilidade total. Na Rede Estadual, em 1996, o Ensino Médio representava 15% da Educação Básica, passando a representar 35% em 1999, e em 2000 e 2001 se estabiliza em

²⁵ Ver tabela XVIII em anexo.

²⁶ Ressaltamos, porém, que não há dados de alunos de Paulínia que estudam nas escolas privadas de Campinas, opção esta derivada pela proximidade física e outras possíveis causas.

²⁷ Ver tabela 18.

36%. Na Rede privada, a partir de 1998, o Ensino Médio, que divide com a Educação Infantil e o Ensino Fundamental a composição percentual, apresenta uma evolução de 631%, embora sejam apenas 95 matrículas registradas em 2000. A tendência positiva para a Rede Privada se mantém em 2001, com aumento de 20% ou +36 em relação a 2000. Tem-se, então, que a análise das tabelas apresentada no início, demonstram haver uma certa fluidez das matrículas do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

- **3.3.4. Ensino Supletivo:**

As fontes consultadas não disponibilizaram os dados de matrículas referentes ao Ensino Supletivo e à Educação Especial de forma que se pudesse analisar os seus comportamentos ao longo do período. Em relação às escolas municipais de ensino fundamental, médio, supletivo e profissionalizante, dados fornecidos pela Secretaria de Educação e Cultura, porém referentes somente ao ano de 1999, demonstram que o município conta atualmente com 13 estabelecimentos, atendendo um total de 8.752 alunos. Paulínia conta, inclusive, com um Centro Municipal de Ensino Profissionalizante, que atende 811 alunos e uma Escola Técnica, que atende 213 alunos. Como é sabido, ao ser regulamentada a Lei Federal nº 9.424, em virtude do veto do Presidente da República, a educação de jovens e adultos que freqüentam curso regular de Supletivo Fundamental foi prejudicada ao ser impedida a contabilização de suas matrículas para fins de recebimento de recursos do Fundo. Essa modalidade de ensino, contudo, permanece como componente do Direito à Educação, nos termos do artigo 208, inciso I, da CF / 88.

- **3.3.5. Educação Especial:**

Assim como aconteceu com o Ensino Supletivo, não foi possível coletar os dados referentes à Educação Especial, razão que impede fazer a análise desse programa para o presente relatório novamente. Porém, descobrimos que algumas escolas de Ensino Fundamental trabalham com a inclusão de alunos da Educação Especial, a fim de receber repasse de dinheiro do Fundef.

- **3.3.6. Funcionários e Professores:**

A análise que se segue será feita de acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município de Paulínia.

A Secretaria de Educação e Cultura do Município de Paulínia informou que, em 1999, o município atendia em sua Rede Municipal, um total de 12.957 crianças, jovens e adultos. A Secretaria informa, inclusive, que o número de alunos atendidos pela Rede Estadual é 5.163 jovens e adultos. Desse modo, em 1999 o município atendeu um total de 18.120 alunos, considerando a Creche, a Educação Pré-Escolar, os Projetos de Educação Não Formal que compreende a Alfabetização de Jovens e Adultos, o Ensino Fundamental Regular, a Suplência do 2º ciclo, o Ensino Médio, o integrado Médio-Profissionalizante e o Profissionalizante Modular.

Tabela 21 - Total de alunos atendidos pelo município em 1999

CRECHES	819
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	2758
PROJETO SOL ²⁸	663
PROJETO ALFA (Alfabetização de Jovens e Adultos)	339
1º A 4º SÉRIES	3992
5º A 8º SÉRIES	1467
SUPLÊNCIA (5º A 8º SÉRIES)	784
SUPLÊNCIA ENSINO MÉDIO	641
PROFISSIONALIZANTE + ENSINO MÉDIO	581
PROFISSIONALIZANTE (MODULAR)	213
ENSINO MÉDIO	700
TOTAL	12957

Fonte: S. M. E. C. (Secretaria Municipal de Educação e Cultura)

Tabela 22 - Total de alunos atendidos pelo estado em 1999

1º A 4º SÉRIES	464
5º A 8º SÉRIES	2909
ENSINO MÉDIO	1790
TOTAL	5163

Fonte: S. M. E. C.

A Rede Municipal, que oferece os níveis acima apresentados, compreende 17 Creches, 12 EMEIs, 05 Escolas para a Educação Não Formal, 14 Escolas Municipais e 04 Escolas Estaduais. Paulínia conta, inclusive com um Centro Municipal de Ensino Profissionalizante e uma Escola Técnica. Enumeramos então a atual disposição numérica total de alunos, professores e funcionários por nível de ensino.

²⁸ Este projeto foi desmantelado pela Secretaria de Educação na nova gestão de 2001; sendo que o espaço físico vai ser utilizado para a criação de novas escolas de ensino pré-escolar (EMEIs e CEMEIs).

- **-Seção de Creches:**

Tabela 23 - Número de crianças em creches no ano de 1999

BERÇARIO	179
MATERNAL	282
INFANTIL	358
TOTAL	819

Fonte: S.M.E.C.

Para atender as 17 creches, em período integral, o quadro de funcionários é composto por 369 profissionais, distribuídos nas seguintes funções: Diretoras e O. P., Serventes, Cozinheiras, Ajudante de cozinha, Babá, Guarda Mirim, Zelador (incluídos neste total 22 funcionários afastados).

Tabela 24 – Quadro de Funcionários

SEIC Seção de Educação Infantil – Creche *01 Supervisor *01 Secretário
Nº Creches: 17 Nº Babás: 247 Especialistas da Educação (Diretor e Orientador Pedagógico): 25 Nº de serventes: 58 Nº de monitores: - Nº de cozinheiras: 39 Nº de escriturários: -
Total de funcionários: 369

Fonte: S.M.E.C.

Através do cruzamento de dados podemos fazer algumas análises pertinentes a este estudo, sendo assim, o faremos com relação aos funcionários, professores e alunos.

Tabela 25 – Relação entre o número de professores e de funcionários na Seção de Creches no Município de Paulínia em 2000

		Alunos	Relação
Professores (babás)	247	819	3,3
Funcionários	122	819	6,7

Fonte: S.M.E.C.

Por análise podemos inferir que a média para cada professor é de 3,3 crianças nas creches e de 6,7 crianças por funcionário, uma média alta, pois normalmente encontra-se a seguinte distribuição: de 0 a 2 anos – 5 a 6 bebês por educador; 3 anos – 15 crianças por professor. Em relação aos funcionários temos também uma média alta, já que ao constatarmos isso *in loco* quase nunca encontramos esse número de crianças por funcionário (6,7 crianças por funcionário).

Ao analisarmos a relação de professores por funcionário teremos a média de 2,02 professores por funcionário.

- **Seção de Educação Infantil:**

Tabela 26 - Crianças atendidas na Educação Infantil no ano de 1999

NÚMERO DE CRIANÇAS	
NIVEL II	317
NIVEL I E II	176
NIVELII	469
NIVEL II E III	163
NIVEL III	695
NIVEL III E IV	152
NIVEL IV	786
TOTAL	2758

Fonte: S.M.E.C.

Para atender às crianças das EMEIs, em meio período, o quadro de funcionários é composto por 364 profissionais, distribuídos em: Professoras, Diretor, Orientador Pedagógico, Escriturárias, Monitoras, Serventes, Cozinheiras e Zeladores.

Tabela 27 – Quadro de Funcionários

SEI Seção de Educação Infantil *01 Supervisor *01 Secretário
Nº EMEIs: 12 Nº de professores: 174 Especialistas da Educação (Diretor e Orientador Pedagógico): 24 Nº de serventes: 61 Nº de monitores: 58 Nº de cozinheiras: 35 Nº de escriturários: 12
Total de funcionários: 364

Fonte: S.M.E.C.

Análise com relação aos professores, funcionários e alunos.

Tabela 28 – Relação entre o número de professores e de funcionários na Seção de Educação Infantil no Município de Paulínia em 2000

		Alunos	Relação
Professores	174	2758	15,8
Funcionários	190	2758	14,5

Fonte: S.M.E.C.

Podemos analisar que a média para cada professor é de 15,8 alunos no ensino infantil e de 14,5 alunos por funcionário, uma média alta, pois normalmente encontramos cerca de 25 alunos por professor nesta faixa etária. Em relação aos funcionários temos também uma média bastante alta quando verificamos isso na realidade (14,5 alunos por funcionário).

Ao analisarmos a relação de funcionários por professor teremos a média de 1,09 funcionário por professor.

- **Seção de Projetos Pedagógicos Especiais:**

Tabela 29 - Atendimento Educação Não Formal 1999

Seção de Projetos Pedagógicos Especiais

NUMERO DE ATENDIDOS	
PROJETOS SOL	663
PROJETOS ALFA	339
TOTAL	1002

Fonte: S.M.E.C.

Para atender esse total de crianças, adolescentes e adultos, os núcleos dos Projetos Educacionais funcionam em prédios próprios, em bairros periféricos, atendendo as quatro regiões da cidade. A Educação Não Formal conta com um quadro de funcionários formados por 64 profissionais, distribuídos em: Diretor, O. P., Escriturários, Professores, Monitores, Serventes, Cozinheiras.

É de suma importância ser revelado²⁹ que a atual gestão da Secretaria de Educação de Paulínia extinguiu o Projeto Sol³⁰ - espaço lúdico destinado à integração extra-escolar e meio de socialização e lazer para crianças e adolescentes -, no início de 2001. Segundo ainda Valéria, o Secretário argumentou que não havia espaço físico suficiente para a criação de novas vagas no Ensino Infantil, mormente creches, e que para tal foi necessário o desmantelamento do Projeto Sol para a apropriação do prédio com fins à criação de novas vagas no Ensino Infantil.

Questiona-se, porém, que os motivos foram outros, talvez porque este projeto não recebesse auxílio financeiro pela pasta da educação, sendo visto como um enorme ônus para a Secretaria de Educação.

²⁹ Segundo uma entrevista dada por Valéria Garcia, Presidente do Conselho Municipal de Educação e Responsável pela Seção de Projetos Pedagógicos Especiais.

³⁰ O Projeto Sol tem 14 anos de atuação na sociedade desta cidade, sendo um projeto-modelo e, referência tanto nacional quanto internacional e, que já obteve ótimos resultados junto à população assistida por ele.

Tabela 30 – Quadro de Funcionários

<p>SEPPE Seção de Projetos Pedagógicos Especiais *01 Supervisor *01 Secretário</p>
<p>Projetos Pedagógicos: 04 núcleos Nº de professores: 37 Especialistas da Educação (Diretor e Orientador Pedagógico): 08 Nº de serventes: 06 Nº de monitores: 04 Nº de cozinheiras: 09 Nº de escriturários: -</p>
<p>Total de funcionários: 64</p>

Fonte: S.M.E.C.

Analise com relação aos professores, funcionários e alunos.

Tabela 31 – Relação entre o número de professores e de funcionários na Seção de Projetos Pedagógicos Especiais no Município de Paulínia em 2000

		Alunos	Relação
Professores	37	1002	27,8
Funcionários	27	1002	37,1

Fonte: S.M.E.C.

Podemos analisar que a média para cada professor é de 27,8 alunos nestes projetos pedagógicos e de 37,1 alunos por funcionário, uma média razoável.

Ao analisarmos a relação de professores por funcionário teremos a média de 1,4 professor por funcionário.

- **Seção de Ensino Fundamental e Médio:**

Tabela 32 - Atendimento para os Ensinos Fundamental e Médio no ano de 1999

SÉRIE	Nº CRIANÇA
1º A 4º SÉRIE	3992
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	374
1º A 4º (ESTADUAL)	464
5º A 8º SÉRIE	1467
5º A 8º SÉRIE (ESTADUAL)	2909
ENSINO MÉDIO	700
ENSINO MÉDIO (ESTADUAL)	1790
PROFISSIONALIZANTE+MÉDIO	581
PROFISSIONALIZANTE MODULAR	213
SUPLÊNCIA 5º A 8º SÉRIE	784
SUPLÊNCIA ENSINO MÉDIO	641
TOTAL MUNICIPAL	8752
TOTAL ESTADUAL	5163
TOTAL GERAL	13915

Fonte: S.M.E.C.

O quadro de funcionários das escolas municipais, que são 13, e que oferecem ensino fundamental e médio é composto por 642 profissionais, distribuídos em: Diretor, O. P., Vice Diretor, Escriturário, Professores, Monitor, Serventes, Cozinheiras, Guarda Mirim, e outros.

Para as escolas estaduais, que são quatro, e que atendem o ensino fundamental e médio, o quadro de funcionários totaliza 264 profissionais, distribuídos em: Diretores, Vice Diretores, Coordenador Escolar, Professores, Inspetores, Serventes, Cozinheiros, Guarda Mirim.

Tabela 33 – Quadro de Funcionários

SEFEMP Seção de Ensino Fundamental e Médio Profissionalizante *02 Supervisores *02 Secretários
Nº de escolas Municipais: 13 Nº de professores: 388 Especialistas da Educação (Diretor e Orientador Pedagógico): 36 Nº de serventes: 70 Nº de monitores: 54 Nº de cozinheiras: 75 Nº de escriturários: 19
Total de funcionários: 642

Fonte: S.M.E.C.

Analise com relação aos professores, funcionários e alunos.

Tabela 34 – Relação entre o número de professores e de funcionários na Seção de Ensino Fundamental e Médio no Município de Paulínia em 2000

		Alunos	Relação
Professores	388	13915	35,8
Funcionários	254	13915	54,8

Fonte: S.M.E.C.

Podemos analisar que a média para cada professor é de 35,8 alunos no ensino fundamental e médio e de 54,8 alunos por funcionário, uma média considerada baixa, pois o ideal seria não ultrapassar 30 alunos por professor, sendo que a média encontrada indica indício de superlotação das salas de aula nesta seção de ensino. Já o número de alunos por funcionário – 54,8 – é o mais próximo da realidade, ou seja, em grandes escolas é o que encontramos de fato.

Ao analisarmos a relação de professores por funcionário teremos a média de 1,5 professor por funcionário.

À guisa de informação, ressaltaremos que o tipo de contrato é CLT e a contratação é feita através de concurso público para cada função. Os professores PI ou PIII são

contratados quando houver a vaga na rede em caráter substitutivo de algum professor efetivo da Rede Municipal ou vaga.

Tentaremos fazer uma estimativa média do salário dos professores em Paulínia.

Tabela 35 – Salário médio dos professores em Paulínia

Professores (2000) -E. Fundamental. ³¹	Despesa com Salário (1999)	Salário Médio ³²
388	2.172.749,74 ³³	5.601,31

Fonte: SMEC.

A despesa com salário de professores em 1999 declarados pelo Fundef, e dividido pelo número de professores em 2000, dá um salário médio de R\$ 5.600,00. Mas devemos advertir que muitas prefeituras computam também os inativos como integrantes da folha de pagamentos, o que aumenta o quadro de professores e diminui o salário médio. Além disso, foi declarado pela Presidente do Conselho do Fundef da cidade de Paulínia, Márcia Vicentin – declaração esta dada em uma entrevista - que a prefeitura de Paulínia absorveu todos os professores estaduais em sua rede municipal, não contratando professores novos através de concurso público. Isto é, estão trabalhando na rede municipal professores estaduais e, que recebem pelo Estado inclusive, embora estes professores e diretores de escolas recebam um abono da prefeitura que varia entre R\$ 200,00 e R\$ 600,00. Portanto, esta política é compensatória para estes funcionários, com o intuito, fica claro, de induzir a não reação por parte destes contra esta irregularidade. Sendo assim, ao se argumentar que o quadro efetivo de professores trabalhando na rede municipal deva ser bem maior do que o apresentado, a média salarial, portanto, cai. No entanto, não temos como comprovar esta hipótese, pois a Prefeitura de Paulínia não nos disponibilizou estes dados de análise.

³¹ Não temos o número de professores em 1999 para achar o valor correto do salário médio, mas segundo informações da Secretaria de Educação, não houve uma grande mudança no quadro de professores contratados (entre 1999 e 2000).

³² O Salário Médio aí não se refere ao “Salário Real” recebido pelos professores em Paulínia, mas sim a um exercício de cálculo, no qual dividimos a “Despesa com Salário (1999) com o número de professores em exercício no Ensino Fundamental em Paulínia (2000)”.

³³ Valor do Ens. Fundamental – Professores - Ens. Fundamental à conta do Fundef.

4. Análise dos Dados Financeiros do Município de Paulínia

Analisando os dados colhidos, em pesquisas na Internet e nas Secretarias Municipais e Estaduais, por meio das planilhas constantes no relatório e nos seus anexos podemos ter um quadro preliminar da situação da evolução dos gastos gerais e específicos em educação e da receita do município de Paulínia.

Como proposto pela presente pesquisa – “Acompanhamento do Impacto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) no Estado de São Paulo” desenvolvemos acima algumas análises de eventual migração de matrículas da rede estadual para a municipal, dos dados gerais das matrículas e suas implicações. Veremos agora os reflexos nas contas do município da entrada em vigor do Fundef, das aplicações dos recursos financeiros na educação e suas observâncias às leis fiscais vigentes na Constituição.

Por força de Lei, todos os municípios contribuem financeiramente para a formação do Fundo. Para contribuição ao Fundo e redistribuirão desses recursos financeiros, são levadas em conta as composições da receita tributárias de cada município, bem como o número de alunos matriculados e efetivos no Ensino Fundamental.

Como se sabe, Paulínia é um dos seis municípios brasileiros com maior arrecadação de ICMS. Porém, é um município de porte pequeno. Para este município, o ICMS representa, em média, 90% do total de sua Receita de Transferências Correntes, como pode ser constatado na tabela 36.

Tabela 36 - Evolução das Receitas Correntes do município de Paulínia 1996-2001

Tabela de Receitas Correntes													
	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	Evolução
Próprias	8.024.738,71	6%	15.111.826,14	11%	10.031.517,53	8%	8.149.309,82	6%	8.902.026,74	6%	8.099.457,48	5%	1%
IPTU	783.918,21	1%	661.481,08	0%	1.784.434,70	1%	2.213.589,11	2%	2.422.376,38	2%	1.969.762,45	1%	-151%
ISS	8.854.686,10	5%	13.813.786,94	10%	7.583.236,69	6%	4.892.301,34	4%	5.740.983,42	4%	5.417.134,32	3%	-16%
ITBI	585.834,40	0%	836.388,12	1%	863.845,94	1%	1.043.419,39	1%	738.668,94	0%	679.500,69	0%	16%
Transferências	135.857.997,31	94%	128.054.833,64	89%	114.390.194,77	92%	121.242.306,02	94%	139.286.278,83	94%	187.319.836,86	85%	23%
FPM	887.119,87	0%	2.151.389,12	2%	623.918,98	1%	-	0%	-	0%	-	0%	-100%
PI (exp.)	1.719.399,13	1%	1.689.910,85	1%	1.258.023,41	1%	1.211.896,31	1%	1.287.179,15	1%	1.528.253,61	1%	-11%
IPVA	1.318.751,49	1%	1.592.184,54	1%	1.878.842,65	2%	1.719.631,67	1%	1.685.499,85	1%	2.042.344,06	1%	55%
ICMS	132.132.428,83	92%	120.621.189,13	85%	110.629.409,72	89%	118.313.777,83	91%	136.315.599,83	92%	183.740.339,20	83%	24%
Outras Receitas	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	510.814,59	0%	510.759,65	0%	0%
Multas e juros	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	80.410,47	0%	63.592,04	0%	0%
Dívida ativa	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	450.404,11	0%	447.167,62	0%	0%
Total	143.882.436,03	100%	141.166.259,77	100%	124.421.712,30	100%	129.391.815,84	100%	148.190.305,57	100%	175.377.394,33	100%	22%

Fonte: Secretaria de Finanças Municipal

Devido a este fato, parece ser remota a possibilidade de Paulínia ganhar uma liminar no Supremo Tribunal de Justiça, caso tente se isentar da participação referente à

nova sistemática do FUNDEF. Portanto, para Paulínia, a municipalização do Ensino Fundamental tem caráter mais obrigatório que optativo, embora a possibilidade de optar seja amparada por lei.

4.1. Receitas e Despesas Municipais

Para analisarmos as receitas municipais na presente pesquisa, utilizaremos apenas as Receitas Correntes, desdobradas em Impostos Próprios e Transferências.

Contudo, deve-se notar que, em 1999, a tabela 36 indica não haver valor declarado para o FPM. De acordo com o Setor de Contabilidade de Paulínia, tal fato se relaciona a um acordo feito entre as respectivas esferas de governo devido à existência da dívida da Prefeitura para com a Previdência.

Comparativamente, as Transferências possuem maior peso na composição das Receitas Correntes do município, em relação aos Impostos Próprios. Observando a tabela 36, tem-se que a Receita das Transferências (FPM, IPI-exp., IPVA, ICMS) representam aproximadamente 90% de toda a Receita Corrente analisada, enquanto que as Receitas próprias (IPTU, ISS, ITBI) representam aproximadamente os outros 10%.

Tem-se, então, que no período de 1996 a 2001 nota-se que a Receita proveniente dos Impostos Próprios apresenta uma evolução positiva de 1%, e a Receita proveniente das Transferências apresenta uma evolução positiva de 23%. Contrariando a tendência apresentada até 1999, que apontava uma evolução positiva de 2% para os Impostos Próprios e negativa de -11% para a Receita proveniente das Transferências. Isso pode ser melhor evidenciado observando-se a arrecadação do IPTU que teve uma evolução de 151%, ou +R\$ 1.185.944 reais, entre 1996 e 2001. Quanto às transferências, constata-se que, embora até 1998 tenha apresentado queda na arrecadação destas receitas, a partir de 1999 passa a apresentar um crescimento expressivo até 2001, apresentando, portanto, uma evolução positiva de 23%, ou +3.145.324 reais. De forma que, embora no período de 1996 a 1999 tenha sido constatado uma queda na arrecadação do ICMS de -10%, ou de -R\$ 13.818.649 reais (entre 1996 e 1999), a partir de 1999 a 2001 esta tendência se inverte, apresentando um crescimento positivo neste período como se constata na tabela 36.

Tabela 37 – Evolução das Despesas por Função no Município entre 1996 a 2001

	Despesas por Função (Anexo 13)												
	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	Evolução
Legislativa	5.766.662,05	3%	6.709.419,77	5%	8.379.902,57	6%	1.948.709,17	1%	8.959.063,89	4%	6.600.665,56	3%	21%
Judiciária	0,01	0%	0,01	0%	0,01	0%	0,01	0%	-	0%	-	0%	-100%
Administração e Planejamento	28.728.988,94	15%	28.941.738,71	17%	19.678.981,88	13%	22.064.821,34	17%	32.236.955,32	20%	51.772.400,59	25%	12%
Agricultura	0,01	0%	0,01	0%	0,01	0%	0,01	0%	-	0%	-	0%	-100%
Educação e Cultura	52.471.300,19	28%	47.540.442,93	28%	49.524.765,74	33%	48.424.399,31	37%	48.000.851,08	30%	66.149.838,16	34%	-9%
Habitación e Urbanismo	38.249.486,56	20%	18.493.151,46	11%	17.391.799,55	12%	12.424.905,01	10%	20.122.842,79	13%	15.485.675,87	8%	-44%
Saúde e Saneamento	37.997.655,67	20%	36.845.049,26	21%	32.882.229,60	22%	27.795.508,94	21%	25.063.717,47	16%	31.793.984,11	16%	-34%
Indústria, Comércio e Serviço	1.672.555,56	1%	866.529,25	1%	484.059,64	0%	1.186.352,87	1%	1.843.183,56	1%	220.043,31	0%	10%
Trabalho	1.633.603,03	1%	2.713.028,62	2%	192.805,04	0%	1.433.377,94	1%	2.048.897,42	1%	2.465.102,44	1%	25%
Assistência e Previdência	8.402.243,20	5%	10.640.385,38	6%	10.000.142,14	7%	7.704.784,01	6%	8.326.041,14	5%	10.452.614,55	5%	-1%
Transporte	4.929.907,65	3%	9.210.069,50	5%	1.743.748,29	1%	7.300.405,45	6%	8.929.830,18	4%	4.449.784,71	2%	41%
Segurança Pública	7.540.795,93	4%	8.216.173,24	5%	8.476.309,41	6%	0,01	0%	5.873.123,12	4%	7.552.158,27	4%	-22%
Total	185.393.198,79		172.175.983,15		148.752.420,97		130.271.322,08		157.406.105,94		198.952.297,80		-15%

Fonte: Balanço Financeiro do Município de Paulínia

Apesar do total das Receita Correntes (ver tabela 36) ter aumentado de R\$ 124.421.712,30 em 1998 para R\$ 129.391.615,84 em 1999, nesse mesmo período o total das Despesas por Função caiu de R\$ 148.752.420,97 para R\$ 130.271.322,08 (ver tabela 37). Uma possível explicação para essa queda de investimento por Função seria a perda de recursos para o FUNDEF desde a sua implantação no município no ano de 1998. Grosso modo, uma análise possível seria a de que a retração na arrecadação total de impostos (-10%) também se refletiu na retração das despesas por função (-30%) entre 1996 e 1999.

Porém, constata-se que entre os anos de 1999 a 2001, tanto em relação às Receitas Correntes quanto às Despesas por Função houve um crescimento dos valores percebidos, contrariando a tendência anterior de queda dos mesmos valores.

Um agravante de Paulínia é ter sua arrecadação subordinada às transferências intergovernamentais (representando em média 90%), o que dificulta uma maior autonomia municipal; principalmente na educação, pois municípios dependentes de transferências têm grande parte de seus recursos educacionais retidos pelo Fundef. O que ocasiona cortes em outros níveis de educação, mormente no ensino infantil e supletivo.

Em relação à Função Educação e Cultura, é curioso notar que esta teve uma queda de -9% entre 1996 e 2001; sendo que, no ano de implantação do Fundo (1998) tivemos um crescimento de +R\$1.984.323 (em relação a 1997), mas em 1999 voltou a cair – tendo uma queda de -R\$1.100.366 reais. Já em 2000 continua em queda – com uma perda de - R\$ 423.548 reais em relação ao ano de 1999 – e apresentando um surpreendente crescimento em 2001, o que em números representa um ganho de +R\$ 18.148.987 em relação ao ano anterior; o que pode ser explicado como um reflexo do crescimento expressivo apresentado nas Receitas de Transferências ocorrido também entre os anos de 2000 e 2001 – em números, um crescimento de +R\$ 2.802.266 reais.

4.2. Gastos na Educação no Município de Paulínia

Em 1997, ano em que houve a municipalização das matrículas, o gasto em educação não alcançava os 25% obrigatórios, ainda que o Ensino Fundamental representasse 62% das matrículas em relação à composição dos níveis de ensino. Ou seja, o crescimento do gasto em educação, a partir de 1998, vem junto com a entrada de Paulínia para o FUNDEF (conforme tabela 38 abaixo).

• 4.2.1. Os 25% das Receitas Correntes no Município de Paulínia

Os dados levantados mostram que o município passou a gastar os 25% obrigatórios na educação somente a partir de 1998. Ou seja, em relação ao período estudado, percebe-se que o respeito à obrigatoriedade determinada por lei se dá junto com a implantação do FUNDEF e a conseqüente municipalização do ensino fundamental.

Em 1997, Paulínia gastou em educação R\$35.084.412,16, soma que significa 24,85% do total das Receitas correntes. No ano de 1998, o valor gasto foi de R\$ 43.787.237,75, que corresponde a 35,19%. Em 1999, o mesmo gasto reduziu-se para R\$ 43.490.392,25, isto é, 33,61% dessas Receitas. Já em 2000 o gasto com educação foi de R\$ 42.775.651,06, ou 28,87%, portanto, continuando em queda. Em 2001, como esperado, o gasto em Educação obteve um crescimento expressivo, reflexo do aumento substancial na Função Educação e Cultura para o mesmo ano, portanto, para o ano de 2001 os gastos com Educação subiram para R\$ 60.211.673,94, ou 33,20%. O valor total das Receitas Correntes cai significativamente em 1998 para nos próximos anos se recuperar. Receitas Correntes em números: **1996** – R\$ 143.882.436,03; **1997** – R\$ 141.166.259,77; **1998** – R\$ 124.421.712,30; **1999** – R\$ 129.391.615,84; **2000** – R\$ 148.190.305,57; **2001** – R\$ 175.377.394,33.

Nota-se, contudo, que o município apresenta dados de investimento na educação acima do limite exigido por lei a partir de 1998, considerando-se o período estudado. Porém, devido à implantação do FUNDEF, deve-se considerar que o valor retido para sua composição entra como despesa no total de gasto com a Educação.

No intuito de estipular um piso obrigatório, tem-se que os valores ideais para que se atinja o mínimo de 25% estipulado pela lei federal são os seguintes:

Em 1997, o ideal seria ter gastado R\$ 35.291.564,94 (25%), porém, gastou-se um pouco abaixo disso, ou seja, R\$ 35.084.412,16 (24,85%). Já em 1998, o valor mínimo seria R\$ 31.105.428,07 (25%), mas o gasto em educação para este ano foi além, ou seja, gastou-

se R\$ 43.787.237,75 (35,19%). Em 1999, o mínimo seria de R\$ 32.347.903,96 (25%), mas assim como no exercício anterior, gastou-se acima desta quota, isto é, gastou-se o valor de R\$ 43.490.392,25 (33,61%). A tendência se mantém em 2000 e 2001 apresentando gastos acima dos 25% como nos anos anteriores, portanto, em 2000 gastou-se R\$ 42.775.651,06 (28,87%), quando o valor mínimo seria de R\$ 37.047.576,39 (25%). E em 2001 foi gasto um total em educação de R\$ 60.211.673,94 (33,20%), sendo o valor mínimo de R\$ 45.339.175,65 (25%).

Em relação aos gastos totais da prefeitura, tem-se que o gasto total com a educação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no ano de 1997 foi de 24,85%, no ano de 1998 foi de 35,19%, no ano de 1999 foi de 33,61%, já em 2000 o gasto foi de 28,87% e, em 2001 foi de 33,20% (como pode ser observado na tabela 38).

Tabela 38 - Evolução do gasto em educação do município de Paulínia no período de 1996 – 2001

Educação									
1997			1998			1999			
Receitas	Gastos Educação	%	Receitas	Gastos Educação	%	Receitas	Gastos Educação	%	
Paulínia	141.166.259,77	35.084.412,16	24,85%	124.421.712,30	43.787.237,75	35,19%	129.391.815,85	43.490.392,25	33,61%
2000			2001						
Receitas	Gastos Educação	%	Receitas	Gastos Educação	%				
	148.190.305,57	42.775.651,06	28,87%	181.356.702,59	60.211.673,94	33,20%			

Fonte: Secretaria de Finanças Municipal. Valores atualizados para jul/99.

No período observado, especificamente a partir de 1998 que foi o ano de implantação do FUNDEF, nota-se, portanto, um crescimento dos gastos com a Educação. Num primeiro momento, tem-se a impressão que o crescimento do gasto em educação vem junto com o aumento do número de matrículas municipalizadas, porém, percebe-se que esse aumento deve-se ao fato de se reter os recursos para o FUNDEF.

• **4.2.2. Gastos a Conta FUNDEF no Município de Paulínia**

Como foi dito anteriormente, alguns dados continuaram a não ser disponibilizados, devido aos contratempos da nova administração. Por isso, este tópico ainda continuará sem discussão, devido a este motivo e por forças que fogem ao nosso controle.

• **4.2.3. Análise das Transferências e dos Recebimentos do FUNDEF**

A partir de 1998, com a implantação do FUNDEF, o valor obrigatoriamente retido ao Fundo entra como despesa nos gastos com Educação. Em 1998, foram retidos ao Fundo

R\$ 16.343.549,56, em 1999 foram retidos R\$ 18.131.647,58. Em 2000 sobe para R\$ 21.004.491,60 e, finalmente em 2001 sobe novamente para R\$ 25.113.259,40. E para o mesmo período foram recebidos: em 1998, R\$3.219.213,15, em 1999, R\$3.606.822,28; em 2000, R\$ 4.149.963,53 e, em 2001, R\$ 4.365.822,16. Portanto, ficou retido em 1998, R\$13.124.336,41 reais, em 1999, R\$14.524.825,30, em 2000 R\$ 16.854.528,07 reais e, em 2001 R\$ 20.747.437,24 reais; o que é uma quantia muito alta.

Baseando-se na idéia de que o envio de recursos ao FUNDEF é calculado sobre os impostos que compõem as Receitas de Transferências (FPM, IPI-exp e ICMS) mais a Lei Kandir, tem-se que Paulínia optou por municipalizar sua Rede de Ensino Fundamental visando uma menor perda de recursos. O coeficiente de distribuição, em 1999, dos recursos referentes ao FUNDEF foi 0,0008193598, enquanto que em 2000 sobe para 0,0009330710.

No município de Paulínia, o Fundef tem grande peso nos gastos da Educação Fundamental. Já que em 2001, podemos analisar que sua participação nos gastos educacionais chegou a 72,07%³⁴, incluindo-se, é claro, o valor retido no Fundo. Porém, ao analisarmos a mesma participação sem o valor retido, sua participação (em 2001) caiu drasticamente para 12,53%³⁵ (comportando-se da mesma maneira nos anos anteriores – 1998 a 2000), o que podemos relacionar com o alto valor retido pelo Fundo (R\$ 20.747.437,24 reais em 2001), devido ao alto ICMS que compõe os 15% do Fundo e que são retidos.

• 4.2.4. *Gasto por Nível de Ensino.*

Os gastos relativos aos três níveis de ensino demonstram que, a partir de 1998, ano em que houve a efetiva municipalização do Ensino Fundamental, quem sofreu a perda de investimentos foi a Educação Infantil. No ano de 1997, o gasto nesse nível foi R\$ 13.438.320,14. Em 1998, o município gastou R\$ 11.485.103,56. No ano seguinte, gastou-se R\$ 10.675.952,96³⁶. Já em 2000 o gasto para o mesmo nível de ensino foi de R\$ 8.501.958,33 e, em 2001 sobe para R\$ 14.759.338,38, resultado tanto do aumento das receitas correntes e despesas na Função Educação e Cultura, quanto da política da nova

³⁴ Ver a tabela VI em anexo.

³⁵ Ver a tabela VII em anexo.

³⁶ Ver a tabela X em anexo.

administração que prevê em sua agenda política a abertura de novas vagas na Educação Infantil.

Em relação ao Ensino Fundamental, em 1997, foram gastos neste nível R\$ 16.830.605,82. No ano seguinte, foram gastos R\$ 26.889.283,09. Em 1999 foram gastos R\$ 28.819.895,92. Em 2000 foram gastos R\$ 28.958.895,59, e finalmente, em 2001 o gasto foi de R\$ 36.639.352,26 ou seja, uma evolução de 103%.

Em relação ao Ensino Médio, em 1997, o município gastou R\$ 758.892,27. No ano seguinte, o gasto nesse nível foi R\$ 811.287,15. Em 1999, a evolução positiva dos gastos nesse nível continua, aumentando para R\$ 937.146,01. Sendo que em 2000 aumenta substancialmente para R\$ 2.508.632,45, seguindo a tendência de aumento em 2001, ou seja, com um gasto de R\$ 3.508.029,31. Embora num primeiro momento haja a constatação de aumento de investimentos nesse nível, deve-se observar que, também, o número de matrículas nesse nível vem aumentando; tal fato acaba por atenuar o aumento do investimento per capita nesse nível.

• 4.2.5. *Custo aluno no Município de Paulínia*

Em relação ao custo-aluno, os dados apresentados nas tabelas em anexo (ver tabela X em anexo), confirmam que a Educação Infantil perde recursos entre os anos de 1996 e 2000, para depois subir no ano de 2001. Em 1997, o município gastava R\$ 5.503,08 por criança, passando a gastar, em 1998, R\$ 4.718,17. Em 1999, o gasto foi R\$ 4.214,59 por criança (ver tabela XIV em anexo). E finalmente, para os anos seguintes gastou-se por criança em 2000, R\$ 3.200,13 e, em 2001 este valor cai para R\$ 3.160,10 o Per Capita.

Em relação ao Ensino Fundamental, tem-se que, em 1997, o gasto per capita foi R\$ 3.565,44. No ano seguinte, o custo aluno foi R\$6.040,79. Em 1999, porém, tem-se que o gasto per capita foi R\$5.113,24. Em 2000 cai novamente para R\$ 4.391,16 e, em 2001 sobe para R\$ 4.812,63.

Para o Ensino Médio Municipal, o gasto per capita, em 1997, foi de R\$844,64. No ano seguinte, foram investidos R\$ 871, 64. Em 1999, o gasto per capita caiu para R\$ 852,43³⁷. Já em 2000 este valor sobe assustadoramente para R\$ 2.005,77 e, em 2001 continua subindo para R\$ 2.284,75.

³⁷ Ver tabela XIV em anexo.

- **4.2.6. N° de alunos necessário para recuperação total da receita para educação de Paulínia retida no Fundo:**

O objetivo deste tópico é estimar o número necessário de matrículas para a recuperação total da receita da Educação no município de Paulínia, que ficaria retida no Fundo, ou seja, fazer uma estimativa se Paulínia teria o número suficiente de alunos que recuperasse todo o dinheiro retido pelo Fundef.

Esta é uma constatação importante de ser mencionada, pois nos possibilita saber mais acerca do número de alunos necessários para absorção total do Fundo em Paulínia, com base nos dados financeiros e de matrículas do ano de 1999 como exemplo de nossa amostra e como parâmetro para a análise de outros anos. Além disso, nos permite observar que mesmo que a prefeitura de Paulínia venha a matricular na sua rede todas as crianças na faixa etária de 7 a 14 anos residentes no município, o Fundef continuará retendo um valor substancial da sua receita de impostos vinculados para o ensino local.

- **Exercício de demonstração:**

- **Estimativa do n° de alunos necessários para absorção total do recurso retido pelo Fundo:**

- O Valor Mínimo no ano de 1999 por aluno do Fundo no Estado de São Paulo equivale a: R\$780,00
- O valor da receita retida no Fundef chegou a R\$18.131.647,00
- Para a prefeitura recuperar a receita retida no Fundef seria necessária a absorção de cerca de 23.245 matrículas (R\$18.131.647,00 dividido por R\$780,00), além das 5.237 já existentes, número, aliás muito superior à quantidade de crianças matriculadas no ensino fundamental estatal e particular juntos.

Portanto:

- N° de alunos necessários para absorção total do Fundo (em 1999):
R\$18.131.647,00 (envio para o Fundef), dividido por R\$780,00 (mínimo estadual) = 23.245 matrículas (n° de matrículas ideais para reverter todo o dinheiro retido no Fundo)

- Paulínia (em 1999): Despesa/aluno/ano (no Fundef):
R\$18.131.647,00³⁸ (envio para o Fundef), dividido por 5.237³⁹ (matrículas do Ensino Fundamental municipal) = R\$3.462,00 (despesa/aluno/ano em Paulínia).

- Perda para o Fundo por aluno (em 1999):
R\$3.462,00 (despesa/aluno/ano em Paulínia) – (menos) R\$780,00 (mínimo estadual) = R\$2.682,00 (perda por aluno para o Fundo)

Á guisa de conclusão, podemos dizer que Paulínia nunca reaverá todo o dinheiro retido no Fundo, ou seja, o município nunca chegará ao número de alunos necessários para a absorção total do Fundo, pois verificando a demografia⁴⁰ de Paulínia, a população de 05 a 09 anos e de 10 a 14 anos somadas (faixa etária aproximada para o Ensino Fundamental), dariam (em 1999) o equivalente a 8.420 habitantes, portanto, bem abaixo do ideal previsto neste exercício – ou 23.245 matrículas (nº de matrículas ideal para reverter todo o dinheiro retido no Fundo).

Sendo assim, Paulínia sempre cederá parte significativa de sua receita para o Fundef, mesmo que eventualmente viesse a municipalizar 100% das matrículas das outras duas redes de ensino existentes no município .

5. Entrevista com a Ex-Secretária de Educação de Paulínia:

Visando dar continuidade a nossa proposta de pesquisa incluiremos nesta nova etapa a entrevista com a ex-secretária de Educação de Paulínia, a **Sra. Meire Terezinha Müller Soares** que esteve à frente da Secretária de Educação na gestão de 1997 a 2000, período no qual ocorreu intenso processo de municipalização do ensino fundamental neste município, decorrente da implantação do FUNDEF em 1998. Será pertinente esta entrevista pelo fato de que nossa análise teve início em 1996, portanto, anos relativamente importantes para o acompanhamento do Fundef. A importância do depoimento está em se poder confrontar os dados brutos com a experiência prática de alguém que esteve envolvida num cenário de discussões antes e depois da implantação do Fundef.

A entrevista revela aspectos muito interessantes pois permiti-nos esclarecer algumas indagações partindo da principal fonte de toda a discussão, ou seja, partindo de

³⁸ Ver tabela XII em anexo.

³⁹ Ver tabela XIX em anexo.

⁴⁰ Ver a tabela 15.

seu principal articulador político e estrategista que é representado pela figura da ex-secretária de Educação de Paulínia. Destarte, teremos uma melhor elucidação do processo de implantação do Fundo no município analisado, incorrendo numa melhor avaliação e acompanhamento dos impactos causados pela política do Fundef na política municipal. Visto também que com a entrevista dada alarga-se nossa compreensão diante das análises.

Entrevista realizada no dia 05/03/2002 pela pesquisadora Andréia Aiello Medeiros.

Consultar o ANEXO 5 para ver a entrevista na íntegra.

5.1. Discussões pertinentes à entrevista:

Podemos analisar uma incongruência entre as palavras da Ex-Secretária de Educação e os dados coletados e analisados em nossa pesquisa. Verifica-se isso no seguinte trecho da entrevista:

"Paulínia é uma cidade muito diferente de todas, ela é singular, então Paulínia não teve diferenças significativas, porque antigamente as escolas eram mantidas pelo Estado e a prefeitura se encarregava delas e ponto final. A prefeitura dava merenda, material de limpeza e manutenção das escolas estaduais antes do Fundef. Todas escolas eram estaduais antes do Fundo, da prefeitura só tinha creches e pré-escolas."

Nota-se através da tabela 19 que estas palavras não possuem respaldo em nossos dados; pois em 1996 a rede municipal possuía tanto alunos no Ensino Infantil, quanto no Ensino Fundamental, como também no Ensino Médio. O que ocorre é que a partir de 1997 cresceram assustadoramente as matrículas no Ensino Fundamental, passando de 821 matrículas em 1996 para 4.359 matrículas em 1997 e seguindo em expansão. Mas isso não implica em dizer que todas as escolas eram estaduais antes do Fundo e que a prefeitura só mantinha creches e pré-escolas, o que não é real a partir dos dados coletados para a pesquisa.

Em certo momento da entrevista a ex-secretária mostra claramente sua indignação quanto ao rumo que se tem dado ao dinheiro que o município perde, pois Paulínia é um dos municípios que mais perdem para o Fundo, e nas palavras da própria entrevistada podemos visualizar melhor este desabafo:

"... agora foi um roubo na nossa conta da prefeitura porque a gente perdia assim 1 milhão de reais ao mês, quer dizer a única coisa que eu não concordo, eu acho que o Fundef tem um mérito, isto é, em essência é

uma coisa muito boa, filosoficamente é uma coisa muito interessante, agora eu gostaria de saber dos municípios que deveriam receber, aí é que eu tenho uma dúvida. Eles estão recebendo? Eu não sei, porque para gente que é um município de onde é retirado o dinheiro, nós não temos uma satisfação se esse dinheiro realmente é aplicado. Não seria uma satisfação obrigatória, mas eu acho que seria até ético a prestação de contas de onde está indo este dinheiro então, pois já que tirou.”

A secretária parece desconhecer o mecanismo de distribuição automática dos recursos do Fundef. O papel de fiscalização do Fundef cabe ao Tribunal de Contas e aos Conselhos de cada município e do Fundef. De qualquer modo, também desconhecemos um balanço anual da movimentação do fundo estadual, a não ser o do município. Todo o dinheiro que é retido fica numa conta única no Banco do Brasil e a cada dez dias é repassado às contas individuais. Seria interessante examinar essa conta, pois nos daria uma idéia da movimentação real daqueles que cederam e daqueles que foram beneficiados.

Agora quanto à indagação da página anterior: “... seria até ético a prestação de contas de onde está indo este dinheiro.” Ou seja, a prestação de contas de onde está indo o dinheiro dos municípios que perdem para o Fundef, como é o caso de Paulínia. Essa observação foi feita por José Luiz Guimarães – Profº Dr. da Faculdade de Educação da UNESP/ Rio Claro-SP. Ele sugeriu que o Fundef poderia ser redistribuído para os municípios mais próximos daquele que cede, como é o caso de Paulínia. Isso poderia funcionar como uma espécie de consolo passível de ser constatado.

Quando a entrevistada diz que não aumentou o ingresso de alunos no município (página 92), cabe ressaltar que realmente se formos ver a evolução das matrículas por nível de ensino em Paulínia nos anos de 1996 a 2000, verificaremos que a evolução de matrículas no Ensino Fundamental é quase insignificante, ou seja, com um aumento de apenas 4%. É possível verificar esta discussão na tabela XVII do anexo. Em 1996 tínhamos 8.720 matrículas, em 1997 apenas 8.749, sendo que em 1998 obteve-se um pequeno aumento contando com 9.185 matrículas, e em 1999 um total de 8.994 e, finalmente em 2000 temos 9.033 matrículas, o que equivale a uma evolução de 4% no ingresso das matrículas do Ensino Fundamental.

Um grande problema com relação à política do Fundef é que nenhum município está preparado para o término do Fundo em 2006, ou seja, não se leva em consideração está hipótese e cada gestão só se preocupa com os seus anos de administração não tendo

uma visão mais abrangente da proposta política do Fundef, o que daria um campo para grandes discussões. Ressaltamos abaixo a despreocupação revelada pela entrevistada quanto a esse fato de municipalizar sem a visão da data futura:

“Com todas estas estratégias adotadas foi levado em conta o término do Fundef em 2006 ou nem se cogitava isso? Como: vai terminar em 2006 e o que vamos fazer depois?”

“Não, nem se cogitava isso. Porque no trabalho municipal público, as gestões elas são muito imediatistas e isso eu aprendi lá, as pessoas não têm uma história. Sabe porque, isso é que eu acho ruim desses cargos serem nomeados, porque se um cargo de secretaria função fosse de carreira, e na época até eu fui e eu achei que não ia poder ter, mas eu acho assim, a pessoa faria uma previsão, uma projeção, mas eles não sabem, eles só vão ficar quatro anos. E normalmente quando começam a aprender já saiu, então é triste. Mas a gente deixou tudo bem anotado, que as coisas iriam mudar em 2006, e que dependeria de um novo convênio, e que ninguém sabia muito bem como é que estava.”

Mas não devemos nos esquecer de que em Paulínia, mesmo que todas as matrículas fossem municipalizadas ainda haveria retenção de receita. Porém, com o fim do Fundef o município voltará a ser beneficiado com suas receitas originais. Por isso, parece-me que a preocupação de Paulínia é inversa a da grande maioria que se beneficia, ou seja, se o Fundef permanecer o município continuará cedendo suas receitas. Por que então haveria de se preocupar com o improvável ano final?

Um outro ponto discutido pela ex-secretária e que é real, é o fato de que não houve uma política de preparo e orientações, paralelo ou anterior a implantação do Fundef, o que deixou os profissionais responsáveis pela aplicação do Fundo um tanto desorientados e até temerosos quanto a nova política proposta pelo Governo Federal. E isto é importante ressaltarmos porque revela a postura autoritária das esferas superiores de poder. Os municípios não foram consultados, não houve nenhum estudo prévio que simulasse o impacto financeiro do Fundef e o seu efeito sobre a qualidade do ensino. Também não se levou em consideração a capacitação técnica, de pessoal e administrativa, sobretudo dos pequenos municípios para a gestão do ensino fundamental. Muitos deles sequer possuíam rede de ensino antes de assumirem o ensino fundamental estadual. Essas questões necessitam de investigações futuras.

À GUIA DE CONCLUSÃO :

A intenção ao iniciar esta pesquisa era poder analisar como o Fundef estava sendo efetuado e seus impactos na educação do município de Paulínia. Após a realização desta pesquisa, e trabalhar diretamente com os dados educacionais e financeiros da educação do município de Paulínia, muitas coisas foram ficando claras. Primeiro pudemos aprender a realizar análises em cima de dados financeiros das contas do município, nestas análises vimos que o Fundef trouxe melhorias para a clareza dos dados. Antes os dados eram mais agregados e agora estão mais bem organizados e distribuídos. Entendemos as implicações que trazem para a educação medidas como a do Fundef, que isolam um nível de ensino em detrimento a outros. Entendemos que as medidas relativas ao controle do MEC sobre o número de alunos cursando regularmente o seu curso devem ser implementadas e ampliadas aos outros níveis de ensino para uma melhora do quadro total da educação. Entendemos, também, que as medidas orçamentárias vinculando receitas à educação são benéficas, porém somente quando vista no conjunto de todos os níveis. Enfim, que o Fundef trouxe para a educação idéias novas, de uma gestão mais democrática, sem, no entanto, proporcionar uma real mudança, pois não garantiu ainda que o sistema de ensino sofra melhorias, que os professores tenham seu trabalho reconhecido e valorizado. Faz-se necessário que o Governo Federal proporcione aos municípios os meios reais de implementação do ensino, garantindo constitucionalmente mais recursos financeiros para a educação como um todo.

O que menos esperávamos encontrar foi o quadro de descaso de algumas prefeituras paulistas para com as contas públicas. É com extremo desalento que encontramos os absurdos praticados pelas administrações públicas e na aplicação do dinheiro público de forma tão irresponsável. No entanto, é de se supor que estes absurdos não foram causados por inexperiência ou mesmo ingenuidade.

Agradeço a esta pesquisa pelo tanto que aprendi e pela oportunidade de conhecer mais a fundo como se desenvolvem as políticas públicas na situação atual brasileira.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANALISADOS

Documentos financeiros recolhidos na Prefeitura de Paulínia - Secretaria de Educação e Finanças:

1. Balanços Orçamentários – Exercícios de 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001. Anexos: 1,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15, (de todos os anos).

2. Balancetes da Receita e Despesa do ano 2000: meses – janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho. Aberto em função e categoria econômica.

3. Resumo da Análise da Aplicação no FUNFEF:

3.1. Balancete anual – Aplicação na Educação e no FUNDEF/ Exercício 1998.

3.2. Resumo explicativo da Aplicação na Educação: período: janeiro/dezembro-98.

3.3. Demonstrativo do FUNDEF/ Exercício 1998. período: janeiro/dezembro-98.

4. Demonstrativo dos Recursos aplicados no FUNDEF. Demonstrativo Geral de 1999.

5. Demonstrativos dos Recursos Aplicados no FUNDEF.

6. Dotação Orçamentária: Departamento de Educação – Ensino Fundamental Regular e Supletivo – Pessoal Civil/ agosto 2000.

Fontes dos Dados Educacionais:

1. www.inep.gov.br/ Censo Escolar: anos 1998 a 2001.

2. www.seade.gov.br/ Informações dos Municípios Paulistas: anos 1996 a 1998, incluindo dados de matrículas.

3. Documento coletado na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – Centro de Informações Educacionais – CIE/ SEESP. Série Histórica. Total geral e total por estado da matrícula inicial apresentada por série e por administração.

4. Dados educacionais da rede municipal de ensino de Paulínia recolhidos na Secretaria Municipal de Educação: Dados Escolares de 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, M. "Organização da Educação Nacional na Constituição e na LDB". Ijuí, Editora Unijuí, 1998.

_____. "Consensos e Dissensos na Avaliação do Fundef". (Documento).

ABRUCIO F.L. "Os Barões das Federação", 1983 Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

AÇÃO EDUCATIVA/PUC-SP. "Colóquio sobre a Proposta de Emenda à Constituição o. 233-A. São Paulo: Ação Educativa/PUC-SP, 1996. Série Debates.

ALMEIDA, M H.. "Federalismo e Políticas Sociais". Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS, v. 10, n. 28, junho, 1995.

ARRETCHE, M & RODRIGUEZ, V. "A Descentralização das Políticas Sociais no estado de São Paulo: 1986-94". Relatório de Pesquisa: Balanço e Perspectivas da Descentralização das Políticas Sociais no Estado de São Paulo. Projeto: Balanço e Perspectivas da Descentralização no Brasil. São Paulo, FUNDAP/IESP, 1996 (mimeo).

ARRETCHE, M & RODRIGUEZ, V. "A Descentralização das Políticas Sociais no estado de São Paulo: 1986-94". Relatório de Pesquisa: Balanço e Perspectivas da Descentralização das Políticas Sociais no Estado de São Paulo. Projeto: Balanço e Perspectivas da Descentralização no Brasil. São Paulo, FUNDAP/IESP, 1996 (mimeo).

ARRETCHE, M.. "Mitos da Descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 11, n. 31, junho, 1996.

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil CD-ROM – PNUD/IPEA/FJP, Belo Horizonte, Eduardo Martins/EMS Consultoria, 1998.

BASSI, Marcos E. & GIL, I-Juca-Pirama C.. A municipalização do ensino: os impactos do Fundef no atendimento municipal –Relatório Final. São Paulo: Ação Educativa, 1999.

BERNARDES, Betina & OLIVEIRA, Valéria de. 13/08/1999. Estudo mostra aumento da desigualdade. Folha de São Paulo, Cadernos São Paulo, 3 (5).

BORJA J. “ Persistencia, crisis y renacimiento de los poderes locales” in Pensamiento Iberoamericano N° 5, Madrid, 1985.

_____ “ Estado y Ciudad - Descentralizacion Política y Participacion” PPU, Barcelona, 1988.

BOTH, Ivo J.. “Municipalização da Educação: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental”. Papirus, Campinas/S.P, 1997.

BRASIL. 1964. Lei 4.320/64, de 17 de março de 1964 – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

_____. 1988. Constituição Federal.

_____. 1996a. Lei n.º 9.394/96 de 23 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. 1996b. Lei n.º 9.424/96 de 26 de dezembro de 1996. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

_____ Lei 9394, de 20/12/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____.Lei 9424, de 24/12/1996 – Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

CAMARGO A. "Federalismo e Inflação". Braudel Papers No. 3. São Paulo, 1993.

CAMPOS H. L." Os interesses regionais na Assembleia Nacional Constituinte". Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

CANO W. "Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil". Ed Global, São Paulo, 1985.

CARNEIRO. F. O. "A Dimensão Fiscal da Descentralização em São Paulo". Relatório de Pesquisa , São Paulo: FUNDAP, 1996.

CASTRO, J A. Federalismo e gasto social. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 79, n. 192, p. 92-100, maio/ago, 1998.

CASTRO, M H G. As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro. Presença Pedagógica, v. 5, n. 30, nov./dez, 1999.

COSTA, V. L. C. (org). Descentralização da Educação – Novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: FUNDAP/Cortez, 1999.

DAIM S. "Alternativas para uma Reforma Tributária no Brasil", in Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1993.

DAVIES, N. Política fiscal golpeia política educacional. Universidade e Sociedade. ANDES. Ano VIII, n.º 15, fev. 1997.

DAVIES, Nicholas. "O Fundef e o Orçamento da Educação: desvendando a caixa preta". Niterói, 1999.

DIAS, G.L.S. "Reformas econômicas- o eixo federativo e as novas coalizões". U.S.P. São Paulo,1993: 2-5 (Mimeo).

DINIZ C. C. E LEMOS M. B. : "Desenvolvimento Regional Brasileiro e suas perspectivas", in: Para a década de 90, Brasília, vol. 3, IPEA/IPLAN, 1990.

DINIZ M & FERREIRA H.M. "Os interesses regionais e o pacto federativo: o caso da região Nordeste". In: Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil; São Paulo: FUNDAP/IESP, 1993 (mimeo).

DRAIBE, S & CASTRO, M H; AZEREDO B. 1991 "O Sistema de Proteção Social no Brasil". Relatório: Social Policies for the Urban Poor in Southern Latin America. Dezembro, 1991 (mimeo).

DRAIBE, S. "As políticas sociais do regime militar brasileiro brasileiro: 1964-1984". In: SOARES. Gláucio Ary Dillon & D'ARAUJO, Maria Celina. 21 Anos de Regime Militar. Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DRAIBE, S. "Brasil: uma década em transição". Organizado por Renato Baumann (et al). Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FAE. Descentralização do Programa de Alimentação Escolar. Brasília, FAE/MEC, s.d.

FAORO R. "Os donos do poder" 2 Vol. Rio de Janeiro: Ed. Globo:1987.

FIORI J.L."Globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço", In: FUNDAP/IESP, 1993.

FLACSO/OREALC/FUNDAÇÃO FORD. "Es Posible Concertar las Politicas Educativas?" Buenos Aires, Miño y Davila Editores, 1995.

FNDE. Relatório de Atividades. Brasília, MEC, 1995 (Mimeo).

FNDE. Relatório de Atividades. Brasília, MEC, 1997 (Mimeo).

FURTADO C. "Brasil a construção interrompida". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIMARÃES J. L. "Desigualdades Regionais na Educação" São Paulo: Editora UNESP, 1994.

HELENE, O. Financiamento público da educação escolar no Brasil. São Paulo, 1998 (mimeo).

INEP, www.inep.gov.br.

JATENE, S. "Os interesses regionais e o pacto federativo: o caso da região norte". in Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994 (mimeo).

LIRA, E M & FIGUEIREDO, M do S. "Setor de Assistência Social". Relatório de Pesquisa. Subprojeto: Balanço e Perspectivas da Descentralização das Políticas Sociais no Estado da Bahia. Projeto: Balanço e Perspectivas da Descentralização no Brasil. Salvador, SEI, 1996 (mimeo).

LOBO T.: "Distribuição de competências intergovernamentais" Nota Técnica do Projeto "Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil" São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994.

MAIA E. M. "A Municipalização no Estado de São Paulo: 1970/1987: democratização ou descompromisso". 1989. Dissertação (Mestrado), PUC-SP, São Paulo, 1989.

MARQUES E.S. "Porque Não Se Consegue Municipalizar o Ensino Básico: Recursos Financeiros e Leis Não São Suficientes". Brasília: IPEA, Relatório Interno, 1994.

MARTINS, Paulo de Sena. Financiamento da educação no município. IN:RODRIGUES, Maristela Marques & BRAGA, Ana Catarina (orgs.). Guia de consulta para o programa de apoio aos secretários municipais de educação – PRASEM II. 2ª ed. Brasília: FUNDESCOLA/MEC 1999.

BRASIL. MEC – Assessoria de Comunicação Social – Indicadores da Educação no Brasil, de 28 de setembro de 1999, In: www.mec.gov.br.

MEDICI A. E AGUNE A. C. "Desigualdades Sociais e Desenvolvimento no Brasil: uma análise dos anos 80 ao nível regional". in Balanço e perspectiva do federalismo fiscal no Brasil. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1993.

MELCHIOR, J C. de A. Mudanças no financiamento da educação no Brasil. Campinas/SP: Autores Associados, 1997.

MELLO G. N. "Cidadania e Competitividade desafios educacionais do terceiro milenio". São Paulo, Cortez Editora, 1993.

MESSNER, J. Etica social: o direito natural no mundo moderno. SP: Quadrante, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC) – "Fundef: Balanço do primeiro ano do Fundef". Brasília, 1998.

MONLEVADE, J A. C. Educação pública no Brasil: contos & de\$conto\$. DF: Ceilândia: Idéa Editora, 1997.

_____ & FERREIRA, Eduardo B. O Fundef e seus pecados capitais. 2ª ed. Ceilândia - DF: Idéa Editora, 1998.

_____ & SILVA, M. Abádia. Quem manda na educação no Brasil? Brasília: Idéa Editora, 2000.

NATAL J. E PINTO L.A. " Os interesses regionais e o pacto federativo: o caso da região Centro Oeste". in Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil. São Paulo: FUDAP/IESP,1993

NEGRI, Barjas. O financiamento da educação no Brasil. Série documental: textos para discussão. Brasília: SEDIAE/INEP, v. 1, n.º 1, jan 1997a..

_____. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília: MEC/INEP, 1997 b.

OLIVEIRA F. . "A questão regional: a hegemonia inacabada", in Estudos Avançados Vol.7, No18 , São Paulo: USP, 1993.

PEREZ C.E. "A Democratização do Ensino em 15 Municípios Brasileiros" Documento Síntese. São Paulo: CENPEC, s/d.

PINTO J.M.R. "As implicações Financeiras da Municipalização do Ensino de Primeiro Grau". Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 1989.

PIOLA, S F & CAMARGO, S F. "Brasil: Gasto Social Federal por Áreas, 1980 a 1992". Brasília: IPEA, 1993 (mimeo).

POLO, J C. Planejamento e orçamento no município. IN: RODRIGUES, Maristela Marques & BRAGA, Ana Catarina (orgs.). Guia de consulta para o programa de apoio aos secretários municipais de educação – PRASEM II. 2ª ed. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 1999.

PRADO S. "O setor produtivo estatal e a questão federativa", in Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994.

PRADO S. " Guerra Fiscal no Brasil" Indicadores IESP No. 62, 1998.

_____. "Problemas de coordenação fiscal em regimes federativos". Campinas, 2000.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Uma Estratégia de Desenvolvimento Social. Brasília, Presidência da República, 1996.

RAMOS, Douglas Benitez. "Fundef: A nova Estrutura do financiamento do Ensino Fundamental e algumas implicações".Revista dos estudantes de Graduação do Instituto de Economia da Unicamp, nº 05- 2000. Campinas, 2000.

RIVAS R.H. "Política de Descentralización en la Educación Básica y Media en America Latina", Santiago de Chile, UNESCO/REDUC, 1991.

ROARELLI M. L. DE M. "Análise das Transferências negociadas por órgão e esfera de Governo", In: Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994.

RODRIGUEZ V. "Descentralização: municipalização e participação". São Paulo: Documento IBEAC, 1995.

_____ "Os interesses regionais e o pacto federativo", in Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil. São Paulo:FUNDAP/IESP, 1994.

_____ "A Descentralização da Educação no Estado de São Paulo: a municipalização do ensino básico". Relatório de Pesquisa: "Balanço e Perspectivas da Descentralização das Políticas Sociais no Estado de São Paulo". Projeto: "Balanço e Perspectivas da Descentralização no Brasil". São Paulo, FUNDAP/IESP, 1996.

SÃO PAULO. LEGISLAÇÃO DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS – FEDERAL (VOL. 10). Secretaria de Estado da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. (Secenp), São Paulo, 1983.

SEADE, www.seade.gov.br.

SERRA, J & AFONSO, J. R. "Finanças Públicas Municipais. Trajetória e Mitos I". Conjuntura Econômica, v. 10, n. 45, outubro, 1991.

SILVA, C C, GIL, I-J-Pirama Camargo & DI PIERRO , M C. Política Educacional no Brasil: Avaliando o Primeiro Ano do FUNDEF. São Paulo: Ação Educativa, 1999.

SILVA, Rose Neubauer da & CRUZ, Neide. "Política Educacional: Redefinição de Competências e Novos Modelos de Gestão". In: AFFONSO, SILVA, P L Descentralização e Políticas Sociais. São Paulo: FUNDAP, 1996.

SOBRINHO, José Amaral. "Estudios sobre: descentralización de la administración educacional em America Latina y el Caribe. Uma experiencia brasileira. El proyecto de coordinación y asistencia técnica de la enseñanza municipal (Promunicípio). Oficina Regional de Educación de la Unesco para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 1978.

SOBRINHO J.A. "Municipalização do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo Parceria Estado Município". Brasília: IPEA, Relatório Interno, 1994.

TOBAR F. "O Conceito de Descentralização: Usos e Abusos", Brasília Planejamento e Políticas Públicas, 1991.

UNDIME. Financiamento e orçamento da educação para educadores : um começo de conversa. Cadernos UNDIME, n.º 3. Brasília/DF: Cortez, 1997.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila. "SUS: Entraves à Descentralização e Propostas de Mudança". In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares & SILVA, Pedro Luiz Barros. Descentralização e Políticas Sociais. São Paulo: FUNDAP, 1996.

WATSON A.: "Aspectos federativos das relações fiscais intergovernamentais: Brasil 1988-92", In: Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1994.

Anexos

ANEXO 1- Dados Econômicos do Município de Paulínia

Tabela I – Evolução das Receitas Correntes no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Tabela de Receitas Correntes													
	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	Evolução
Próprias	8.024.738,71	5%	15.111.625,14	11%	10.031.517,53	8%	8.149.309,82	6%	8.902.026,74	6%	8.066.457,46	5%	1%
IPTU	783.818,21	1%	861.481,08	0%	1.784.434,70	1%	2.213.589,11	2%	2.422.376,38	2%	1.989.762,45	1%	151%
ISS	6.654.986,10	5%	13.813.768,94	10%	7.583.238,89	6%	4.892.301,34	4%	5.740.983,42	4%	5.417.134,32	3%	-19%
ITBI	585.934,40	0%	838.398,12	1%	663.845,94	1%	1.043.419,36	1%	738.666,94	0%	679.580,89	0%	16%
Transferências	135.857.897,31	94%	126.054.833,84	89%	114.390.194,77	92%	121.242.308,02	94%	139.289.278,83	94%	167.310.938,88	95%	23%
FPM	687.119,87	0%	2.151.369,12	2%	823.818,98	1%	-	0%	-	0%	-	0%	-100%
IPI (exp.)	1.718.399,13	1%	1.889.910,85	1%	1.258.023,41	1%	1.211.896,31	1%	1.287.179,15	1%	1.528.253,61	1%	-11%
IPVA	1.318.751,49	1%	1.592.184,54	1%	1.878.842,55	2%	1.716.631,87	1%	1.665.499,85	1%	2.042.344,06	1%	55%
ICMS	132.132.426,83	92%	120.821.189,13	85%	110.629.409,72	89%	118.313.777,83	91%	136.315.599,83	92%	163.740.339,20	93%	24%
Outras Receitas	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	510.814,59	0%	510.759,65	0%	0%
Multas e juros	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	60.410,47	0%	63.592,04	0%	0%
Dívida ativa	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	450.404,11	0%	447.167,62	0%	0%
Total	143.882.436,03	100%	141.168.259,77	100%	124.421.712,30	100%	129.391.615,84	100%	149.190.305,57	100%	175.377.394,33	100%	22%

Fonte: Balanço Financeiro do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela II – Evolução das Despesas por Função no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Despesas por Função (Anexo 13)													
	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	Evolução
Legislativa	5.766.682,05	3%	8.709.419,77	5%	8.379.802,57	6%	1.948.709,17	1%	6.959.983,89	4%	8.500.685,58	3%	21%
Judiciária	0,01	0%	0,01	0%	0,01	0%	0,01	0%	-	0%	-	0%	-100%
Administração e Planejamento	28.728.989,94	15%	28.941.739,71	17%	19.678.961,86	13%	22.054.821,34	17%	32.238.955,32	20%	51.772.400,59	28%	12%
Agricultura	0,01	0%	0,01	0%	0,01	0%	0,01	0%	-	0%	-	0%	-100%
Educação e Cultura	52.471.300,19	28%	47.540.442,83	28%	49.524.765,74	33%	48.424.399,31	37%	48.000.851,08	30%	68.149.838,16	34%	-9%
Habituação e Urbanismo	38.249.488,56	20%	18.493.151,48	11%	17.391.798,55	12%	12.424.905,01	10%	20.122.842,79	13%	15.485.875,87	8%	-44%
Saúde e Saneamento	37.997.655,87	20%	36.645.049,26	21%	32.682.228,89	22%	27.795.566,94	21%	25.063.717,47	16%	31.793.994,11	16%	-34%
Indústria, Comércio e Serviço	1.672.555,58	1%	886.526,25	1%	484.058,84	0%	1.188.352,87	1%	1.843.183,58	1%	220.043,31	0%	10%
Trabalho	1.633.603,03	1%	2.713.028,82	2%	192.805,04	0%	1.433.377,94	1%	2.048.897,42	1%	2.465.102,44	1%	25%
Assistência e Previdência	8.402.243,20	5%	10.640.385,38	6%	10.000.142,14	7%	7.704.784,01	6%	8.328.041,14	5%	10.452.814,58	5%	-1%
Transporte	4.929.907,65	3%	9.210.089,50	5%	1.743.748,29	1%	7.300.405,45	6%	6.929.830,16	4%	4.448.784,71	2%	41%
Segurança Pública	7.540.785,93	4%	8.218.173,24	5%	8.476.309,41	6%	0,01	0%	5.873.123,12	4%	7.552.158,27	4%	-22%
Total	185.393.198,79		172.175.983,16		148.752.420,97		130.271.322,08		157.405.105,84		198.952.297,60		+15%

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Campinas. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela III – Evolução do percentual dos gastos em Educação no gasto total no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001

Gastos Total / Gastos em Educação (com merenda e convênios)						
	1997	1998	1999	2000	2001	
Paulínia	22%	31%	32%	25%	31%	

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela IV – Evolução dos gastos em Educação (25%) no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001

Gastos na Educação sem Merenda e Convênios					
	1997	1998	1999	2000	2001
Paulínia	35.084.412,16	43.787.237,75	43.490.392,25	42.775.651,06	60.211.673,94

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela V – Evolução da participação da Educação nas Receitas Correntes no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001

	1997			1998			1999		
	Receitas	Gastos Educação	%	Receitas	Gastos Educação	%	Receitas	Gastos Educação	%
Paulínia	141.166.259,77	35.084.412,16	24,85%	124.421.712,30	43.787.237,75	35,19%	129.391.815,85	43.490.392,25	33,61%

2000			2001		
Receitas	Gastos Educação	%	Receitas	Gastos Educação	%
148.190.305,57	42.775.651,06	28,87%	181.356.702,59	60.211.673,94	33,20%

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela VI – Evolução do peso do Fundef nos gastos em Educação com as perdas para o Fundo no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001

Gastos: Tot.Fundef(Bruto)/Tot.Ed. Fundamental					
	1997	1998	1999	2000	2001
Paulínia	...	65,02%	67,44%	77,11%	72,07%

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela VII – Evolução do peso do Fundef nos gastos em Educação sem as perdas para o Fundo no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001

Gastos: Tot.Fundef(Liquido)/Tot.Ed. Fundamental					
	1997	1998	1999	2000	2001
Paulínia	...	12,81%	13,42%	15,24%	12,53%

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela VIII – Evolução percentual do E. Fundamental nos gastos em Educação no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001

Gastos: Tot. E. Fundamental / Tot. educação (sem Fundef)					
	1997	1998	1999	2000	2001
Paulínia	38,46%	57,41%	61,82%	63,68%	57,88%

Gastos: Tot. E. Fundamental / Tot. educação (com Fundef)					
	1997	1998	1999	2000	2001
Paulínia	38,46%	44,17%	46,34%	45,68%	43,04%

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela IX – Evolução das gastos no E. fundamental no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001

Gastos no Ens. Fundamental					
	1997	1998	1999	2000	2001
Paulínia	13.491.790,38	25.137.923,13	26.885.145,61	27.239.601,13	34.847.707,71

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela X – Evolução das despesas em Educação no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Despesas na Educação (Demonstrativo e Anexo 6)													
	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	Evolução
Administração	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Administração Depto de Educação	317.048,73	100%	474.272,20	100%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-100%
Administração Geral da Secre. Educ.	-	0%	-	0%	582.329,64	100%	414.275,90	100%	384.289,25	100%	726.212,45	100%	-
	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Total	317.048,73	0%	474.272,20	0%	582.329,64	100%	414.275,90	0%	384.289,25	0%	726.212,45	0%	129%
Convênios	118.841,55	100%	107.225,47	100%	53.825,50	100%	189.150,38	100%	244.263,05	-	422.458,66	100%	255%
convênios	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Total	118.841,55	0%	107.225,47	0%	53.825,50	100%	189.150,38	0%	244.263,05	0%	422.458,66	0%	255%
Segurança Pública	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Patrulhamento das Escolas	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Total	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Educ. à Crianças de 0 - 6 anos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Manutenção de Creches Municipais	5.889.799,10	40%	5.092.749,75	38%	5.013.322,57	44%	5.062.293,72	47%	4.080.303,91	48%	7.388.517,83	50%	30%
Manutenção do Ensino Pré-Escolar	6.454.600,82	60%	8.345.570,38	82%	8.471.780,98	56%	5.813.659,24	53%	4.421.654,42	52%	7.390.820,74	50%	-13%
	14.154.600,02		13.438.320,14		11.485.103,55		10.875.952,96		8.501.958,33		14.759.338,38		4%
Convênios com União e Estado	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Man. de Creches - FEAS/ME e LBA	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Total	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Ensino Fundamental	15.238.438,76	84%	13.491.790,38	80%	8.784.373,57	33%	8.753.478,18	30%	6.235.109,53	22%	9.734.448,31	27%	-38%
Manutenção do Ensino Regular	-	0%	-	0%	18.343.549,56	81%	18.131.687,45	63%	21.004.491,60	73%	25.113.259,40	86%	-
Fundo de Manut. Des. Ens. Fund.Vg	2.831.742,73	18%	3.338.815,44	20%	1.751.359,95	7%	1.834.750,31	7%	1.719.264,48	6%	1.791.644,55	5%	-37%
Fornecimento de merenda escolar	18.070.181,48		16.830.605,82		26.889.263,09		28.810.885,92		28.658.895,59		36.839.352,26		103%
Total	4.870.380,08	0%	6.293.488,09	0%	5.158.363,37	0%	4.337.599,38	0%	4.157.050,24	0%	6.370.187,78	0%	28%
Assistência a Educandos	1.627.101,28	33%	2.622.815,91	42%	2.954.829,56	57%	2.731.802,52	63%	2.866.480,84	64%	4.236.339,24	67%	160%
Bolsas de Estudo	3.343.278,80		3.670.682,18		2.203.433,81		1.805.798,88		1.490.578,40		2.133.846,54		-38%
Despesa com Transporte Escolar	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Total	4.870.380,08	0%	6.293.488,09	0%	5.158.363,37	0%	4.337.599,38	0%	4.157.050,24	0%	6.370.187,78	0%	28%
Ensino Fundamental	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Assistência Médica e Sanitária	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Auxílio Refeição	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Vale-Transporte	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Coord. Adm. da SME	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Org. e Modern. Administrativa	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Ensino Fundamental Rec. Próprios	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Transf. Ao Fundef	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Inativos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Cursos de Suplência	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Total	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Ens. Fund. A Conta do Fundef	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Assistência Médica e Sanitária	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Auxílio Refeição	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Vale-Transporte	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Ens. Fundamental - Professores	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Ens. Fundamental - Outras despesas	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Ens. Fundamental - Inativos-Prof.	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Curso de Supl. Professores	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Curso de Supl. Outras Desp.	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Total	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Convênios com União e Estado	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Ens. Fund. FNDE, FINEP e FUNDEF	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Total	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Ensino Médio	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	3.508.029,31	100%	-
Formação para o Setor Secundário	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-100%
Manutenção do Ensino Profissionaliza	1.055.500,80	100%	758.892,27	100%	811.287,15	100%	937.148,01	100%	-	0%	-	0%	-
	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	3.508.029,31	100%	232%
Total	1.055.500,80	0%	758.892,27	0%	811.287,15	0%	937.148,01	0%	-	0%	3.508.029,31	100%	232%
Ensino Supletivo	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Cursos de Suplência	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Manutenção do Ensino de Suplência	844.531,00	100%	627.639,09	100%	602.230,91	100%	240.272,40	100%	4.110,66	100%	188,32	100%	-100%
	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-
Total	844.531,00	0%	627.639,09	0%	602.230,91	0%	240.272,40	0%	4.110,66	0%	188,32	100%	-100%
Total Geral	39.531.182,48	0%	38.530.453,07	0%	45.592.423,22	0%	45.624.262,04	0%	42.230.576,12	0%	62.425.777,15	0%	58%

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela XI – Evolução das Receitas Correntes e do valor devida à Educação (25%) no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001

Recetas Tot. Imp. E Transf. (25%)						
	1997		1998		1999	
	R\$	R\$(%)	R\$	R\$(%)	R\$	R\$(%)
Paulínia	141.166.259,77	35.291.564,94	124.421.712,30	31.105.426,07	129.391.615,85	32.347.903,96

2000		2001	
R\$	R\$(%)	R\$	R\$(%)
148.190.305,57	37.047.576,39	181.356.702,59	45.339.175,65

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela XII – Evolução dos gastos totais em Educação, envio e retorno do Fundef no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001

Gasto Educação Municipal (c/ merenda+convênios)					
Anos	1997	1998	1999	2000	2001
Municípios					
Paulínia	38.530.453,07	45.592.423,22	45.624.292,94	44.739.208,56	62.425.777,15

Envio p/FUNDEF					Recebe FUNDEF				
1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
-	16.343.549,56	18.131.847,68	21.004.491,60	25.113.259,40	-	3.219.213,15	3.606.622,26	4.149.983,53	4.385.822,18

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela XIII – Evolução dos gastos em Educação por nível de ensino no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Gastos totais no E. Supletivo											
1996 %	1997 %	1998 %	1999 %	2000 %	2001 %						
844.531,00	0,00%	627.639,08	-25,68%	602.230,61	-28,69%	240.272,40	-71,55%	198,32	-99,98%	(1,00)	-100,00%
Diferença	0	-216891,9191		-242300,092		-604258,6041		-844332,6882		-844532,0042	
Gastos totais no E. Infantil											
1996 %	1997 %	1998 %	1999 %	2000 %	2001 %						
14.154.800,02	0,00%	13.438.320,14	-5,06%	11.485.103,58	-18,66%	10.675.962,96	-24,58%	#####	4,27%	0,04	-100,00%
Diferença	0	-716279,8889		-266498,468		-3478647,067		604738,3537		-14154599,98	
Gastos totais no E. Fundamental											
1996 %	1997 %	1998 %	1999 %	2000 %	2001 %						
15.238.436,76	0,00%	13.491.790,38	-11,46%	8.794.373,57	-42,29%	8.753.478,16	-42,56%	6.235.109,53	-59,08%	9.734.448,31	-36,12%
Diferença	0	-1746646,381		-644065,195		-6484980,604		-9003329,228		-5503990,451	
Gastos totais no E. Médio											
1996 %	1997 %	1998 %	1999 %	2000 %	2001 %						
1.055.509,60	0,00%	758.892,27	-28,10%	811.287,15	-23,14%	937.146,01	-11,21%	3.508.029,31	232,35%	2,32	-100,00%
Diferença	0	-296617,3267		-244222,4479		-118363,5912		2452519,714		-1055507,274	

Fonte: Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela XIV – Evolução do gasto per capta por nível de ensino no Município de Paulínia nos anos de 1997 a 2001 – Dados do INEP

Anos	Gasto Per Capta								
	1997			1998			1999		
Municípios	Inf.	Fund	Med	Inf.	Fund	Med	Inf.	Fund	Med
Paulínia	5.503,08	3.565,44	844,64	4.718,17	6.040,79	871,64	4.214,59	5.113,24	852,43

2000			2001		
Inf.	Fund	Med	Inf.	Fund	Med
3.200,13	4.391,16	2.005,77	3.160,10	4.812,63	2.284,75

Fonte: SEADE e INEP, Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

Tabela XV – Evolução do gasto per capta sobre o gasto total em Educação no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Anos	Gasto Per C. / Gasto Total								
	1997			1998			1999		
Municípios	Inf.	Fund	Med	Inf.	Fund	Med	Inf.	Fund	Med
Paulínia	0,0143%	0,00925%	0,00219%	0,01035%	0,01325%	0,00191%	0,00924%	0,01121%	0,00187%

2000			2001		
Inf.	Fund	Med	Inf.	Fund	Med
0,00715%	0,00982%	0,00448%	0,00506%	0,00771%	0,00366%

Fonte: SEADE e INEP, Balanço Orçamentário do Município de Paulínia. Valores corrigidos para jul.99.

ANEXO 2 - Dados Educacionais do Município de Paulínia

Tabela XVI – Evolução das matrículas por dependência administrativa no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Geral												
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2001	Evolução
Federal	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Estadual	9.169	68%	5.665	40%	5.830	40%	5.133	35%	4.938	34%	4.713	-49%
Municipal	4.170	31%	8.207	58%	8.345	57%	8.855	61%	8.945	62%	10.667	156%
Particular	92	1%	158	1%	445	3%	505	3%	535	4%	661	618%
Total	13.431	100%	14.030	100%	14.620	100%	14.493	100%	14.418	100%	16.041	19%

Fonte: SEADE e INEP

Tabela XVII – Evolução das matrículas por nível de ensino no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Por Nível de Ensino												
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2001	Evolução
Ed. Inf.	2.642	20%	2.813	20%	2.711	19%	2.543	18%	2.342	16%	3.736	41%
Creche	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1.311	0%
Pré-escola	2.642	20%	2.813	20%	2.711	19%	2.543	18%	2.342	16%	2.425	-8%
Ens. Fund.	8.720	65%	8.749	62%	9.185	63%	8.994	62%	9.033	63%	9.274	6%
1ª - 4ª	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	4.607	0%
5ª - 8ª	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	4.667	0%
Ens. Médio	2.069	15%	2.468	18%	2.724	19%	2.956	20%	3.043	21%	3.031	46%
Supletivo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	13.431		14.030		14.620		14.493		14.418		16.041	19%

Fonte: SEADE e INEP

Tabela XVIII – Evolução das matrículas na rede estadual no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Na Rede Estadual												
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2001	Evolução
Ed. Inf.	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Creche	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Pré-escola	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Ens. Fund.	7.820	85%	4.269	75%	4.193	72%	3.360	65%	3.178	64%	3.031	-61%
1ª - 4ª	3.852	42%	503	9%	460	8%	464	9%	471	10%	459	-88%
5ª - 8ª	3.968	43%	3.766	66%	3.733	64%	2.896	56%	2.707	55%	2.572	-35%
Ens. Médio	1.349	15%	1.396	25%	1.637	28%	1.773	35%	1.760	36%	1.682	25%
Supletivo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	9.169		5.665		5.830		5.133		4.938		4.713	-49%

Fonte: SEADE e INEP

Tabela XIX – Evolução das matrículas na rede municipal no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Na Rede Municipal													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	2.642	63%	2.813	34%	2.699	32%	2.523	28%	2.326	26%	3.705	35%	40%
Creche	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1.311	12%	0%
Pré-escola	2.642	63%	2.813	34%	2.699	32%	2.523	28%	2.326	26%	2.394	22%	-9%
Ens. Fund.	821	20%	4.359	53%	4.614	55%	5.237	59%	5.431	61%	5.744	54%	600%
1ª - 4ª	431	10%	3.915	48%	3.951	47%	3.811	43%	3.746	42%	3.938	37%	814%
5ª - 8ª	390	9%	444	5%	663	8%	1.426	16%	1.685	19%	1.806	17%	363%
Ens. Médio	707	17%	1.035	13%	1.032	12%	1.095	12%	1.188	13%	1.218	11%	72%
Supletivo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Total	4.170		8.207		8.345		8.855		8.945		10.667		156%

Fonte: SEADE e INEP

Tabela XX – Evolução das matrículas na rede privada no Município de Paulínia nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Na Rede Privada													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	0	0%	0	0%	12	3%	20	4%	16	3%	31	5%	0%
Creche	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Pré-escola	0	0%	0	0%	12	3%	20	4%	16	3%	31	5%	0%
Ens. Fund.	79	86%	121	77%	378	85%	397	79%	424	79%	499	75%	532%
1ª - 4ª	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	210	32%	0%
5ª - 8ª	79	86%	121	77%	378	85%	397	79%	424	79%	289	44%	286%
Ens. Médio	13	14%	37	23%	55	12%	88	17%	95	18%	131	20%	908%
Supletivo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Total	92		158		445		505		535		661		618%

Fonte: SEADE e INEP

ANEXO 3 - Dados Educacionais do Estado de São Paulo

Tabela XXI – Evolução das matrículas por dependência administrativa no Estado de São Paulo nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Geral													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Federal	0	0%	0	0%	82	0%	4.237	0%	3.716	0%	2.476	0%	0%
Estadual	6.417.439	69%	6.354.324	63%	6.395.041	62%	6.245.366	59%	6.171.592	58%	5.849.355	55%	-9%
Municipal	1.596.073	17%	2.312.862	23%	2.461.260	24%	2.894.881	27%	3.033.574	28%	3.250.572	31%	104%
Particular	1.251.122	14%	1.447.650	14%	1.399.377	14%	1.483.673	14%	1.495.552	14%	1.531.762	14%	22%
Total	9.264.634	100%	10.114.836	100%	10.255.760	100%	10.628.157	100%	10.704.434	100%	10.634.165	100%	15%

Fonte: SEADE e INEP

Tabela XXII – Evolução das matrículas por nível de ensino no Estado de São Paulo nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Por Nível de Ensino													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	974.005	11%	1.125.080	11%	1.142.316	11%	1.325.889	12%	1.389.242	13%	1.482.957	14%	52%
Creche	-	0%	85.955	1%	87.738	1%	236.257	2%	258.949	2%	276.316	3%	0%
Pré-escola	974.005	11%	1.039.125	10%	1.054.578	10%	1.089.632	10%	1.130.293	11%	1.206.641	11%	24%
Ens. Fund.	6.572.322	71%	6.483.935	64%	6.394.838	62%	6.325.294	60%	6.225.204	58%	6.092.455	57%	-7%
1ª - 4ª	3.445.469	37%	3.330.696	33%	3.194.512	31%	3.058.633	29%	2.990.401	28%	3.017.937	28%	-12%
5ª - 8ª	3.126.853	34%	3.153.239	31%	3.200.326	31%	3.266.661	31%	3.234.803	30%	3.074.322	29%	-2%
Ens. Médio	1.672.986	18%	1.814.034	18%	1.918.267	19%	2.047.402	19%	2.079.141	19%	2.033.159	19%	22%
Supletivo	-	0%	633.349	6%	739.946	7%	869.235	8%	949.480	9%	959.458	9%	0%
Ed. Especial	44.854	0%	58.439	1%	60.413	1%	60.337	1%	61.367	1%	66.137	1%	47%
Total	9.264.167	100%	10.114.836	100%	10.255.760	100%	10.628.157	100%	10.704.434	100%	10.634.165	100%	15%

Fonte: SEADE e INEP

Tabela XXIII – Evolução das matrículas na rede estadual no Estado de São Paulo nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Na Rede Estadual													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	488	0%	-	0%	-	0%	506	0%	641	0%	754	0%	55%
Creche	-	0%	-	0%	-	0%	402	0%	522	0%	567	0%	0%
Pré-escola	488	0%	-	0%	-	0%	104	0%	119	0%	187	0%	-62%
Ens. Fund.	5.078.639	79%	4.634.560	73%	4.436.407	69%	4.052.972	65%	3.865.320	63%	3.550.793	61%	-30%
1ª - 4ª	2.627.948	41%	2.180.098	34%	1.946.850	30%	1.570.059	25%	1.430.797	23%	1.330.036	23%	-49%
5ª - 8ª	2.450.591	38%	2.454.462	39%	2.489.557	39%	2.482.913	40%	2.434.523	39%	2.220.757	38%	-9%
Ens. Médio	1.319.158	21%	1.452.367	23%	1.587.717	25%	1.720.174	28%	1.774.296	29%	1.739.890	30%	32%
Supletivo	-	0%	248.165	4%	352.280	6%	455.685	7%	515.689	8%	542.952	8%	0%
Ed. Especial	19.254	0%	19.211	0%	18.637	0%	16.029	0%	15.646	0%	14.966	0%	-22%
Total	6.417.439	100%	6.354.324	100%	6.395.041	100%	6.245.366	100%	6.171.592	100%	5.849.355	100%	-9%

Fonte: SEADE e INEP

Tabela XXIV – Evolução das matrículas nas redes municipais no Estado de São Paulo nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Na Rede Municipal													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	829.312	52%	950.744	41%	957.656	39%	1.063.542	36%	1.084.479	36%	1.136.847	35%	37%
Creche	0	0%	65.996	3%	63.959	3%	137.891	5%	143.776	5%	147.389	5%	0%
Pré-escola	829.312	52%	884.748	38%	893.697	36%	915.651	32%	940.703	31%	989.458	30%	19%
Ens. Fund.	726.704	46%	1.075.650	47%	1.194.819	49%	1.511.184	52%	1.595.881	53%	1.771.767	55%	144%
1ª - 4ª	421.917	26%	749.941	32%	858.087	35%	1.109.225	38%	1.184.431	39%	1.314.169	40%	211%
5ª - 8ª	304.787	19%	325.909	14%	336.732	14%	401.959	14%	411.450	14%	457.598	14%	50%
Ens. Médio	33.538	2%	37.076	2%	33.485	1%	27.882	1%	20.896	1%	18.040	1%	-46%
Supletivo		0%	237.371	10%	262.933	11%	289.035	10%	317.909	10%	309.093	10%	0%
Ed. Especial	6.519	0%	11.821	1%	12.387	1%	13.238	0%	14.409	0%	14.825	0%	127%
Total	1.596.073	100%	2.312.662	100%	2.461.280	100%	2.894.881	100%	3.033.574	100%	3.250.572	100%	104%

Fonte: SEADE e INEP

Tabela XXV – Evolução das matrículas na rede privada no Estado de São Paulo nos anos de 1996 a 2001

Evolução das Matrículas - Na Rede Privada													
Anos	1.996	%	1.997	%	1.998	%	1.999	%	2.000	%	2.001	%	Evolução
Ed. Inf.	144.672	12%	174.336	12%	184.660	13%	271.491	18%	303.772	20%	345.024	23%	138%
Creche	0	0%	19.959	1%	23.779	2%	97.814	7%	114.501	8%	128.178	8%	0%
Pré-escola	144.672	12%	154.377	11%	160.881	11%	173.677	12%	189.271	13%	216.846	14%	50%
Ens. Fund.	767.079	61%	773.525	53%	763.612	55%	760.931	51%	763.810	51%	769.699	50%	0%
1ª - 4ª	395.604	32%	400.657	28%	389.575	28%	379.142	26%	374.980	25%	373.732	24%	-6%
5ª - 8ª	371.475	30%	372.868	26%	374.037	27%	381.789	26%	388.830	26%	395.967	26%	7%
Ens. Médio	320.290	26%	324.571	22%	297.065	21%	295.810	20%	280.843	19%	273.292	18%	-15%
Supletivo		0%	147.812	10%	124.651	9%	124.371	8%	115.815	8%	107.401	7%	0%
Ed. Especial	19.081	2%	27.406	2%	29.389	2%	31.070	2%	31.312	2%	36.346	2%	90%
Total	1.251.122	100%	1.447.650	100%	1.399.377	100%	1.483.673	100%	1.495.552	100%	1.531.762	100%	22%

Fonte: SEADE e INEP

ANEXO 4 - Dados Educacionais do Brasil

**Tabela XXVI – Evolução das matrículas por dependência administrativa no Brasil
nos anos de 1996 a 2001**

Evolução das Matrículas - Por Nível de Ensino													
Anos	1.996		1.997		1.998		1.999		2.000		2.001		Evolução
		%		%		%		%		%		%	
Ed. Inf.	871.516	1%	4.640.220	4%	4.492.924	5%	4.230.243	4%	5.338.196	5%	4.818.803	5%	453%
Creche	0	0%	348.012	0%	381.804	0%	0	0%	916.854	1%	0	0%	-100%
Pré-escola	871.516	1%	4.292.208	4%	4.111.120	4%	4.230.243	4%	4.421.332	4%	4.818.803	5%	453%
Ens. Fund.	33.131.270	42%	37.895.412	36%	35.838.372	38%	36.170.643	38%	35.717.948	36%	35.298.089	36%	7%
1ª - 4ª	0	0%	21.098.828	20%	21.377.130	23%	21.013.899	22%	20.211.506	21%	19.727.684	20%	0%
5ª - 8ª	33.131.270	42%	16.796.584	16%	14.461.242	15%	15.156.744	16%	15.506.442	16%	15.570.405	16%	-53%
Ens. Médio	5.739.077	7%	9.985.659	10%	6.967.905	7%	7.767.091	8%	8.192.948	8%	8.398.008	9%	46%
Supletivo	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Ed. Especial	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0%
Total	39.741.863	50%	52.521.291	50%	47.299.201	50%	48.167.977	50%	49.249.092	50%	48.514.900	50%	22%

Fonte: SEADE e INEP

ANEXO 5 – Entrevista com a Ex-Secretária de Educação de Paulínia

Pesquisadora - Como foi sua experiência em ter sido Secretária de Educação em Paulínia?

Meire - Eu particularmente gostei bastante, pra mim foi o coroamento de uma carreira porque eu entrei na prefeitura como auxiliar de escritório na Secretaria de Educação, então conforme foi havendo um crescimento, uma progressão nas funções que eu fui ocupando, eu pude ir percebendo as dificuldades de cada uma dessas funções, então a experiência tanto administrativa quanto de relacionamento com as pessoas foi uma experiência produtiva, eu creio que tenha sido um diferencial na minha vida, antes e depois.

P - Durante qual período você esteve à frente da Secretaria de Educação de Paulínia?

M - De 1993 a 1996 eu fui Diretora de Departamento, que é um cargo auxiliar ao de secretária e depois de 1997 a 2000 eu fui a Secretária, só que quando eu fui Diretora de Departamento a Secretária nunca tinha tido experiência em serviço público porque era uma excelente profissional, mas que não tinha experiência na área Administrativa Municipal, então eu achei que serviu muito até para depois quando eu assumi a Secretária com mais segurança. Mas foi uma experiência muito legal.

P - Me conte um pouco mais sobre a sua trajetória na área de Educação.

M - Toda a minha carreira foi na rede municipal, tudo lá. Eu fui Diretora de Departamento de Educação, fui Orientadora Pedagógica antes disso, então eu passei por várias funções, fui Diretora de Escola, aí depois eu fui Diretora de Departamento de Educação e depois Secretária de Educação.

P - Você já teve algum contato com sindicatos, partidos ou movimentos sociais?

M - Na verdade, como eu trabalhei muito na Prefeitura de Paulínia e lá é uma cidade muito pequena, eu nunca tive nenhuma experiência assim. Na época de escola um pouco.

P - Qual é sua formação?

M - Eu fiz PUC em Campinas primeiro, minha formação inicial é letras, depois eu fiz pedagogia, aí depois eu fiz um curso de Gestão de Serviços Públicos. Porque aí eu achei que seria importante e depois eu fiz ainda um curso de Direito da Educação, porque eu comecei a lidar com esse pessoal e teria que saber um pouco mais sobre isso.

Esses cargos são muito políticos, então se coincidir de pegar alguém que seja de carreira, então é diferente porque acaba vindo com um outro enfoque, enquanto que a pessoa que sai da cidade porque é parente de alguém ou porque o político indicou é muito triste para todos porque a pessoa se sente mal e o político não é bem representado.

Eu acho que os políticos deveriam procurar pessoas que fossem mais engajadas com a área educacional e que não destruíssem tanto as coisas, porque depois é difícil de resgatar um status anterior. As pessoas têm um determinado grupo de atividades, um rol de coisas, aí entra alguém que não conhece muito bem o trabalho desenvolvido e então arbitrariamente expõe o próprio político.

P - Você é de Paulínia mesmo?

M - Eu nasci em Paulínia. A minha família veio para Paulínia na emigração italiana, logo depois da abolição dos escravos, inclusive eu tenho um trabalho publicado sobre a história do município de Paulínia junto com uma amiga, e nós fizemos um trabalho escrevendo um livro sobre a história da cidade enfocando bem essa área da educação e da cultura popular nesta época, inclusive a gente veio fazer cursos com a professora Olga von Sinsom lá no CMU (Centro de Memória da Unicamp). Então nós tínhamos feito uma pesquisa sobre isso. Então, eu nasci em Paulínia e a minha família é toda de lá mesmo. Eu estudei fora também, fiz um intercâmbio cultural na adolescência, eu fui para os Estados Unidos. Morei um ano lá, eu fui em 1980, e eu me formei em 1979.

Eu acho que as pessoas da área da Educação ou nascem ou gostam ou amam ou não tem jeito, sabe é difícil alguém que não seja apaixonado aprender. Ou gosta e vai porque ama ou nem vai.

P - Vamos falar um pouco sobre o Fundef.

Como era o atendimento educacional antes do Fundef?

M - Paulínia é uma cidade muito diferente de todas, ela é singular, então Paulínia não teve diferenças significativas, porque antigamente as escolas eram mantidas pelo

Estado e a prefeitura se encarregava delas e ponto final. A prefeitura dava merenda, material de limpeza e manutenção das escolas estaduais antes do Fundef. Todas escolas eram estaduais antes do Fundo, da prefeitura só tinha creches e pré-escolas.

Quando houve o processo de municipalização, na verdade, eu optei pela municipalização junto com o prefeito por conta dos pais, porque era um desejo deles, como havia a possibilidade de manter professores e de manter os mesmos prédios, ou seja, a mesma clientela, a gente só achou que ia formalizar uma coisa que na verdade já vinha sendo feita. Então, a municipalização foi mesmo uma coisa proforme, porque com exceção dos professores ACTs (Admissão por caráter temporário) que nós contratamos novos pelo concurso público, quer dizer tudo ficou igual era, e aqueles professores ACTs que perderam o emprego fizeram concurso público, alguns não passaram, mas a grande maioria reintegrou na rede municipal. Portanto, eles tinham uma experiência muito interessante e não foi difícil de alguém ingressar porque eles já eram professores e já conheciam a área. Então, na verdade, houve uma aceitação muito grande por parte de todos, da população, da administração, foi um consenso.

A prefeitura ainda passou a receber porque ela ia continuar prestando aquele serviço sem receber nada, agora foi um roubo na nossa conta da prefeitura porque a gente perdia assim 1 milhão de reais ao mês, quer dizer a única coisa que eu não concordo, eu acho que o Fundef tem um mérito, isto é, em essência é uma coisa muito boa, filosoficamente é uma coisa muito interessante, agora eu gostaria de saber dos municípios que deveriam receber, aí é que eu tenho uma dúvida. Eles estão recebendo? Eu não sei, porque para gente que é um município de onde é retirado o dinheiro, nós não temos uma satisfação se esse dinheiro realmente é aplicado. Não seria uma satisfação obrigatória, mas eu acho que seria até ético a prestação de contas de onde está indo este dinheiro então, pois já que tirou.

E uma outra coisa que eu acho superfalha são as creches e a educação infantil que estão fora do programa, eu acho absurdo que as crianças estejam fora disso, não sei, eu vejo a educação desde o dia que nasce, então no momento que você estabelece que é do ensino fundamental para frente você querendo ou não, numa análise mais profunda, desconsidera a pré-escola como uma educação, e eu acho isso muito errado.

Eu acho um absurdo, pois se é para ser criado um programa destes não deveria ter um intervalo, não deveria ter este hiato, tinha que ser assim da creche até o Ensino Fundamental, ou melhor até o Ensino Médio... porque, eu não vejo diferenças, pois ou o

governo entende que não é necessária a pré-escola ou que pode parar na 8ª série, o que é uma coisa extremamente errada, e levanta muitas análises.

P - As matrículas permaneceram iguais ou aumentou o ingresso de alunos na rede municipal?

M – Não, não aumentou o ingresso.

A única coisa que mudou foi que antes a prefeitura dava a merenda, material de limpeza e manutenção, e agora ficou tudo a cargo da prefeitura, inclusive os professores.

P - A prefeitura disponibilizava serviços/apoio à rede estadual local? (funcionário, merenda, transporte, manutenção do prédio, etc.)

M - Sim, ela disponibilizava merendeiras e serventes.

P - E os professores eram todos da rede Estadual?

M - Antes sim, depois quem era efetivo permaneceu com o contrato de trabalho do Estado e recebendo uma diferença salarial que igualava ao salário do professor municipal e as vagas abertas pela saída dos ACTs foram preenchidas com concurso público, no qual os ACTs também concorreram. É porque dentro do convênio que a Prefeitura fecha tem a possibilidade de estabelecer isso, ou seja, dos professores efetivados continuarem no mesmo lugar. Depois eles saíram, nesse ano aqui cada qual foi para a sua escola. Porque quando eles ficam na escola alguma outra escola está vaga, porque eles têm que se remover, então o prazo foi até o final de 2000, agora em 2001 eles já foram para as suas escolas e foram todos substituídos por professores municipais agora, mas a maioria já tinha se aposentado.

P - Você acha que o Fundef afetou a política educacional municipal?

M - Eu penso que neste sentido, sim. Eu achei que trouxe mais paz para dentro da escola, mais o Conselho... eu gostei muito da experiência. Quanto aos pontos positivos eu penso que trouxe mais gente para dentro da escola, os pais começaram a perceber que como diz assim: “Dinheiro na escola”, cria até aquela falsa ilusão de que até então não estava se gastando, mas isso tem um lado bom porque a pessoa passa a cobrar, eles vêm e dizem: “Olha eu estava ouvindo na televisão...”

Os Conselheiros eram pessoas ótimas e eu penso que teve sim, um lado positivo, não senti nenhum grande trauma. Na verdade a gente perdeu um dinheiro grande, mas como eu também falei, Paulínia é uma cidade bem diferente e eu não senti que a qualidade caiu pela perda. Algumas coisas eu achei que a gente faria melhor se o dinheiro tivesse permanecido lá, porque como o atendimento às creches, EMEIs e Ensino Médio eram bastante interessantes nós não quisemos deixar cair aquele padrão, então a prefeitura acabou gastando um dinheiro que não viu retorno, o que eu acho altamente injusto. Mas eu penso que não caiu nenhum padrão. E quando eu falo em padrão eu não falo em prédios, pois isso para mim é o de menos, então nós continuamos a ter o programa da Educação Continuada, todos os sábados tinham cinco (5) cursos para várias áreas do conhecimento, e as pessoas se inscreviam. Nós tínhamos o ENEP anualmente que é o Encontro Nacional de Educação, quer dizer este investimento nós não pudemos continuar; com o dinheiro do Fundef porque muitos eram para a pré-escola e Ensino Médio e também não entra, mas a gente manteve.

P - Como o Fundef foi recebido pela Administração?

M - No primeiro momento foi um choque, puseram apelidos, falaram em plano “Hobin Wood”, aquelas coisas todas e todo mundo falou, mas as pessoas têm uma memória muito curta e acabaram incorporando. Eu acho que eles tinham medo que fosse modificar alguma coisa no atendimento, as crianças, os professores tinham medo que fosse modificar alguma coisa, quando viram que continuou tudo igual ou parecido, não senti grande desconforto, não.

Na verdade, eles nem entenderam muito bem.

Fora o grupo da Educação que a gente fazia reuniões, e eu fazia questão disso, até para que a comunidade de pais tivesse acesso as informações, mas o grupo mesmo da administração não entendeu, e não causou maiores problemas.

Claro que o Secretário de Recursos fez toda aquela adaptação e graças a Deus não houve problema nenhum, nem com o Tribunal de Contas nem nada, então eu senti que foi mesmo um choque até pelo desequilíbrio até a coisa se estabelecer, mas depois caminhou tranquilo.

P - Quais foram os impactos marcantes do Fundef para você, positivos e negativos?

M – Positivos: eu acho que pela primeira vez foi pensado num programa que beneficiasse crianças de cidades com menos recursos e de uma maneira abrangente, então eu acho uma idéia interessantíssima. Essa coisa vergonhosa de professores que ganhavam R\$30,00 todo mês, aquela coisa mais igual e mais equilibrada. Então isso que eu queria saber se está acontecendo realmente, será que os municípios que tinham aquela história de professores leigos, de crianças... será que isso tem tido? Isso que fica a dúvida.

Teoricamente isso seria uma idéia muito boa, a distribuição e é tudo o que a gente acredita em Educação, e não tem sentido uma cidade com um investimento de R\$5.000,00 por aluno e outra com R\$5,00. Então, é claro que como educadora eu não seria contra ao programa, só que eu acho louvável a filosofia, agora a aplicação, como tudo no Brasil, tem uma distância grande da idéia. Então, a prática eu achei complicada, achei perversa, porque essa coisa de retirada, é... eu vou bater na mesma tecla...

Eu até entendo que deve ter tido muita coisa antes que levou a criar esse Fundef, mas lá a experiência que eu tive é assim, a gente teve que se adaptar de modo a não deixar nada do que existia ter uma queda de qualidade e com metade do dinheiro que a gente tinha antes, então eu nem questiono o extra, mas eu penso que deveriam entrar desde como eu já falei, a Educação Infantil até o Médio, aí sim, eu acho que seria mais justo ainda.

P - Até teve uma reportagem sobre Paulínia num grande veículo da mídia, mas eu não me lembro quem a deu, contando que uma das coisas boas do Fundef foi que antes se esbanjava muito o dinheiro da Educação, tanto que, eu não sei se é verdade, mas falaram que uma parte do dinheiro da Educação foi para a construção do “Sambódromo”, umas histórias assim... e que o Fundef restringiu um pouco essa saída de dinheiro da Educação. O que você tem a dizer sobre isto?

M - É tem essa conversa, antes de eu ser Secretária, é... no ano que eu fui não teve “Sambódromo” nenhum, já tinha sido construído, eu acho que ele foi construído em 1993 ou 1994. E no ano que foi construído o “Sambódromo” a conversa foi justamente esta, agora eu não sei, eu achei que o dinheiro que foi retirado para o Fundef, sinceramente, não vou dizer que não fez falta, já disse que fez, mas não foi o diferencial para atender mal. Então, eu posso avaliar que tinha mesmo muito dinheiro e eu não sei aonde era usado, porque eu ainda não fazia parte daí, eu era Diretora de Escola nessa época. Agora eu acho

que isso não justifica também a pessoa desconsiderar dois níveis de educação que são pólos, o início e o final da escola pública, então eu achei só isso... de errado...

P - Foi realizado algum estudo para analisarem os impactos do Fundef?

M - Não, nada.

Só o seu e o do professor Vicente Rodriguez.

Aliás, nem foi nosso interesse final, mas não, era tudo muito corrido, primeiro veio por uma lei, depois já houve modificação, primeiro a lei 9394 estabeleceu que ia ter o Decreto, depois o Decreto já teve uma alteração do Decreto, então as coisas modificaram aos pouquinhos e não teve nem tempo para analisar. E muito perto ainda não teve tempo de ter um distanciamento.

P - Em Paulínia teve alguma informação ou assessoria prévia a implantação do Fundef?

M - Não, em Paulínia, não.

Eu aprendi tudo na prática ou lendo os manuais ou pela internet, então eu não tive nenhuma orientação.

P - Foi montada alguma estratégia para assimilar essa implantação, ou seja, algum programa ou alguma coisa assim?

M - Sim, eu fui às escolas, fiz várias reuniões com os amigos de bairro, com o pessoal do Conselho, tanto é que nós tiramos a eleição dos membros do Conselho desses aí, lá em Paulínia é muito ativo esses movimentos. Então, eu fui às escolas, fui em igrejas, todos os lugares para poder dizer o que era aquilo, porque na televisão estava ostensivamente sendo divulgado, então eu achei que eles deveriam saber. Inclusive pela lei 9394 que eu usava no mesmo dia, então como é que seria agora com... então para colocar aos pais, as professoras e diretoras, eu fiz várias reuniões, o grupo da Secretaria digo eu, mas logicamente é a Secretaria toda. Então foi isso que foi feito.

P - Com relação à municipalização você também teve alguma estratégia?

M - Sim, eu fiz uma estratégia.

Aí é que foi o pior de tudo. Porque aí os pais... era um pedido antigo que as escolas passassem para a prefeitura, cada vez que tinha greve era um caos e aí então, nós fizemos

várias reuniões com os pais. Isso foi simultâneo ao Fundef, ou seja, foi em 1996. Aí a gente foi nas escolas, o prefeito, eu, o grupo da Secretaria e assessores e, aí nós fizemos mesmo esse levantamento de intenções. Nossos e deles. E aí eu fiz um estudo, verifiquei quanto é que ficaria para Paulínia, no caso da municipalização e da não municipalização, em que eu teria que propiciar as escolas para que houve uma igualdade, porque esse era o meu grande diferencial. Eu queria que houvesse uma linha só, então as escolas até aquele momento eram estaduais e passariam a municipais com um outro cronograma de trabalho, com outros programas, planejamentos e as moças nunca tinham trabalhado pra rede municipal. Então a gente colocou uma orientadora em cada escola, as mais experientes que fizeram esse elo para que as moças do Estado não ficassem com uma postura equivocada. Não que o da prefeitura fosse certo, mas o Estado tinha um grupo bastante antigo de professores com uma linha muito tradicional de pessoas que não por vontade, mas por falta de opção nunca tinham feito outros cursos, então, até trazer esse pessoal para a nossa postura, foi um pouco complicado. Aliás, a gente só conseguiu porque elas são muito boas professoras, a única coisa é que elas trabalhavam desde a graduação, nem graduação, às vezes, eram só magistério sem nenhum curso a mais, então eu achava aquilo uma coisa meio complicada. Com o andar do processo, nós conseguimos colocar as duas coisas de uma vez só.

P - Houve discordância com relação a esta postura?

M - Num primeiro momento elas tiveram muito medo, elas pensaram que fossem ser cobradas de coisas que elas não estavam esperando, que elas não iam ser capazes de fazer, diziam que a prefeitura era rigorosa, que elas iam perder uma escola que elas já trabalhavam a 10 ou 12 anos, às vezes, até há 15 anos. Então, a gente foi mostrando que não era assim, que era apenas uma adaptação. Eu achei que acalmou, mas até aí reuniões e reuniões. Houve alguma discordância partindo das mais antigas e bem centralizada em algumas pessoas. Então, a gente percebia que até elas queriam, era o medo e o desejo, elas queriam, mas ao mesmo tempo elas estavam com medo do novo. O que eu acho completamente normal. Mas elas, olha... se saíram com louvor. Aí depois quando elas se aposentaram ficaram tristes, quiseram fazer outro concurso público para ver se entrava na prefeitura, adoraram...

P - Qual era a principal característica da municipalização de vocês?

M - Era... o que eu achei que fez o diferencial foi a supervisão muito perto das escolas o que não acontecia com a rede Estadual, então a gente tinha supervisoras semanalmente e não era com o intuito de fiscalizar, mais mesmo de acompanhar e sanar as dúvidas porque na mesma época começou o projeto de inclusão de deficientes na rede regular, então foi um trabalho muito grande, mas muito bem pensado, eu achei. Eu não vi grandes problemas, mas lógico a não ser os de adaptação e as dúvidas que todas as escolas vão gerando e as orientadoras na melhor das boas intenções, ou seja, na intenção de acertar, eu achei que foi legal. E o Conselho sempre foi atuante, desde o primeiro dia. Tinha pais e todos os representantes formalmente constituídos e eu achei que foi uma coisa muito ética. Eu falei para eles no último dia que eles trabalharam de graça para a prefeitura durante 4 anos.

P - Estabeleceu-se alguma outra relação com a rede estadual?

M - Não, só a relação dos professores efetivos do estado que continuaram trabalhando para a rede municipal agora. Eu formei o sistema municipal de educação, mas eu pedi que a supervisão do estado ainda continuasse por dois anos, porque eu achei que ia ser uma ruptura muito grande e como a prefeitura... eu penso que as coisas municipais têm que ser muito bem pensadas porque a cada quatro anos acontecem coisas que a gente não pode dominar, então eu achei que o estado fazendo a supervisão ficaria uma coisa mais a longo prazo. Embora tenha o sistema municipal de educação, o estado continua fazendo a supervisão.

P - Como ficou a questão do salário, vínculo empregatício e a formação dos professores?

M - Ficou o mesmo salário do estado com uma diferença do valor, na época R\$400,00, para igualar ao salário municipal. Não, quanto à formação ficou a mesma exigida por lei, que na época era o magistério e até o fim da Década da Educação, e era o que a gente exigia.

P - Qual a relação entre a diferença salarial entre o Ensino Infantil e o Fundamental?

M - Era uma diferença pequena porque não é assim por nível de ensino e sim por nível de formação, você pode ter um doutor dando aula na pré-escola e ganhando como doutor, porque a gente entendia que tinha é... a pessoa tinha que trabalhar naquilo que ela acredita, então se um diretor ganha muito mais do que um outro pedagogo que não quer ser diretor a gente vai atrair pessoas sem perfil só pelo salário, então lá é assim que funciona. Os cargos são por formação e não pela série ou por cargo que desempenham.

P - E quanto aos professores leigos?

M - Nós não temos... não tínhamos...

P - Vocês encontraram alguma dificuldade para gerir o Ensino Fundamental na rede municipal?

M - Não, nenhum um pouco.

Já tínhamos três escolas municipais.

P - Qual é a proporção da municipalização em Paulínia?

M - A proporção é de 80% porque tem três escolas que ainda continuam estaduais.

P - Com todas estas estratégias adotadas foi levado em conta o término do Fundef em 2006 ou nem se cogitava isso? Como: vai terminar em 2006 e o que vamos fazer depois?

M - Não, nem se cogitava isso. Porque no trabalho municipal público, as gestões elas são muito imediatistas e isso eu aprendi lá, as pessoas não têm uma história. Sabe porque, isso é que eu acho ruim desses cargos serem nomeados, porque se um cargo de secretaria função fosse de carreira, e na época até eu fui e eu achei que não ia poder ter, mas eu acho assim, a pessoa faria uma previsão, uma projeção, mas eles não sabem, eles só vão ficar quatro anos. E normalmente quando começam a aprender já saiu, então é triste. Mas a gente deixou tudo bem anotado, que as coisas iriam mudar em 2006, e que dependeria de um novo convênio, e que ninguém sabia muito bem como é que estava.

P - Quem é que gerencia o dinheiro da Educação lá?

M - No meu período era o secretário de recursos, tinha um contador, mas nada era dinheiro na nossa mão, tudo papéis, então a gente mandava para a secretaria de recursos que era a única pessoa autorizada a fazer pagamentos, mas sempre na orientação do que a gente queria. Na época o secretário de recursos era o Rogério Cepeda.

P - Como é que era aplicado os 25% da Educação antes do Fundef?

M - Antigamente era com tudo, então pré-escola, creche...

Por exemplo, se a gente estivesse abrindo uma creche era pra quem estivesse na maior necessidade, às vezes até com escolas estaduais, teve uma escola que sofreu... o José Narciso... a cozinha tinha uma fossa muitos anos desativada e ela desmoronou na calçada e ela foi trazendo, derrubando como um dominó. Então, a gente reformou toda a escola. Nós tínhamos o dinheiro para sanar todas essas coisas. Além de bolsas de estudos para universitários e depois do Fundef, não... aí a gente concentrou mesmo... quer dizer não acabou, mas teve que restringir muito para que nada faltasse.

P - E como foi gasto o dinheiro do Fundef?

M - Foi do jeito da lei. Nós não fizemos nada contra a lei. Até porque aquele pessoal do Conselho era muito atuante, mas não houve mesmo coisas erradas e a gente fez mesmo certinho, por exemplo, asfalto não conta, então pega asfalto de outro lugar, porque tem que ter asfalto. Sei lá, reformar a biblioteca pode? Não, então a gente pega de outra fonte. Como a lei mandava mesmo.

P - Qual o processo de formação da primeira gestão do Conselho?

M - Nós fizemos reuniões para explicar sobre a 9394 e sobre o Fundef, aí pedimos voluntários e houve uma eleição direta num dia determinado na Câmara Municipal e pronto foi assim e eu fiquei muito feliz porque foram eleitas as pessoas mais éticas que eu achei. Alguns eu conhecia e outros não, mas todos eles deram conta do recado com louvor.

P - Você fez parte de alguma gestão do Conselho?

M - Eu não, só porque eu achava que a minha presença poderia restringir um pouco a liberdade, então, na verdade tinha que ter um representante da Secretaria, mas não era eu,

tinha uma outra pessoa. Eu nem me lembro quem, eu acho que a Valéria Garcia até. Porque tinha tanto Conselho lá, tinha da alimentação, da...

P - Como foram escolhidos os representantes da Secretaria de Educação?

M - Também foi através de uma eleição direta e dentre os voluntários, porque você não vai pedir para alguém que tem bebê e faz um estágio... não dá, não é? Quem tivesse disponibilidade, então várias pessoas se ofereceram e foi eleito.

P - Como você via a atuação do Conselho?

M - Nota dez (10). Eu achei excelente. Super atuante, interessados, bem informados e procuraram aquele tipo que quer mesmo. E eu achei ótimo, ou seja, essa era a função deles. Eles não queriam agradar ninguém. E eu também fazia questão, porque eu sabia que ia sair e que eu não queria de nenhum modo ficar depois respondendo por alguma coisa errada, então eu achei excelente, e me dava muita segurança.

P - Houve algum conflito nessa época?

M - No começo eu tive que interferir porque o secretário de recursos não entendia muito bem o que era aquilo, o prefeito até achou que... nossa o que é isso agora? Todo mundo desorientado... e na verdade, foi mesmo até eles entenderam que aquilo é que nos ajudava e não nada certo. Mas depois que entenderam o objetivo e a função não, aí começou a correr mais normal.

P - Qual é a sua opinião sobre o Fundef e sobre o processo de implantação do mesmo?

M - Eu achei falho porque eu penso que poderia ter havido mais instruções, tudo aquilo que a gente aprendeu, é claro que a gente tem condições de apreender, mas eu achei que esse caminho das pedras foi muito duro. Poderia ter havido alguma reunião, me parece até que marcavam, mas era tudo muito longe, então eu penso que as pessoas poderiam ter tido umas reuniões mais espalhadas pelas cidades todas, nem que isso envolvesse um tempo maior. Então, eu achei que foi muito bem explicado para quem podia ficar lendo e quando não sabia poder ir atrás. Mas não houve por parte da implantação uma orientação muito intensa, pelo menos em Paulínia, e eu não sei se em outras cidades também foi assim.

P - Com relação a uma particularidade de Paulínia: o Conselho do Fundef considerou irregular aquela introdução do custo de manutenção do ar-condicionado na escola técnica de Betel na conta do Ensino Fundamental? O que você tem a dizer sobre isto?

M - Tirou-se da conta. Porque foi irregular. E foi assim, como a escola tinha um atendimento de 1ª a 4ª série e depois foi a ETEP para lá eles tiraram a nota como se fosse a escola, e aí quando a gente viu foi um transtorno. Porque eu é que vi, então eu... daí a Márcia em seguida viu, me chamou e eu falei, Márcia eu acabei de ver. Aí nós fomos lá e foi estornado e não saiu na conta do Ensino Fundamental. E mais do que uma coisa nós vimos, às vezes era uma creche que a gente viu coisas, não, nós analisávamos as contas bem, tudo que a gente percebia, eles davam uma desculpa: "Ah! Esqueci!". E como era o pessoal do...e sabe o que acontece também um pouco, eu nem vou dizer que foi má fé, porque esse do ar-condicionado, por exemplo, quem errou foi a supervisora, ela era supervisora tanto do Ensino Fundamental quanto do Médio. Então, ela errou e não tinha nenhum motivo pra ela ter colocado, porque na verdade, não era nem tanto e além disso, as duas escolas eram dela e aliás, o Fundef tinha mais dinheiro do que a escola de onde ela tirou, da seção de onde ela tirou o dinheiro. Até porque o Fundef... aí fez com que as contas do Ensino Fundamental fossem sempre maiores do que as dos outros, então, teve erro, mas eu acho que era tudo um pouco de adaptação. Não entendo como má fé, não acho mesmo que fosse isso. Mas não passava nada, e a gente solucionou isso na hora.

P - Aquela proporção do recurso retido pelo Fundef você acha que permitiria uma maior municipalização? Teria sido melhor se tivessem usado todo o dinheiro que cabia a vocês?

M - Acho, acho sim...

Eu acho que deveria ter um outro tipo de fiscalização, de modo a coibir o uso do dinheiro da Educação. Quanto a essas coisas eu sou muito a favor, mas eu particularmente ainda acho com todo esse benefício pra outros municípios, mas eu acho que se deveria pensar numa forma que não gerasse dúvidas sobre o fim do recurso. Agora, claro quem é que perde 1 milhão e acha que não vai fazer falta, vai fazer, mas não quer dizer que inviabilizou o que já vinha sendo feito.

P - O município de Paulínia foi beneficiado com alguma contrapartida do governo estadual que não era prevista nas negociações no período da municipalização? (Acordos de bastidores, convênios facilitados, obras, etc).

M - Não, nada.

Aliás, a municipalização pelo que me consta foi feita pensando no aluno, porque como a cidade tinha só 40 mil habitantes e a renda era a sexta maior do país, então, eu tenho a impressão de que todos os exemplos que o Paulo Renato dava tinha lá: “Paulínia!”. Eu achei que tudo bem, mas não houve nenhum tipo de retorno. Sem dúvida as escolas do Ensino Médio do Estado começaram a receber um dinheiro maior... sabe... e que antes não recebiam... a bem da verdade é essa. Aquele programa “Dinheiro direto na Escola” veio até para as escolas municipais. Mas isso não quer dizer que é por conta da municipalização, tanto que todos eles tiveram, e nós não tivemos nenhum benefício diferente, ou seja, nada mais.

P - Então, a entrevista acabou e muito obrigada...

